



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 135 - SÁBADO, 1º DE SETEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 29
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Demóstenes Torres
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 19	Epitácio Cafeteira
Valdir Raupp	João Ribeiro	LÍDER DO DEM – 16
VICE-LÍDERES DO PMDB	Renato Casagrande	José Agripino
Wellington Salgado de Oliveira	Inácio Arruda	VICE-LÍDERES DO DEM
Valter Pereira	Marcelo Crivella	Kátia Abreu
Gilvam Borges	Francisco Dornelles	Jayme Campos
Leomar Quintanilha	Raimundo Colombo
Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12	Edison Lobão
	Ideli Salvatti	Romeu Tuma
	VICE-LÍDERES DO PT	Maria do Carmo Alves
	Eduardo Suplicy	LÍDER DO PSDB – 13
	Fátima Cleide	Arthur Virgílio
	Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PSDB
	LÍDER DO PTB – 6	Sérgio Guerra
	Epitácio Cafeteira	Alvaro Dias
	VICE-LÍDER DO PTB	Marisa Serrano
	Sérgio Zambiasi	Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3	
	João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR	
	Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3	
	Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB	
	Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1	
	Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1	
	Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1	
	Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO
Jefferson Péres	José Nery	Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT		VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Osmar Dias		Delcídio Amaral
		Antônio Carlos Valadares
		Sibá Machado
		João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 147ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 31 DE AGOSTO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 1.216/2007, de 22 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 006.023/2004-5, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, em resposta ao Requerimento nº 123, de 2006, do Senador Arthur Virgílio..... 29783

1.2.2 – Avisos da Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Nº 851/2007, de 22 do corrente, comunicando que as informações solicitadas pelo Requerimento nº 757, de 2007, do Senador Flávio Arns, não são de competência daquela Pasta e sim dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Planejamento, Orçamento e Gestão..... 29783

Nº 852/2007, de 22 do corrente, comunicando que as informações solicitadas pelo Requerimento nº 906, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, não são de competência daquela Pasta e sim do Ministério da Justiça e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos..... 29783

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 999, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2007, que regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal – TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB, além da constante do despacho inicial..... 29783

1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2007, de autoria do Senador Edison Lobão, que altera o art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatórios o diagnóstico e a terapêutica de anormalidades na visão e na audição dos recém-nascidos em todo o Território Nacional..... 29783

1.2.5 – Parecer

Nº 721, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Con-

trole, sobre o Ofício “S” nº 6, de 2007 (nº 348/2007, na origem), do Banco do Nordeste do Brasil S.A., que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, referentes ao ano de 2006..... 29784

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 49, de 2007, que autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de até dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América. 29787

Convocação de sessão conjunta solene a realizar-se dia 4 de setembro, terça-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o transcurso dos 35 anos da Rede Amazônica de Televisão. 29787

1.2.7 – Ofícios

Nº 363/2007, de 23 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, comunicando o desligamento do Senador Geraldo Mesquita Júnior – PMDB/AC, como membro titular da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR..... 29787

Nº 186/07, de 23 do corrente, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando efetivar seu desligamento, como membro titular, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR... 29787

Nº 361/2007, de 23 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, comunicando que o PMDB cedeu ao PTB a vaga de membro titular da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR..... 29787

Nº 137/2007, de 28 do corrente, da Liderança do Bloco Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação do Senador Gim Argello para integrar, como titular, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, na cota destinada ao PMDB, cedida ao PTB. *A Presidência designa o Senador Gim Argello para integrar a referida Comissão, conforme indicação da Liderança..... 29787*

S/N, de 31 do corrente, do Senador Romeu Tuma, informando que será oportunamente definida a data para o cumprimento de missão parlamentar nas reuniões com autoridades do Escritório contra Drogas e Crimes, em convite da Organização das Nações Unidas, conforme Requerimento nº 974, de 2007..... 29788

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR JOÃO PEDRO – Registro da apresentação de voto de louvor à TV Amazonas, à Rede Amazônica de Televisão, afiliada à Rede Globo, que completa 35 anos de atividades prestadas no Norte do País. Parabeniza o Governo Lula pela recuperação da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho. ... 29788

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Relatório da participação de S. Exa. no Fórum de Legisladores do G-8 +5. Destaque para a assinatura de pacto ambiental entre o Governo de Mato Grosso e a Associação dos Produtores de Soja – Aprosoja. 29789

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Frustração com o anúncio do cancelamento de mais investimentos na área da saúde para o Norte e Nordeste brasileiros. Critica o anúncio da extinção do Programa Primeiro Emprego, em 2008. 29793

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Comemoração pelo transcurso de 35 anos de atuação da Rede Amazônica de Televisão. Lamenta a perda da capacidade de auto-suficiência na produção de alimentos pelo Estado do Acre. Sauda o Governador Binho Marques, pelo lançamento do programa de reforço das atividades agrícolas, denominado Pacto Agrário. Relatório histórico da gestão de seu pai, ex-Governador Geraldo Mesquita, no Estado do Acre. 29796

SENADOR ADELMIRO SANTANA – Retrospectiva da forma de administrar do Governador José Roberto Arruda. 29801

SENADOR EDISON LOBÃO – Defesa da inclusão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses como uma das sete maravilhas naturais do mundo. 29804

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Homenagem à Rede Amazônica de Televisão, pela comemoração dos 35 anos de atividades. Alerta para a necessidade de melhorar as condições de higiene na extração da polpa do açaí, para evitar a doença de chagas. 29806

SENADOR JOSÉ MARANHÃO – Registro da participação de S. Exª. no Foro Parlamentar Interamericano de Gestão para Resultado em Desenvolvimento, patrocinado órgão que integra o Banco Interamericano de Desenvolvimento, sobre a elaboração dos orçamentos e o seu processo de fiscalização. 29809

SENADOR MÃO SANTA – Críticas ao Governo Lula pelo excesso de ministérios. 29812

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ata da 6ª reunião, realizada em 3 de julho de 2007. 29841

3 – ATO DO DIRETOR GERAL

Nº 4.573, de 2007. 29844

4 – PARECER

Nº 32, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 08, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor de R\$ 4.405.666,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. 29845

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 147ª Sessão não Deliberativa, em 31 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Geraldo Mesquita Júnior,
Mão Santa, Romeu Tuma, Edison Lobão e José Maranhão*

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 7 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

- Nº 1.216/2007, de 22 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 006.023/2004-5, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, em resposta ao Requerimento nº 123, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DA MINISTRA CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

– Nº 851/2007, de 22 do corrente, comunicando que as informações solicitadas pelo Requerimento nº 757, de 2007, do Senador Flávio Arns, não são de competência daquela Pasta e sim dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

– Nº 852/2007, de 22 do corrente, comunicando que as informações solicitadas pelo Requerimento nº 906, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, não são de competência daquela Pasta e sim do Ministério da Justiça e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 999, DE 2007

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno, audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do PLC nº 3, de 2007, que “regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal – TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB”, além da constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2007. – Senador **Romeu Jucá**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea c, item 4, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 510, DE 2007

Altera o art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatórios o diagnóstico e a terapêutica de anormalidades na visão e na audição dos recém-nascidos em todo o território nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso III do art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.

.....

III – proceder a exames visando ao diagnóstico e à terapêutica de anormalidades na visão, na audição e no metabolismo do recém-nascido, inclusive a realização do “Teste

do Olhinho” e do “Teste do Ouvidinho”, bem como prestar orientação aos pais;

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

A apresentação deste projeto busca reproduzir nacionalmente o pioneirismo do Estado de São Paulo, onde o Teste do Olhinho tornou-se obrigatório em todas as maternidades e nos estabelecimentos hospitalares congêneres, por meio da Lei Estadual nº 12.551, de 2007.

A realização do exame requer apenas a disponibilidade de um oftalmoscópio para que o pediatra ou neonatologista possa usar sua fonte de luz para observar o reflexo que vem da retina.

Dessa forma, o exame, também chamado de “Teste do Reflexo Vermelho”, possui baixo custo, além de ser simples, não-invasivo e capaz de apontar problemas de visão presentes desde o nascimento em cerca de três por cento dos bebês, tais como retinopatia da prematuridade, traumas de parto, catarata congênita, glaucoma, tumores e outros. A importância do exame é inquestionável quando sabemos que essas doenças podem levar à cegueira se não forem tratadas antes de seu agravamento e que, atualmente, quase metade das crianças por elas acometidas só tem seu diagnóstico quando está cega ou quase cega.

Sempre preocupados com a saúde de nossas crianças, apresentamos, em oportunidade anterior, o Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2004, que também altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para obrigar o Sistema Único de Saúde a oferecer exames e tratamentos audiológicos para todas as crianças de cinco anos de idade, como forma de diagnosticar precocemente e tratar oportunamente as deficiências auditivas.

Agora, convencidos da importância sanitária da triagem neonatal das deficiências visuais e auditivas, por meio da realização do “Teste do Olhinho” e do “Teste do Ouvidinho”, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa à proposição que apresentamos.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2007. – Senador **Edison Lobão**.

(À Comissão de Assuntos Sociais, Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 721, DE 2007

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Ofício “S” nº 6, de 2007, (nº 348/2007, na origem) do Danos do Nordeste do Brasil S.A., que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referentes ao ano de 2006.

Relatora: Senadora **Fátima Cleide**

Relator **Ad Hoc**: Senador **Cícero Lucena**

I – Relatório

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminhou, por meio do Ofício “S” nº 6, de 2007, as demonstrações contábeis do Banco e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) referentes ao exercício de 2006, nos termos do que dispõe o art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Integram os documentos contábeis encaminhados o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e o Parecer da Auditoria, de responsabilidade da Trevisan Auditores Independentes.

A seguir avaliaremos os pontos que julgamos mais relevantes sobre a matéria.

II – Análise

O art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, estabelece que o balanço, devidamente auditado, dos Fundos Constitucionais de Financiamento será encaminhado ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle. Assim, o BNB, na incumbência constitucional de administrador do FNE, atende ao mencionado mandamento legal.

O parecer dos auditores independentes entende que as demonstrações em análise “representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FNE (...) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”.

O Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2006 revela que as operações de crédito do FNE equivalem a 80,14% do total do ativo, sendo predominantemente direcionadas ao setor rural, visto que, conforme essa mesma demonstração contábil, 67,59% das “Operações de Crédito” correspondem a “Financiamentos Rurais”, considerando-se os registros do ativo circulante e do realizável a longo prazo.

Quanto ao risco das operações contratadas a partir de 1º de dezembro de 1998, nas operações enquadradas no Programa da Terra, o risco pertence integralmente do

Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), enquanto que, nas operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Grupos A, B, A/C, floresta e Semi-árido, o risco integral é do FNE. Nas operações de repasse atribui-se o risco à instituição que recebe os recursos do FNE e, nas demais operações, o risco divide-se equitativamente entre o FNE e o BNB.

A demonstração do resultado do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste apurou lucro de R\$33,6 milhões no exercício de 2006. Entretanto, no exercício anterior, o prejuízo apurado foi de R\$4,35 bilhões, em consequência da baixa de operações de crédito para prejuízo. Os valores mencionados encontram-se também registrados na demonstração das mutações do Patrimônio Líquido do Fundo. Em razão dos resultados apresentados, o saldo da conta de lucros acumulados reduziu-se de R\$5,887 bilhões, em 31-12-2004, para R\$1,491 bilhão, em 31-12-2006.

Torna-se importante, por parte do agente administrador, empenho na recuperação dos valores lançados em prejuízo e o acompanhamento sistemático do risco de inadimplência das operações de crédito contratadas com recursos do FNE, especialmente as rurais, para que o fundo detenha maior disponibilidade financeira a fim de alcançar os seus propósitos de fomento ao desenvolvimento da região Nordeste.

Por ser risco integral do fundo, e dada a participação do Programa na quantidade das operações contratadas com recursos do FNE, trazemos algumas informações, disponibilizadas pelo Ministério da Integração Nacional e pelos Anuários Estatísticos do Crédito Rural (1999 a 2005), do Banco Central do Brasil (BACEN), sobre a operacionalização do Pronaf pelo BNB.

Conforme os dados do Bacen, entre 1999 e 2005, observou-se o direcionamento de recursos do FNE para atividades de investimento, no âmbito do Pronaf. No período mencionado, houve concentração atípica no crédito de custeio (R\$/operação) nos anos de 2001, 2002 e 2003. Sabe-se que a concentração de crédito agrava o risco das operações de financiamento.

Quanto à oferta de recursos do FNE para o Pronaf, verificou-se um incremento vigoroso do crédito de investimento a partir de 2001, passando de R\$27,8 milhões, em 2000, para R\$948,9 milhões em 2005, mantendo, no entanto, baixa concentração de recursos por operação. Os recursos para custeio das atividades rurais também aumentaram, passando de R\$3,9 milhões, em 2000, para R\$53,8 milhões, em 2005. Períodos de expansão de crédito exigem maior diligência do agente financeiro.

De acordo com o informativo "Sistema de Informações Gerenciais" nº 34, de dezembro de 2005, publicado pelo Ministério da Integração Nacional, em 2005, 96,7% das operações contratadas com recursos do FNE foram operações do Pronaf, com a utilização de apenas 25% do total dessa fonte, o que demons-

tra grande fracionamento dos recursos destinados ao Programa, no ano de 2005. O fracionamento do crédito permite o atendimento a maior número de mutuários, mas exige, em contrapartida, geralmente, reorganização dos processos de trabalho do agente financeiro.

Em relação à inadimplência, os números do Ministério da Integração Nacional mostram que o saldo das operações em atraso, em 31 de dezembro de 2005, representava 33,7% do total financiado. Como já mencionado, parcela significativa desse saldo de R\$6,2 bilhões foi lançada em prejuízo naquele exercício, evidenciando que a expansão do crédito, experimentada a partir de 2001, acompanhada de aumento do nível de inadimplência, fez surgir a necessidade de novos estudos que permitam o aperfeiçoamento do processo de concessão dos financiamentos.

Apresentamos essas informações adicionais porque julgamos importante que o Congresso Nacional aprofunde a reflexão sobre critérios de diversificação da aplicação dos recursos e sobre a adequação dos mecanismos de aplicação de crédito atualmente utilizados pelos administradores dos Fundos Constitucionais. Faz-se essencial que essa preocupação se volte também às dificuldades da fiscalização bancária para assegurar o retorno tempestivo dos recursos aos Fundos e sobre o rigor que se deve dispensar a mutuários que venham a desvirtuar o crédito rural em sua finalidade.

Pelo que se apresenta, torna-se fundamental conhecermos os critérios de aplicação e acompanhamento dos recursos do FNE adotados pelo BNB, para averiguarmos o surgimento de distorções que, como sabemos, podem conduzir a novos prejuízos para a Instituição. Nesse sentido, anexamos a este Parecer um requerimento de informações a ser encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, ao qual o BNB se vincula, com o objetivo de agregar transparência à operacionalização desses recursos, que pertencem a toda a sociedade brasileira.

Finalmente, deveremos trazer oportunamente à discussão nesta Casa a importância da assistência técnica e extensão rural como ferramentas imprescindíveis à minimização de riscos técnico-econômicos e da melhoria da capacidade de pagamento do produtor rural nordestino, pois entendemos que, assim procedendo, estaremos contribuindo para o fortalecimento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, que representa valioso instrumento para o desenvolvimento da região.

III – Voto

Pelo exposto, tendo em vista que a prestação de contas do FNE deverá, por imposição normativa, ser avaliada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo da matéria encaminhada pelo Ofício "S" nº 6, de 2007, e determine seu encaminhamento ao arquivo.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2007.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: OFS "S" Nº 06 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21, 08, 2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Mtenan</i> (Sen. Marcelo Ferraz)	
RELATOR: <i>e - Duff</i> (Sen. Cícero Lucena)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
RENATO CASAGRANDE-PSB	FLÁVIO ARNS-PT <i>Mny</i>
SIBÁ MACHADO-PT	AUGUSTO BOTELHO-PT <i>[assinatura]</i>
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESARENKO-PT
JOÃO RIBEIRO-PR	INÁCIO ARRUDA-PC do B
FERNANDO COLLOR-PTB	EXPEDITO JÚNIOR-PR <i>[assinatura]</i>
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	GARIBALDI ALVES <i>[assinatura]</i>
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA <i>[assinatura]</i>
PFL	
ELISEU RESENDE	ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	CÉSAR BORGES <i>[assinatura]</i>
JONAS PINHEIRO	EDISON LOBÃO
JOSÉ AGRIPINO	RAIMUNDO COLOMBO
CÍCERO LUCENA <i>(Cícero Lucena)</i>	LÚCIA VÂNIA
MARISA SERRANO <i>(Marisa Serrano)</i>	FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
MARCONI PERILLO <i>[assinatura]</i>	SÉRGIO GUERRA
PDT	
EFFERSON PERES	VAGO

REQUERIMENTO Nº 953, DE 2007**REQUERIMENTO Nº 35, DE 2007–CMA**

Solicita ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) relatório detalhado sobre o histórico de inadimplência e sobre a concentração do crédito, por município, por agência e por perfil de mutuário, em cada linha de crédito que utiliza ou utilizou recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) a partir do ano 2000.

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Ofício “S” nº 6, de 2007, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) referentes ao ano de 2006, requeiro seja solicitado ao Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Fazenda o encaminhamento a esta Comissão de relatório detalhado sobre o histórico de inadimplência e sobre a concentração do crédito, por município, por agência e por perfil de mutuário, em cada linha de crédito que utiliza ou utilizou recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) a partir do ano 2000.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 2007. – **Marisa Serrano**, Presidente – **Fátima Cleide**, Autora – **Expedito Júnior** – **Flávio Arns** – **Augusto Botelho** – **Cícero Lucena** – **Garibaldi Alves** – **Geraldo Mesquita** – **Marconi Perillo** – **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 49, de 2007**, que *autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência convoca sessão conjunta solene a realizar-se dia 4 de setembro, terça-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destina-

da a homenagear o transcurso dos 35 anos da Rede Amazônica de Televisão.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB Nº 363/2007

Brasília, 23 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o Senador Geraldo Mesquita Júnior – PMDB/AC, solicitou seu desligamento como membro titular da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, conforme cópia de ofício anexa.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Valdir Raupp**, Líder do PMDB.

Ofício nº 186/07 – GSGMJ

Brasília, 23 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Solicito providências no sentido de efetivar o meu desligamento como membro titular da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR. – Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB/AC).

OF. GLPMDB Nº 361/2007

Brasília, 23 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o PMDB cede ao PTB a seguinte vaga na comissão abaixo relacionada:

Titular

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR: 1 vaga

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Valdir Raupp**, Líder do PMDB e da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 137/2007 – GLDBAG

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Gim Argello para integrar como titular a Comissão de De-

envolvimento Regional – CDR, na cota destinada ao PMDB, cedida ao PTB.

Atenciosamente, Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência designa o Senador Gim Argello para integrar, como titular, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência para ausentar-me dos trabalhos do Senado entre 31 de agosto e 8 de setembro do corrente para participar, em Viena, Áustria, de reuniões com autoridades do Escritório contra Drogas e Crimes, atendendo convite da Organização das Nações Unidas, conforme Requerimento nº 974, de 2007, aprovado pelo Plenário do Senado Federal – cópia anexa – informo que a mencionada missão será desempenhada em data a ser oportunamente definida.

Cordialmente, Senador **Romeu Tuma** (DEM/SP).

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao Senador João Pedro, para fazer uso do tempo que achar necessário.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta manhã de sexta-feira, registro que apresentei ontem um voto de louvor à TV Amazonas, à Rede Amazônica de Televisão, afiliada à Rede Globo, com sede em Manaus, que realiza um trabalho importante, relevante, significativo em toda a Região, inclusive no seu Estado do Acre, Sr. Presidente.

Amanhã, a Rede Amazônica completa 35 anos de trabalhos prestados no extremo Norte de nosso País. Ela tem um alcance e um trabalho cotidiano em Rondônia, no Amapá, no médio e no baixo Amazonas, no Estado de Roraima.

Apresento, então, com base no art. 222 do nosso Regimento Interno, o voto de louvor à TV Amazonas, afiliada à Rede Globo do Amazonas, que fará, no dia 1º de setembro, aniversário de 35 anos de fundação. A emissora, que funciona em Manaus por meio do canal 5, lidera um conglomerado de emissoras de rádio e TV, denominado Rede Amazônica de Rádio e Televi-

são, com atuação nos Estados – estou repetindo aqui – do Amazonas, do Acre, de Rondônia, de Roraima e do Amapá. Requeiro ainda que essa deferência seja comunicada aos seus diretores.

Este registro que faço aqui se estende a todos os servidores, aos funcionários da rede, profissionais competentes como a Daniela Assayag. Parabenizo aqui o Diretor-Presidente, Dr. Phelippe Daou e os diretores Milton Cordeiro, Joaquim Margarido, Nizelle Daou, Aluisio Daou, que merecem o nosso aplauso.

Apresento esse voto de louvor, mas tenho certeza de que conto com o apoio de todos os Senadores e Senadoras, principalmente dos Senadores da nossa região, que conhecem perfeitamente o trabalho importante da notícia, da comunicação, do entretenimento desempenhado pela TV Amazonas no nosso Estado.

Parabéns à Rede Amazônica. Parabéns à TV Amazonas e a todos os seus profissionais que trabalham no dia-a-dia em nosso Estado e naquela região.

Faço outro registro, Sr. Presidente, com muita alegria. Nesta última segunda-feira, a convite do Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, que vem desempenhando grande trabalho em todo o Brasil – entendo que o Governo do Presidente Lula vem se esforçando, trabalhando, priorizando as obras de recuperação das estradas em nosso País –, participei de uma reunião, acompanhado de técnicos do Ministério e principalmente do Ministro, que nesse dia estava satisfeito pelo primeiro dia do trabalho do Exército Brasileiro.

Quero chamar a atenção aqui para o 5º BEC, o 6º BEC e o 7º BEC, Batalhões de Engenharia de Construção, que trabalham naquela região, precisamente no Acre, no Amazonas e em Rondônia. Eles estão fazendo a recuperação da BR-319, essa estrada importante, estratégica lá na nossa região; estrada que liga Manaus, capital do Estado do Amazonas, a Porto Velho, capital de Rondônia. É uma estrada que passa por rios, por igarapés e por municípios, como o Município do Humaitá, que fica às margens do rio Madeira. É um Município importante, a duzentos quilômetros de Porto Velho.

Estivemos em Humaitá. Lá nos encontramos com os engenheiros, com os oficiais do Exército Brasileiro que estão na Amazônia, fazendo, além dos trabalhos afins daquela corporação na fronteira da região Amazônia, a recuperação da BR-319, construída nos anos 70, em pleno período do regime militar.

Ao longo dos anos, essa estrada foi diminuindo por falta de acompanhamento, de recuperação. A estrada ficou abandonada, mas, desde de o primeiro Governo do Presidente Lula, o Ministério do Transporte começou a implementar toda uma política de recuperação da BR-319. Foi duro esse debate, pois há setores

contrários à recuperação daquela BR, que liga duas capitais e, concretamente, liga o Amazonas ao Brasil. Não há outra estrada.

O Amazonas é ligado, pelo seu histórico rio Amazonas, a Belém, ao Atlântico e, evidentemente, ao Brasil, e só tem uma via, por rodovia, que é a BR-319. Ao ligar-se com Rondônia, permite a ligação com o Centro-Oeste brasileiro, com Brasília, enfim, com todo o Brasil, com o Sul e o Sudeste.

Então, a BR-319 é importante! Ela não pode ficar abandonada! No entorno da BR-319, há uma área significativa de terras públicas, hoje formada por várias comunidades, vários Municípios como o de Careiro Castanho, de Manaquiri, no Amazonas, e o Município de Humaitá, importante política e economicamente. E esses Municípios precisam da BR-319 para melhorar o fluxo de transporte entre Manaus, Porto Velho e o Brasil como um todo e, assim, melhorar a qualidade de vida das pessoas que lá vivem. Essa rodovia foi abandonada, e agora contamos com o empenho, com o esforço e a compreensão do Ministro Alfredo Nascimento para melhorá-la.

Nós fomos visitar a BR e paramos em alguns pontos para conhecer, para sentir, para ver, para acompanhar o desempenho, o trabalho realizado. Lá estavam as máquinas do Exército brasileiro, lá estavam os oficiais e os soldados do Exército brasileiro, e as máquinas já trabalhando, levantando poeira no calor amazônica, fazendo o trabalho de alargamento, de recuperação e do asfaltamento daquela BR.

Quero parabenizar o Ministro Alfredo e registrar minha alegria em ver o Exército tocando essa obra de engenharia audaciosa, pela qual se pretende recuperar e construir uma estrada naquela região. Tendo em vista a numerosa presença de lagos, de braços de rios e de rios, é sempre um desafio, para a engenharia, a construção e recuperação de estradas – no caso, trabalhos da recuperação da BR-319.

Com certeza, a recuperação da BR-319 será um marco importante na nossa região, porque ela vai melhorar, sem dúvida alguma, a nossa economia, o fluxo de pessoas, que precisam se deslocar de uma cidade para outra, já que, ao longo daquela rodovia, existem diversas comunidades, portanto, existem ali escolas, postos médicos, além da produção dos trabalhadores, que precisa ser escoada, que precisa ganhar preço, que precisa ganhar eficiência. Então, a BR-319, recuperada, será um bem público relevante para a população daquele trecho da nossa região.

Quero lembrar que o valor estimado para a execução desta obra – e o PAC a está garantindo, Presidente Geraldo Mesquita – é de R\$700 milhões no total. Para este exercício, 2007, serão liberados R\$100 mi-

lhões; para o exercício de 2008, estão previstos R\$196 milhões. Existe ainda, de restos a pagar relativos ao exercício de 2006, o montante de R\$74 milhões, que também serão investidos na BR-319. O valor estimado para a conclusão da obra está em torno de R\$323 milhões.

O Exército brasileiro, mesmo que não faça todo o trabalho de recuperação da BR-319, será responsável por alguns trechos. O primeiro, conhecido como Lote C, vai do quilômetro 198 ao 383, numa extensão de 184 quilômetros; o segundo, denominado Lote 1 Sul, compreenderá os quilômetros 678 e 718, perfazendo um total de 40 quilômetros; o terceiro lote, que o 5º BEC recuperará, vai do quilômetro 763 ao 813, portanto, mais 50 quilômetros.

Sr. Presidente, faço este registro para dizer da importância da recuperação da BR-319 e também da presença do Exército na recuperação desse bem público, dessa obra que liga duas importantes capitais amazônicas, Porto Velho a Manaus, obra que, com certeza, trará alegria para as crianças e também para os trabalhadores e para as trabalhadoras rurais, para os empresários que ali investem.

Parabenizo o Governo Lula por essa obra e também parabenizo o empenho do Ministro Alfredo Nascimento e de toda a sua equipe, o Dnit, enfim, todos que estão acompanhando e executando essa obra, que a denomino de BR-Estratégica para Rondônia, para a região dos Estados do Amazonas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos a Senadora Serys Slhessarenko, do PT do Estado do Mato Grosso, a usar da palavra.

V. Ex^a usará o tempo que achar conveniente. Faço isso em homenagem à Primeira-Dama da Bahia, que, com sua firmeza, reproduziu a valentia da mulher na história do mundo: a mulher de Pilatos, Verônica, as três Marias, V. Ex^a e a Cláudia.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente. A homenagem tem de ser feita, sempre, a todas as mulheres.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como motes principais do nosso mandato, temos algumas preocupações, entre elas, a questão de gênero, a questão do meio ambiente e, obviamente, todas as questões que dizem respeito ao nosso Estado de Mato Grosso.

Por isso, hoje, discorrerei sobre a minha participação, e também a de alguns Senadores e Deputados Federais, no Fórum de Legisladores do G-8 +5.

O G-8 é o grupo dos oito maiores Países do mundo economicamente, e o +5 é o grupo compostos pelo Brasil, África do Sul, México, China e Índia. Aliás, o Presidente francês, nesta semana, Senador Geraldo Mesquita, anunciou que o +5 deve ser incorporado ao G-8 para se transformar no G-13. Sei que será tarefa nada fácil, porque, realmente, os grandes economicamente não querem que encostemos muito neles. Mas, acredito que o Brasil e os demais Países que participam do +5 têm possibilidade, sim, em termos de potencial, de fazerem parte dos 13 maiores do mundo.

Sr. Presidente, participei muito desses debates, principalmente com relação a mudanças climáticas – reunimo-nos em Washington e em Berlim –, e agora temos a pretensão de realizar um encontro no Brasil, no próximo ano.

Nos últimos 15 dias, estiveram no País o Coordenador da Globo Internacional, os representantes do BID e do Bird, além de outras pessoas, para discutirmos a possibilidade da realização de um Fórum de Legisladores sobre Mudanças Climáticas no Brasil, que deverá acontecer em fevereiro de 2008, e que está sob a nossa coordenação. Realmente, trata-se de uma responsabilidade gigantesca. Até estamos assustados, mas tenho a certeza de que o Congresso Nacional do Brasil vai realizar discussões amplas e importantíssimas com relação ao mérito de questão relativa às mudanças climáticas, assim como também faremos a organização do evento com a competência que o Congresso Nacional e outras instituições têm.

O nosso Governo, o Presidente Lula, assim como o Ministério do Meio Ambiente – a Ministra Marina está empolgada –, a Casa Civil, a Embrapa, enfim, muitos órgãos estão envolvidos na organização desse evento.

Por isso, hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, relatarei um encontro havido em Mato Grosso, para dizer que o mundo não precisa preocupar-se com essa história de que, em determinados momentos, parecia que o Brasil estava destruindo tudo. Não é bem assim, não. Precisamos quebrar, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, certos preconceitos que existem contra o Brasil e contra os brasileiros, no sentido de que somos absolutamente destruidores. Já demos demonstrações concretas de redução do desmatamento. Por isso, mostraremos, bem de perto, em fevereiro do próximo ano, para o mundo economicamente desenvolvido, experiências bastante concretas de desenvolvimento com sustentabilidade.

Sr. Presidente, quero anunciar aqui que Mato Grosso serve de exemplo e está preparado para crescer de forma sustentável.

Sr. Presidente, para ser bastante fiel ao que lá está acontecendo, farei esta leitura:

Mato Grosso saiu na frente para demonstrar a possibilidade de se fazer uma exploração racional e sustentável dos recursos naturais. Para demonstrar a maturidade e consciência ambiental do setor produtivo do nosso Estado de Mato Grosso, foi assinado, na tarde desta sexta-feira [sexta-feira passada, dia 24/08], na Bienal dos Negócios da Agricultura, o Pacto Ambiental entre o Governo do Estado e a Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja). O ponto principal é garantir que até 2010 não tenha nenhum hectare de soja plantado em Área de Preservação Permanente [as chamadas APP] e haja recuperação das áreas degradadas.

Esse não é um documento feito e assinado por ambientalistas, o que seria normal, vamos dizer assim; é um documento assinado na Bienal dos Negócios da Agricultura, um pacto ambiental entre o Governo do Estado e a Associação dos Produtores de Soja – Aprosoja.

Um levantamento da Aprosoja identificou que existem cerca de 50 mil hectares plantados em APP's [Áreas de Preservação Permanente]. O que representa 0,6 de toda a área agrícola plantada de Mato Grosso. O primeiro passo é suspender o plantio nessas áreas e depois recuperar a área degradada.

Para o Governador do Estado, Blairo Maggi, a assinatura desse pacto ambiental representa uma das formas de mostrar ao Brasil e ao mundo o que Mato Grosso tem feito concretamente para conseguir uma produção sustentável com preservação ambiental. "Nós estamos trabalhando para produzir de forma correta, fazer as coisas como a lei determina. Mato Grosso tem espaço para crescer sim, para se tornar maior economicamente, é possível usar daquilo que é nosso direito", afirmou o governador.

O Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, visitou três Municípios da região norte, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, três grandes Municípios em matéria de potencial – gigantesco – de desenvolvimento no nosso Estado, Mato Grosso. As palavras do Ministro foram de surpresa ao constatar como Mato

Grosso vem fazendo agricultura de forma sustentável. Ele destacou que o Estado está pronto e preparado para crescer com sustentabilidade.

De acordo com o presidente da Aprosoja, Rui Carlos Ottoni Prado, a ação é inédita. Segundo ele, esta é a primeira vez que um segmento do setor produtivo se compromete com a adoção de atividades econômicas sustentáveis, tendo o apoio de órgãos públicos e entidades da sociedade civil. [Abro aspas para a palavra do Dr. Rui Carlos Ottoni.] “Os produtores de soja têm interesse em adotar práticas ambientalmente equilibradas e também em verem seus produtos certificados. É uma questão de preocupação com o futuro, com a sustentabilidade do negócio e também do mercado”.

Ambientalistas e setor produtivo avaliaram como positivo o caminho trilhado pelo Governo de Mato Grosso para se atingir uma produção sustentável.

O Sr. Sérgio Guimarães, ambientalista renomado, doutor, pessoa extremamente conhecedora do assunto e preparada diz: “É positivo o que está acontecendo em Mato Grosso na medida em que coloca como eixo principal a questão da sustentabilidade da produção na sociedade rural e resgatar as áreas de preservação permanente”. Sérgio Guimarães é Presidente do Instituto Centro de Vida – ICV.

O presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt), Mauro Mendes, também anunciou na mesma solenidade a criação de uma entidade ambiental do setor produtivo. Oito entidades criaram o Instituto da Ação Verde, composto pela Fiemt, Famato, Aprosoja, Ampa e Acrimat. O primeiro desafio já definido pela diretoria do Ação Verde é recuperar a mata ciliar das principais bacias hidrográficas de Mato Grosso até 2020.

Ações concretas. Vamos tentar resumir.

No total, foram 12 ações definidas, sendo que a maioria delas tem prazo final até 2010. Sob responsabilidade da Aprosoja, representando sojicultores, ainda estão alguns compromissos importantes, como o de destinar corretamente pelo menos 95% do total de embalagens de agrotóxicos usados no Estado e criar um programa de educação ambiental a ser implantado junto aos produtores de soja de Mato Grosso.

Da parte do Governo do Estado, representado pela Secretaria de Meio Ambiente

(Sema), estão metas como a unificação da base cartográfica do estado e a manutenção atualizada das imagens de mapeamento ambiental das propriedades. Outras ações dependem do esforço conjunto da Aprosoja e do Governo, como a criação de um centro de excelência de interpretação e uso de imagens de satélite e a busca por uma legislação ambiental com procedimentos unificados.

Um grupo de trabalho está sendo criado pelo Governo e pela Aprosoja para que a execução das ações sejam acompanhadas e fiscalizadas junto a todas os agentes envolvidos.

A assinatura do Pacto Ambiental, durante a Bienal da Agricultura, é consequência do Protocolo de Intenções assinado no dia 17 de abril deste ano entre o Governo de Mato Grosso e a Associação dos Produtores de Soja, tendo como testemunha as ONGs, TNC [talvez a maior ONG ambientalista do mundo], e o Instituto Socioambiental – ISA.

Eu tive com o Presidente da TNC em Washington uma longa conversa, quando discutimos a situação de Mato Grosso, o potencial e as possibilidades de fazer um acordo para que possamos realmente preservar a essência do meio ambiente no nosso Estado, Mato Grosso. As ONGs, tanto a TNC quanto a ISA – Instituto Socioambiental –, foram testemunhas da assinatura do Pacto ambiental, que estabeleceu uma série de metas para as partes integrantes.

Eu precisava anunciar isso aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque esse pacto é um passo importante, e nós temos de fiscalizar, temos de estar juntos, temos de cobrar. As instituições ambientalistas estão chegando junto realmente com a Aprosoja, com o Governo do Estado e o Governo Federal.

A Ministra Marina Silva, com certeza, está totalmente envolvida nessa proposta pela sua determinação, pela sua bravura na defesa do meio ambiente.

Portanto, que isso sirva de exemplo para outros Estados, não apenas com relação à soja, porque nem todos são voltados para o cultivo da soja, mas há outros setores que vêm poluindo e destruindo o meio ambiente também, para que tomem atitudes desse tipo, assinando acordos em que fique claro, explícito, como serão recuperadas as zonas degradadas, a fim de que as áreas de preservação permanente não sejam mais usadas e seja feita a recuperação das áreas já degradadas, tanto pelo garimpo quanto pelo plantio de soja, de cana-de-açúcar ou qualquer tipo de produção. Existe aquela velha mania, aquela história de dizer que o pequeno proprietário rural, a agricultura familiar e os

assentamentos dos sem-terra são responsáveis pela degradação do meio ambiente, mas isso não é verdade; os pequenos não estão degradando, não.

Portanto, uma atitude da envergadura dessa tomada pela Aprosoja, junto com o Governo Estadual e o Federal, faz-nos acreditar que, se os grandes produtores estão conscientes, pois estão tomando atitudes tão positivas com relação à defesa do meio ambiente, vamos dar um grande salto de qualidade na preservação de nossa vida, porque preservar o meio ambiente significa ter responsabilidade com a vida no planeta Terra.

E a responsabilidade é diferenciada? É. Países desenvolvidos, Países em desenvolvimento e Países com dificuldades de desenvolvimento, todos têm uma parcela de responsabilidade. É responsabilidade diferenciada? É, mas que cada um cumpra a sua parte. O Brasil está cumprindo a dele, e Mato Grosso, especialmente, está cumprindo a parte dele com grandeza e com o envolvimento da sociedade como um todo, desde os pequenos produtores da agricultura familiar até o grande agricultor e o grande produtor.

Não tenho dúvida disto: o Brasil vai dar uma demonstração, em Mato Grosso especialmente, da grandiosidade e da possibilidade do desenvolvimento com sustentabilidade. E que, em fevereiro do ano que vem, quando estivermos realizando o Fórum de Legisladores do G8+5 – talvez até lá sejamos +13; é um sonho, mas que seja do G8+5 ainda –, mostraremos ao mundo o potencial e a possibilidade que temos.

Sr. Presidente, só mais dois minutos, pois quero anunciar agora um seminário que será realizado em Mato Grosso na próxima segunda-feira, cujo nome é “Etanol MT/Brasil”. E vamos desmistificar isso aqui também, em fevereiro, no Fórum de Legisladores G8+5. Podemos ser, sim, os grandes produtores de etanol, talvez os maiores produtores de etanol no mundo. Vamos quebrar esse preconceito que os grandes do capital econômico têm contra o etanol. Tive de dar murro na mesa no debate com Tony Blair, quando muitos legisladores de vários Países do G8, inclusive o então Primeiro-Ministro da Inglaterra, diziam que o Brasil não podia produzir etanol, não tanto ele, mas participantes de outros Países já desenvolvidos. Nós batemos na mesa e dissemos que nós podemos, sim, ser grandes produtores sem destruir o meio ambiente e sem realmente prejudicar a alimentação.

Concedo um aparte ao Senador Edison Lobão e, em seguida, ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Edison Lobão (DEM – MA) – Senadora Serys Slhessarenko, nós somos os madrugadores na produção do etanol. Criamos uma tecnologia que o mundo não conhecia. Não é que ela seja extremamente

sofisticada, mas o fato é que nós estamos na gênese da criação, da concepção do etanol. Hoje produzimos algo em torno de 17,5 bilhões de litros, e já estamos exportando alguma coisa. Misturamos o etanol à nossa gasolina, para impedir exatamente a poluição, entre 20 e 25%. Temos o automóvel Flex, que é outra criação engenhosa: o automóvel funciona tanto a gasolina quanto a etanol, e a gasolina já com a mistura do etanol, e até com o gás natural. Isso foi feito aqui no Brasil. V. Exª tem razão, nós estamos de fato fazendo a nossa parte. A nossa produção dentro de 10 anos será mais do que o dobro do que temos hoje.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza.

O Sr. Edison Lobão (DEM – MA) – Nós iremos a 30 e tantos bilhões de litros de álcool. E na ocasião estaremos exportando – é a previsão – algo em torno de 11 bilhões de litros de álcool. Nós queremos que o mundo inteiro produza também. Não somos invejosos nem queremos apenas para nós. Os Estados Unidos hoje produzem mais do que nós, um pouco mais, mas o etanol é complicado, é do milho, mais caro. O fato é que o mundo inteiro precisa acordar para a existência do etanol, porque ele é benfazejo. Misturado à gasolina, impede a poluição. O mesmo ocorre com o biodiesel. Cumprimento V. Exª pela dissertação que faz e pela defesa brilhante dos interesses do seu País, que é também o meu País; é o nosso País.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Edison Lobão, quero que sua fala, seu aparte seja totalmente incluído no meu discurso. Gostaria de complementar o que V. Exª disse, que é absolutamente perfeito, é isso aí. Os Estados Unidos são o maior produtor de etanol de milho, que é apenas 25% antipoluenente. O etanol da cana é 830% antipoluenente. Não discutirei esse assunto agora, não farei explicações porque o tempo não me permite e não quero ultrapassá-lo, até porque o Senador Heráclito Fortes quer a palavra de imediato, pois precisa sair.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Exª está dando um enfoque de incentivo a que participem também da produção de etanol. É um fato muito bom e real. Graças a Deus a produção de cana pode ser feita em pequenas propriedades, em pequenas áreas. E as empresas não vão comprar todas as usinas. Futuramente, talvez, as cooperativas passem a ter usinas produtoras de álcool. Pedi para fazer um aparte apenas para ressaltar que, realmente, os Estados Unidos são o maior produtor de álcool, mas ele o faz a partir de um alimento humano. O milho é um alimento humano. Faz

parte direta da cadeia alimentar na produção de alimentos como suínos e aves principalmente. Lá estão transformando alimento em combustível. Nós não. A produção de açúcar não é afetada pela produção de álcool. Continuamos a produção normal de açúcar. A cana é alimento, mas é utilizada principalmente como alimento de animais. Não é ideal para bovinos nem é um alimento humano. Nós chupamos cana assim como comemos uma fruta, esporadicamente. Então, tem esse aspecto. Fora que o nosso álcool, retirado da cana, é muito econômico para ser produzido. Não tem jeito. Eles podem querer bloquear, tomar a tecnologia, mas nós vamos ser os maiores produtores de álcool, a não ser que venham para cá, comprem nossas terras todas e passem a produzir álcool em nossas terras. Aí será diferente. Por isso, peço às pessoas que não vendam as suas terras, que segurem as suas terras. Existe uma expectativa de melhoria de vida de todas as pessoas, de todos os pequenos que vivem lá isolados e em dificuldades, principalmente porque agora a luz está chegando às pequenas propriedades do Brasil, o que nunca aconteceu antes. No meu Estado, a projeção era a de fazerem 8 mil ligações. Infelizmente, por incompetência dos administradores do Estado e dos que cuidam do Luz para Todos, foram feitas menos de 2 mil ligações. Creio que V. Exª puxou um assunto importante. Não quero ser árabe daqui a 20 anos, mas seremos os maiores produtores de combustível reciclável. O nosso álcool, quando é usado, captura algum carbono da atmosfera para depois devolvê-lo para a atmosfera. Quem queima petróleo está devolvendo um carbono que foi capturado há milhares de anos e está no subsolo. Quer dizer, está aumentando o carbono da atmosfera. Nós estamos trocando quando usamos o álcool. Retiramos carbono e liberamos um pouquinho de carbono. O nosso álcool, como aditivo da gasolina, não polui e não traz substâncias tóxicas para o ser humano. Isso é mais importante ainda. Muito obrigado, Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza, Senador.

Gostaria, inclusive, de dizer que os derivados da cana, ou seja, o que fica depois de retirado o açúcar, o álcool, o melaço, o bagaço, o vinhoto, vira fertilizante, vira energia limpa, vira ração. Então é uma coisa fantástica. A cana é uma coisa fantástica. Nós não vamos destruir o meio ambiente, nós não vamos prejudicar a alimentação e nós vamos ser os maiores produtores de etanol. Por isso, anuncio aqui como é realmente muito importante esse seminário “Etanol Mato Grosso/Brasil”, que será realizado na segunda-feira. Questões ambientais, logísticas, trabalhistas e

de produção do etanol no Brasil e Mato Grosso serão temas desse seminário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Serys, eu só queria lembrar que V. Exª completou 20 minutos, mas fique à vontade.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Mais um minuto, só para terminar meu anúncio.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aliás, eu acharia que V. Exª devia aproveitar esse minuto para se lançar candidata a Presidente do PT. Uma mulher. Deve ser uma mulher. Senão, aquela primeira-dama da Bahia, Srª Fátima Mendonça, que mostrou muita firmeza e grandeza em suas declarações.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Serão discutidos temas nesse encontro “Etanol Mato Grosso/Brasil – oportunidades e desafios” como a situação do álcool nacional e mundialmente, o etanol no Brasil e no mundo. Será apresentada uma palestra sobre a relação entre a produção de álcool e o meio ambiente, sobre o mercado de trabalho e desenvolvimento econômico, sobre os incentivos fiscais e creditícios em Mato Grosso. O seminário “Etanol Mato Grosso/Brasil – oportunidades e desafios” é uma realização da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso em parceria com o Governo do Estado por meio das várias Secretarias e, com certeza, com a participação da sociedade organizada – e espero que seja com a participação dos grandes produtores, dos pequenos, da agricultura familiar, enfim de todos aqueles que vivem e moram no nosso Estado de Mato Grosso e sabem que o desenvolvimento econômico com sustentabilidade lá pode acontecer.

Senador Augusto Botelho, V. Exª falou que, infelizmente, o Luz Para Todos, lá no seu Estado, não está conseguindo ser cumprido, por incompetência de alguns. Eu diria que, em Mato Grosso, por competência dos gestores do Para Todos, especialmente do Coordenador do Programa, Dr. Gustavo Vasconcelos, ele está praticamente em dia e o seu cronograma para o ano de 2007 será cumprido até dezembro – tivemos essas informações ainda no dia de ontem.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com os nossos aplausos e do povo do Brasil pelo brilhante pronunciamento, convidamos o Senador Heráclito Fortes, Democrata do Piauí, a usar a tribuna, por cessão do Senador Valdir Raupp. V. Exª poderá usar o tempo que lhe for conveniente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós temos aqui presentes alguns Senadores do Norte e do Nordeste, e temos também o Senador Adelmir Santana, que é um homem de três natividades: maranhense, piauiense e também brasileiro.

Quero aproveitar, Senador Mão Santa, para dizer que o Norte e o Nordeste não têm sorte com este Governo.

Fiquei completamente feliz quando, há poucos dias, Senador Edison Lobão, ouvi declarações do Ministro Temporão, repercussão dos próprios órgãos do Governo, anunciando dois bilhões para a saúde no Brasil e que esse dinheiro seria gasto de maneira especial para resolver distorções do Norte e do Nordeste.

Mas, como diz o velho ditado, “Quando a esmola é grande, o pobre desconfia”. Nós, nordestinos, mais uma vez, caímos no conto do vigário, Senador Mão Santa. A caneta paulista, implacável e insensível, do Sr. Mantega acabou com a nossa alegria.

Eu me lembro de que o Senador Mão Santa fez um discurso enumerando algumas necessidades urgentes que o Estado do Piauí tem na área de saúde e que esses recursos chegariam em boa hora. Acabou, Senador Mão Santa. O Sr. Mantega anuncia que o dinheiro não existe. Cadê o PAC? Cadê o excesso de arrecadação? Cadê a boa vontade do Presidente Lula em atender a região que ele viu nascer? É desalentador ver que o Governo, em um momento como esse, anuncia, cria expectativas, e, menos de uma semana depois, o Ministro, como uma ducha de água fria, diz que esse dinheiro não existe e que tudo não passa de um sonho.

Senador Mão Santa, quando eu digo que o Governador do Piauí comemora o que não existe e, às vezes, acho que a culpa não é dele, mas de acreditar em quem promete. O Governo Federal enche a cabeça do governador de promessas e ele chega no Piauí e anuncia, Senador Geraldo Mesquita. Imagine agora? Não há dinheiro sequer para atender a hospitais. O Piauí foi acometido de um surto de dengue mais uma vez. Não só o Piauí, mas o Norte e Nordeste todo, vão saber que tem que se virar as próprias pernas, porque recursos do Governo Federal não existem. E, aí, Senador João Pedro? E o PAC? Menos de 30% até agora. O PAC é como a linha do horizonte: você sabe que existe, vê, mas nunca alcança. Menos de 30%, Senador! As estradas esburacadas, em petição de miséria. O PAC é produto de propaganda eleitoral deste Governo. É inauguração!

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – E é fato.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Onde que é fato, Senador? Não vamos nos enganar, não vamos sonhar com o que não existe. Isso é pesadelo.

Cadê, em termos concretos, esse PAC anunciado? Cadê o primeiro emprego anunciado pelo governo como alento à juventude? Não! O primeiro emprego está sendo desativado, e o Governo anuncia onde, Senador? Os jornais de hoje publicam. O próprio Governo, que anunciou o Primeiro Emprego...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Diminuiu a pobreza no Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O Senador João Pedro acaba de me dizer que diminuiu a pobreza no Brasil e, por isso, o Governo desativa o primeiro emprego.

O Governo acaba de anunciar que desativa o Primeiro Emprego e no ano que vem não existe mais. É um Governo de brincadeira, Sr. Presidente! Criou a expectativa na juventude brasileira com a criação do Primeiro Emprego, copiando, inclusive, experiências locais, regionais e está aí. É como as PPPs. Onde estão, Senador Ademir, as PPPs? Os programas nos quais a iniciativa privada participaria conjuntamente com o Governo num esforço de desenvolver o País? V. Ex^a é da área, sabe muito bem que ninguém investe sem marco regulatório, sem garantias e, agora mesmo, a questão se agrava pelo fato existente numa agência reguladora do caso Anac. O Governo quer aproveitar a dica para mudar o sistema de funcionamento dessas agências para, nada mais, nada menos, criar balcão de emprego para acomodar os seus militantes e os seus apaniguados.

Hoje, pela manhã, Senadora Roseana Sarney, Líder do Governo no Congresso Nacional, ouvi no Bom-Dia DF uma notícia, Senador Mão Santa, de que o desemprego em Brasília diminuiu, e o comentarista, respeitado, mostra em que setor isso ocorreu: basicamente nas nomeações feitas pelo Governo Federal e cita, Senador Mão Santa, o caso das famosas DAS. Ora, se uma pesquisa chega a detectar essa diminuição de desemprego na sua cidade, Senador Adelmir Santana, sendo o fator gerador dessa diminuição as DAS e alguns concursados, é sinal de que essa farra de DAS foi grandiosa na Capital federal. É o aumento da máquina do Estado e, conseqüentemente, a diminuição de investimento.

A máquina pública do Brasil cresceu dez vezes mais do que o seu desenvolvimento. Essa notícia de que o dinheiro para a saúde no Brasil não existe mostra que este Governo tropeça nas próprias pernas. É uma irresponsabilidade e, acima de tudo, uma falta de comando. Como é que um Ministro anuncia, e outro desmente, num desrespeito à população, e não há manifestação alguma do Presidente da República?

Meu caro Senador Adelmir Santana, concedo um aparte a V. Ex^a, com o maior prazer.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Heráclito Forte, quero me reportar à parte do discurso de V. Ex^a que diz respeito às agências reguladoras. Na verdade, tenho-me aliado àqueles que entendem ser necessário o fortalecimento dessas agências, desvinculando-as, naturalmente, no que diz respeito aos mandatos dos seus dirigentes, dos mandatos eletivos e objetivando criar força e credibilidade com os investidores, como bem fez referência V. Ex^a à questão das PPPs. Somente assim, os investidores efetivamente terão a coragem, se houver marcos regulatórios e agências reguladoras claras, sem risco jurídico, de aliar-se a projetos de Governo. Com relação à questão das DAS e da queda da taxa de desemprego no Distrito Federal, na verdade, é bom que se diga que, no Governo local, esse índice de DAS foi extremamente reduzido. O Governador José Roberto Arruda, ao assumir o Governo, reduziu de 17 mil cargos de confiança para 5 ou 6 mil. As 11 mil contratações que existiam por meio do Instituto Candango de Solidariedade também foram reduzidas. Ele correu um risco político extremamente grande, mas diminuiu sensivelmente a máquina do Estado, sobrando, portanto, recursos para novos investimentos e outras obras iniciadas há dois ou três meses em todas as cidades do Distrito Federal. Talvez aí esteja também um dos componentes – sem naturalmente desacreditar na questão das DAS, da farra, como V. Ex^a fez referência no tocante ao Governo Federal – para a diminuição da taxa de desemprego no Distrito Federal, que ainda é extremamente elevada. Mas aqui se dá, naturalmente, o desenvolvimento de várias obras do Governo local, de vários investimentos nas cidades-satélites, e certamente isso tem contribuído para a redução desse nível de desemprego na nossa cidade. Associo-me a V. Ex^a no que diz respeito à necessidade de se fortalecerem os marcos regulatórios, para que haja segurança, inclusive segurança jurídica, para os investidores terem coragem de se incorporarem a essa questão das PPPs. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu tinha deixado exatamente para o final traçar esse exemplo com relação ao Governo do Distrito Federal.

O Governo do Distrito Federal reduziu a máquina da administração direta, aumentando a oportunidade de emprego na iniciativa privada. Com tudo isso, a pesquisa conseguiu que fosse refletida a farra dos cargos DAS, a farra do boi promovida pelo Governo Federal. Eu fiquei assustado com o comentário feito agora pela manhã. É grave esse fato.

Enquanto um governo diminui a máquina e realiza obras – uma prova de que o tamanho da máquina não resolve –, o outro aumenta a sua máquina e nada faz

de concreto. Centralizador dos recursos públicos, foi preciso um movimento de Prefeitos e o apoio do Congresso para que houvesse aumento na participação dos Municípios no Fundo.

O Governo teima em tentar iludir a população de que recursos orçamentários que geram obras nos Estados e Municípios são realizações de iniciativas suas, quando, na realidade, é apenas um cumprimento constitucional fazer esses repasses.

Daí por que, Senador Mão Santa, vamos levar para esse final de semana a nossa frustração. Nós que estávamos tão felizes em pensarmos que as obras na área da saúde, especificamente no nosso Estado, o Piauí, finalmente seriam realizadas com esse dinheiro anunciado e que a assistência médica aos Municípios fosse melhorar de nível com esses recursos, estamos vendo que é mais uma ilusão. É mais uma ilusão, mais uma promessa desse Governo. E o nordestino, acreditando, porque o nordestino tem fé.

Lamento, Sr. Presidente, que o Governo brinque com uma coisa séria que é a saúde neste País. Gostaria de fazer este registro, esperando que o Presidente da República assuma e mostre ao Ministro da Fazenda que com saúde não se brinca – palavras suas.

Que bata a mão na mesa e não admita, de maneira nenhuma, esta molecagem praticada contra o povo brasileiro, de retirar recursos já anunciados para a saúde do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumprimos o Senador Heráclito Fortes pelo brilhante pronunciamento e lamentamos...

Estamos aqui na presença desse bravo Senador mineiro, Wellington Salgado. Estivemos na residência dele, num jantar, e S. Ex^a, o Ministro Temporão, garantiu, Senador Heráclito Fortes, duas parcelas – que adiantou ao grande Líder do Governo Wellington Salgado, que até me mostrou os valores – para socorrer o Hospital Getúlio Vargas. Heráclito, S. Ex^a, o Ministro, me garantiu que ia mandar o dinheiro para aquele pronto-socorro que V. Ex^a iniciou, quando era Prefeito de Teresina, e que o extraordinário Prefeito Firmino Filho concluiu, faltando só a participação, a parceria do Governo Federal, que o Ministro Temporão garantiu.

Da mesma maneira, o Ministro Geddel Vieira Lima. O Piauí, na sua região de semi-árido – 40% do território – está passando por uma seca, relatada em um pronunciamento do Deputado Roncalli Paulo, traduzindo que nunca houve tanta dificuldade, porque, antigamente, a Sudene nos socorria. O Ministro Geddel também disse que atendeu os pleitos do Deputado Estadual que denunciava.

Mas, diante disso, nós lamentamos, Senador Wellington Salgado. O Senador Heráclito acabou nosso entusiasmo. E ele garantiu que haveria o recurso para concluir o pronto-socorro que Heráclito começou e Firmino Filho concluiu.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, realmente peço desculpas ao Senador Heráclito Fortes e a V. Ex^a, porque eu teria estado com o Ministro Temporão duas semanas antes – porque estou tentando, e vamos conseguir, um aparelho chamado HDR para Uberlândia – e ele teria me mostrado os valores que V. Ex^a acabou de declarar. Ele me pediu que comunicasse a V. Ex^a e ao Senador Heráclito sobre essa liberação de recursos pela qual ambos já vêm brigando há muito tempo, mas, nesta confusão toda que estamos vivendo no Senado, esqueci de comunicar-lhes, e, naquele jantar pelo aniversário do nosso Líder Valdir Raupp – V. Ex^a estava até muito feliz –, ele comunicou-lhe pessoalmente. Acredito que foi até importante o meu atraso nessa comunicação, porque V. Ex^a recebeu o comunicado diretamente do Ministro Temporão.

Então, confirmo os valores e as palavras ditas por V. Ex^a da Presidência do Senado, porque presenciei aquele momento em que o Ministro comunicou-lhe a liberação dos recursos, inclusive as datas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos testemunhar o empenho de V. Ex^a e agradecer-lhe. Que V. Ex^a tenha o Piauí como seu segundo Estado. Minas, Piauí e, depois, o Rio de Janeiro, porque V. Ex^a tem altos investimentos na pecuária na região de Floriano, o que também agradecemos.

Heráclito, então, vamos convidar para ir à sua residência o Ministro, para outro almoço, porque o jantar foi muito bom, foi agradável o aniversário, mas parece que o nosso sonho do dinheiro para o Piauí o Mantega acabou.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a única coisa que não posso fazer é concorrer com o Ministro em questão de almoços ou de jantares, pois ele é filho do dono de um dos maiores restaurantes do Rio de Janeiro, o Antiquário, e levou exatamente o Ministro da Fazenda para saborear suas incomparáveis empadinhas. E nem isso resolveu! Imagine eu, com o meu capote tradicional! Não vou encantar ou mudar nem ele nem ninguém. Portanto, essa é a única coisa a que não me submeto.

Agora, imperdoável a falha do Líder informal do Governo, do Líder itinerante, Senador Wellington Salgado, de não ter-me comunicado esse fato, mas, no

fundo, foi bom porque não me frustrei, não tive a frustração de receber uma notícia que não vai acontecer.

Sr. Presidente, o Ministro Temporão é vítima nesse episódio. Ele é um homem de boa-fé, de bons propósitos; agora, foi enganado pela equipe econômica do Governo. E nós todos do Brasil, em nome da saúde, torcemos, Senador Wellington, para que Temporão não se transforme em “temporal” para desgraça de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Realmente, o Ministro está imbuído dos melhores sonhos e ideais. E nós vamos voltar – e justamente com o Senador Heráclito Fortes –, vamos ter outro encontro com o Ministro Temporão para não esquecer os auxílios necessários para melhorar a saúde do Estado do Piauí.

Convidamos para usar da palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior, por cessão do Senador Papaléo Paes.

V. Ex^a pode usar da tribuna pelo tempo que for conveniente, pela grandeza do Acre e de V. Ex^a e pelo trabalho que o seu pai fez por este Brasil, moralizando a política.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado. Senador Mão Santa, que preside esta nossa sessão de sexta-feira, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, antes de abordar o assunto principal que me traz a esta Casa hoje e a esta tribuna, comemorar, Senador Mão Santa, como já o fez o Senador João Pedro, comemorar com os profissionais, diretores, dirigentes da Rede Amazônica de Televisão os 35 anos de atuação da Rede naquela nossa pujante e bonita região.

Eu sou testemunha do esforço e da dificuldade que é, Senador Mão Santa, produzir comunicação naquela região. As distâncias são imensas, as dificuldades são gigantescas e apenas pessoas abnegadas e com uma força de vontade impressionante podem realizar uma obra de vulto como a construção da Rede Amazônica de Televisão, como foi feito naquela região. Eu quero aqui lembrar a memória de Tufic Assmar, que, logo no início, aquiescendo a um pedido do Sr. Philippe Daou, proprietário da Rede, instalou a primeira televisão no Acre, a TV Acre, até hoje funcionando, que alcança praticamente todo o Estado com as suas emissoras.

A Rede Amazônica festeja, em Manaus, onde fica sua sede, um evento para o qual fui convidado e ao qual lastimo profundamente não poder comparecer, em razão de vôos e também de estar me preparando para ir a Montevidéu, onde haverá mais uma sessão do Parlamento do Mercosul, do qual faço parte.

No entanto, eu não poderia deixar de transmitir um abraço ao Dr. Phelippe Daou e ao meu querido companheiro Raimundo Moreira, que dirige a emissora aqui no Distrito Federal. Quero cumprimentar todos os profissionais da Rede Amazônica de Televisão aqui em Brasília, na pessoa da Elis, que é tão gentil e que sempre nos acolhe tão bem. Cumprimento a Claudinha, enfim, todos.

Desejo que esse sucesso se estenda por anos e anos, porque é de fundamental importância que tenhamos, na nossa região, a Rede Amazônica funcionando, como vem funcionando, para levar informação às nossas populações.

Ao tempo em que lamento a impossibilidade de comparecer e atender ao gentil convite para estar em Manaus mais tarde – não vou por impossibilidade absoluta –, eu não poderia deixar de me confraternizar com todos os que fazem a Rede Amazônica de Televisão, do seu Presidente ao mais humilde funcionário. Deixo aqui meu testemunho de que fazem um trabalho de excepcional importância na nossa região.

Senador Mão Santa, quero falar a respeito de outro assunto. V. Exª falou no nome de meu pai há pouco, no nome do ex-Senador e ex-Governador Geraldo Mesquita. Colhi, do jornal **A Nova Democracia**, na sua última edição de agosto, uma apertada síntese do que ocorreu no nosso Estado nesses últimos anos. O jornal fez uma referência ao meu pai que quero aqui reproduzir. Antes, quero dizer a este plenário que o nosso Estado, lastimavelmente, Senador Mão Santa, perdeu a capacidade de auto-suficiência na produção de alimentos, fato de extrema gravidade.

Vou traduzir. O Acre hoje não produz o que come. Nós importamos – digo isso com muito pesar – cerca de 70% do que comemos. Não estou falando de televisão, de carro, de bicicletas; estou falando de comida, de grãos, de alimentos. Importamos, hoje, no Acre, cerca de 70% do que consumimos internamente, Senador. Talvez seja por isso que o atual Governador, Arnóbio Marques, no último final de semana, em Rio Branco, lançou o Pacto Agrário. Convocou centenas de produtores, técnicos, autoridades responsáveis pelo setor produtivo e reuniu, num ambiente amplo, lá na capital, todas essas pessoas para lançar e discutir as linhas mestras do que ele denomina Pacto Agrário.

Eu queria, de coração, Senador Mão Santa, dizer que saúdo essa iniciativa do Governador Arnóbio Marques, na intimidade chamado de Binho, Governador Binho. Eu saúdo. Essa é a percepção de um estadista, de um governante, que precisa abrir o foco de sua atenção. Costumo dizer que, no Acre, nós temos possibilidade e capacidade de fazer tudo. Do extrativismo à indústria, passando pela pecuária, passando

pela agroindústria, nós temos capacidade e possibilidade de fazer tudo. E o Governador Binho Marques talvez tenha percebido isso em boa hora lançando o Pacto Agrário.

Quero fazer uma retrospectiva histórica do que vem acontecendo em nosso Estado e faço, pela primeira vez, referência aqui a um cidadão que cumpriu um papel importante e decisivo no nosso Estado em um momento de grande dificuldade pelo qual nós passamos no final da década de 70.

O meu pai saiu deste Senado, Senador eleito, e foi governar o nosso Estado, num momento em que o preço da borracha se encontrava lá embaixo, como se costuma dizer, Senador Mão Santa. Na verdade, a borracha não tinha mais nem preço, Senador Augusto Botelho. Foi uma coisa impressionante. Tanto os seringalistas, ou seja, os proprietários dos seringais, como os próprios seringueiros viram, de um momento para outro, faltar o chão, ficaram sem condições para continuar a fazer o que eles faziam há séculos naquela região.

Mas ocorreu, Senador Mão Santa, um fenômeno, inclusive em relação a esse episódio, a esse fato: pessoas de outras regiões do País acorreram ao Acre. Naquela época, as terras do Acre valiam pelo que tinham em número de seringueiras, porque o que se fazia lá era extrair o látex e produzir borracha. A terra não valia absolutamente nada no Estado. E foram para lá pessoas de outros Estados, de Estados em que a agricultura já se fazia desenvolvida e intensa, aproveitando-se de um momento de extrema dificuldade, de um momento complicado que vivia o Estado. Muitos, Senador Mão Santa – é bom que se registre – muitos foram de boa fé, com vontade de produzir e trabalhar, tanto é assim que ainda estão lá até hoje. Paulistas, paranaenses, capixabas, pessoas de todo o País, com vocação e tradição na agricultura e na criação de gado, foram para lá e compraram áreas imensas, os antigos seringais, por preço de banana. Isso porque – repito – as terras não valiam por si, mas pelo que tinham dentro, que eram as seringueiras que produziam látex. Com o declínio do preço da borracha, isso tudo se esboroou. E essas pessoas compraram terras a preço de banana, Senador Edison Lobão.

E entre aqueles que foram de boa-fé, com vocação e com vontade de trabalhar, muitos foram para picaretar. Grileiros, picaretas foram para nosso Estado e não tiveram guarida. Mas, antes de serem rechaçados, causaram muita confusão. Há registro de assassinatos, de casos deploráveis de tortura de seringueiros, de fogo na casa de seringueiros, para que abandonassem o local. Foi um momento muito complicado.

E, naquela ocasião, Senador Edison Lobão, o seu amigo, ex-Governador Geraldo Mesquita, assumiu o Governo e tomou medidas duras.

Ao lado do planejamento e da execução, preocupou-se com todos os aspectos que um governo deve se preocupar: promoção da cultura, desenvolvimento da educação e da saúde, mas, sobretudo, Senador Edison Lobão, criou condições para que o setor produtivo acreano ressurgisse, se fortalecesse, notadamente no que diz respeito ao pequeno e ao médio produtor em nosso Estado. Ele criou uma infra-estrutura de apoio aos produtores. Um Estado que não tinha capacidade de armazenar um quilo de grão, ao final do seu governo, possuía armazéns em todos os Municípios e passou a ter capacidade de armazenar milhares de toneladas de grãos.

Ele instituiu a empresa Colonacre, que possuía dezenas ou talvez centenas de equipamentos agrícolas e prestava aos produtores o apoio e a parceria necessários, para que pudessem cuidar do seu ofício, abrindo e mantendo ramais, estradas vicinais, construindo açudes, mecanizando a agricultura onde fosse possível.

Também deu início aos Naris – Núcleo de Ação Rural Integrado, que concentravam, próximo aos setores produtivos, todos os serviços que o Estado e as instituições poderiam prestar aos produtores: crédito bancário, assistência técnica. Enfim, Senador Edison Lobão, tudo concentrado próximo do produtor, para que ele não precisasse se deslocar para Rio Branco ou para a sede dos Municípios para buscar aquilo que tanto ansiava.

Aquele Governo criou a empresa Codisacre, responsável pela instalação do primeiro distrito industrial em Rio Branco.

Enfim, foi o governo, Senador Mão Santa, que fez com que passássemos de uma situação aflitiva para uma situação de plena produção, de entusiasmo intenso, que contagiou o setor produtivo acreano e fez com que, aí sim, conjugando ações sérias e determinadas, os pequenos produtores tivessem um pedaço de terra para produzir, o crédito a tempo e a hora, assistência técnica competente e permanente, tivessem como trabalhar sua terra, escoar sua produção e armazenar seu produto, inclusive com a prática da política do preço mínimo associada à capacidade de armazenamento.

Isso fez com que houvesse, mais uma vez, no nosso Estado, a possibilidade da parceria estreita que governos naquela nossa região têm de ter com o setor produtivo, notadamente com o pequeno produtor.

Felicito o Governador Binho Marques pela sua iniciativa – e estou muito contente com isto – de lan-

çar o pacto agrário, porque renovo a esperança de que consigamos reverter o quadro terrível que se abateu sobre nosso Estado nos últimos anos, fazendo com que o Acre, paulatinamente, perdesse sua capacidade de auto-suficiência na produção de alimentos.

Quero colocar-me à inteira disposição do Governador Binho Marques no que pudermos fazer nesta Casa, inclusive alocando recursos no Orçamento. Já faço isso desde o início do meu mandato, Senador Edison Lobão. O grosso das minhas emendas é destinado ao setor produtivo, notadamente para o campo. Desde o início do meu mandato, tenho destinado ao Governo Estadual as emendas de bancada que cabem a cada Senador indicar, a fim de adquirir equipamentos para que se faça, juntamente com as prefeituras, um trabalho sério e correto na recuperação dessa nossa capacidade.

Concedo, com muito prazer, um aparte a V. Ex^a, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (DEM – MA) – Senador Geraldo Mesquita, ouvi algumas vezes do Presidente Ernesto Geisel que se governa mais com imaginação criadora do que com recursos financeiros. Sei que o Governador Geraldo Mesquita foi o revolucionário da administração do seu Estado. O Acre era um antes dele e passou a ser outro depois dele. Essas ações sobre as quais V. Ex^a disserta neste momento são exatamente aquelas que geraram o prestígio do Governo Geraldo Mesquita. Não tenho dúvida de que, no campo, ele procurou fazer aquilo que seu espírito público sugeria e apontava. Existe não apenas no Acre, mas no Brasil todo, essa praga que são os grileiros, em relação aos quais nenhum governante pode ter contemplação. Não tive, quando fui Governador, contemplação com nenhum grileiro. Reconheci o direito de propriedade, porque está na Constituição Federal e até na própria orientação da Igreja. O Papa João Paulo II, quando esteve no Brasil, foi ao Maranhão. À época, eu era Governador. Na sua homilia, Sua Santidade defendia os trabalhadores rurais com muito vigor e entusiasmo, mas dizia: “Invasão da propriedade privada, não; sob nenhum pretexto”. A desapropriação, sim, está prevista na lei por interesse social. Fiz isto no Governo do Estado: distribuí 25 mil títulos de terras, que foram desapropriadas e pagas. Invasão, não. Mas com grileiro não é possível conviver. São criminosos, são delinqüentes. São delinqüentes contra a Nação, delinqüentes contra o povo, delinqüentes, sobretudo, contra os mais necessitados. Eu não posso deixar de dizer estas palavras em relação ao discurso de V. Ex^a, mas me permita, sobretudo em relação ao Governador Geraldo Mesquita, meu amigo, que me honra com a sua amizade, e me honrou sempre, e que foi para o

Governo já tendo exercido o mandato de Deputado. Foi, portanto, preparado. Raramente um governador é bom governador sem ter passado antes pela sargenteação da vida pública no Congresso Nacional. Ele foi um excelente Deputado, foi um brilhante Governador. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Edison Lobão, agradeço, sensibilizado, suas palavras, notadamente aquelas que se referem ao meu velho pai – o Barão, como o chamamos na intimidade –, hoje alquebrado pelo peso da idade, 89 anos, mas resistindo ainda. E creio que morrerá apaixonado pela sua terra, sentindo aqui e acolá tristeza pelo desmonte de tudo aquilo que ele fez – foi um verdadeiro desmonte.

Hoje, as empresas às quais eu me referi são sucatas e estão em processo de liquidação. Os produtores, nos últimos anos, têm tido extrema dificuldade de retomar a parceria com o Estado, Senador Edison Lobão. Eu costumo dizer que naquela nossa região essa parceria é fundamental.

O Estado, naquela nossa região, talvez seja o principal indutor do processo de desenvolvimento. Em determinado momento, o Estado tem que estar presente em uma parceria estreita, principalmente com os pequenos, porque os grandes, mal ou bem, têm como se virar, mas também com eles e, sobretudo, com os pequenos. Se faltar, Senador Edison Lobão, os problemas são enormes e vêm às toneladas. As cidades incham de pessoas que não têm condições de ficar no campo, vêm para as cidades passar fome, as filhas se prostituindo, os filhos entrando no crime. Rio Branco hoje é uma cidade impressionante. Há bairros, Senador Edison Lobão, que, a partir de cinco horas da tarde, o senhor não entra mais. Bairros dominados pelo crime. Não é só no Rio e em São Paulo, não. No Acre, em Rio Branco.

Por isso, mais uma vez, digo que festejo a iniciativa do Governador Binho em convocar os setores envolvidos, as pessoas envolvidas, as pessoas interessadas em promover o que ele chamou de “pacto agrário”. Tomara que o Governador tome medidas concretas. Agora não precisam ser grandes iniciativas, não, mas pequenas iniciativas, Senador Edison Lobão.

Vivo um drama em nosso Estado. Há uma pequena cooperativa de produtores de amendoim próximo a Rio Branco, no Município do Quinari, querendo produzir. No entanto, estão em dificuldade para levar um pequeno trator agrícola que beneficiará, mecanizará uma pequena área a ser plantada. Assim, eles poderão colher a safra deste ano e continuar vivendo. Mas encontram extrema dificuldade e, até agora, não conseguiram um pequeno trator agrícola.

Que coisa impressionante um negócio desses!

Tomara que o Governador Binho tome tento, veja essa situação ponto por ponto e estabeleça parcerias pontuais com todos os produtores do Estado que estão nessa aflição.

Senador Botelho, com muito prazer ouço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a não declinou, mas eu vou falar. V. Ex^a é Presidente do Parlamento do Mercosul.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador, desculpe-me, vou fazer uma pequena retificação. Eu presido a representação brasileira no Parlamento do Mercosul.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Então, pronto. Assim que eu entendo. V. Ex^a não é apenas um membro do Mercosul. Parece-me que V. Ex^a está descrevendo a história de Roraima, da chegada dos arroteiros que aportaram lá na década 70. Chegaram muitos picaretas no meio, mas muitos ficaram lá e desenvolveram uma cultura de arroz irrigado, que hoje tem a melhor tecnologia do Brasil. Nós estamos ganhando dos gaúchos em produtividade em áreas maiores, não em áreas pequenas. Em áreas de mais de cem hectares, nós ganhamos dos gaúchos em produtividade – obtemos de três a seis safras por ano. É pena que alguns desses produtores, entre eles os meus amigos Luís Fácil, Itikawa, Centenário e Paulo César, estão na iminência de serem expulsos das suas áreas, porque, na quinta expansão da área indígena, Raposa Serra do Sol, chegaram a eles. Isso é um fato. V. Ex^a me esclareceu agora sobre outro fato. Eu não entendia como é o que o Acre, sobre o qual se fala muito em extrativismo, tinha quase dois milhões de cabeça de gado. Mas V. Ex^a me explicou isso. Em Roraima, nós temos gado desde a época de Lobo Dalmada, desde o início dos anos 1700. Em 1900, 1910, nós exportávamos gado para o Amazonas, para o Pará. E nosso rebanho continua estabilizado em 500 mil cabeças de gado. Eram 300 mil. Sempre oscilou em torno disso. E o Acre tem quase dois milhões. E agora V. Ex^a me deu essa explicação de que foi o seu pai que fez aquele plano de apoio à agricultura e à pecuária naquela época, que fez chegar a esses dois milhões que existem hoje. O Acre, tempos atrás, não tinha gado também, como o Amapá, mas agora tem quase dois milhões, quatro vezes mais do que o meu Estado. Isso me intrigava: como é que isso ocorre no Acre, conservacionista, onde ninguém liga para a pecuária nem agricultura? Mas foi esse trabalho do seu pai que fez com que o Acre colhesse esse fruto de comer carne barata hoje. V. Ex^a me explicou uma coisa que eu não entendia, porque procuro entender a nossa Amazônia. Sobre esse fato

de começar projetos e abandoná-los nessas trocas, isso sempre ocorreu. V. Exª teve a sorte de o Acre virar Estado primeiro do que o meu; por isso, o Estado de V. Exª está mais desenvolvido, tem mais recursos. Mas, felizmente, no meu Estado, ainda não existem bairros onde não possamos entrar não; entramos a qualquer hora, em qualquer bairro. É lógico que há lugares um pouco mais perigosos, mas não estamos nesse ponto ainda não. A migração do campo para a cidade continua. A cidade está criando bolsões, e a mesma coisa acontece com as famílias, que vão para a beira da cidade, as filhas se prostituem, e, na prisão, só se vêem filhos de pequenos agricultores. É triste isso. São pessoas que foram expulsas das suas terras, muitos de áreas indígenas. Temos mais de 500 famílias que não foram reassentadas até hoje, mas o Presidente Lula prometeu que iria reassentá-las, e estou aguardando, estou esperando para ver. Realmente nunca tinha sido dada nenhuma terra para essa gente que foi desassentada, mas agora já deram algumas terras. Ainda não cumpriram o prometido, pois deram só o espaço, a terra, mas não há estrada, não há luz, não há nada para a pessoa se instalar. Mas tenho esperança de que isso venha a ocorrer, porque temos terras para assentar essas pessoas, e só falta uma iniciativa política de resolver; se não, a situação vai continuar, e os próprios indígenas já estão vindo para a periferia da cidade. É triste essa situação social nossa. Acho que nós, dos Estados do Norte, temos de basear nosso desenvolvimento inicialmente no setor primário, na agricultura e pecuária; naturalmente virá a industrialização depois, virão a indústria e as outras coisas. Mas V. Exª está fazendo uma reflexão sobre o seu Estado, e parece que estou ouvindo sobre o meu. Muito obrigado pela chance que V. Exª me deu e parabéns a seu pai, porque os dois milhões de cabeça de gado que existem lá são consequência do trabalho que ele fez há mais de trinta anos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço muito o seu aparte, Senador Augusto Botelho.

Na verdade, essa pastagem que se instalou no Estado se instalou em áreas que eram os antigos seringais, em grande parte. A ação do Governo de então, na pessoa do ex-Governador Geraldo Mesquita, foi no sentido de permitir que aqueles que foram para lá trabalhar com seriedade permanecessem, se instalassem e pudessem produzir. E, como disse o Senador Edison Lobão, aqueles que foram para lá “picaretar”, como também foram para o Maranhão, mas foram rechaçados com muito vigor. Meu pai chegou a ponto de demitir chefe de polícia que se mancomunava com grileiros para bater em seringueiro, expulsar

seringueiro, matar seringueiro. Líderes sindicais rurais foram assassinados. Wilson Pinheiro foi assassinado – o maior líder do sindicato de Brasília, no nosso Estado – dentro da sede do seu sindicato, barbaramente. E, nesse momento, e mesmo em detrimento a isso, um governo se instalou e promoveu as condições de darmos a volta por cima, de estabelecermos uma parceria estreita com os pequenos produtores. E o Estado voltou a respirar, a produzir depurando, pois quem queria trabalhar ficou.

Faço este registro porque é de justiça fazê-lo. Muita gente foi para o Acre na década de 70, muita gente boa – não vou aqui nomeá-los sob pena de cometer alguma injustiça –, pequenos, médios e grandes produtores de gado, produtores agrícolas se dirigiram para o nosso Estado e lá se instalaram; muitos ainda estão até hoje em nosso Estado.

Sr. Presidente, a referência que colhi do jornal *Nova Democracia* diz, numa apertada síntese, muito do que estou aqui reproduzindo.

Diz o artigo em certo trecho:

No Acre, as administrações estaduais que se sucederam ao golpe contra-revolucionário de 64, tornaram-se benevolentes com os latifundiários do sul, [e, entre aspas, coloca] “exceto a de 75/79, administração Geraldo Mesquita, caracterizada por um claro desprezo aos latifundiários.”

“Claro desprezo” não digo, Senador Augusto Botelho, mas uma ação dura contra os picaretas, contra os grileiros que foram lá para a nossa terra, isto sim. E mais: compromisso ferrado, estreito com aqueles pequenos e médios cidadãos acreanos e os de fora que queriam produzir. O Estado também teve a parceria estreita do Governo Federal, que permitiu a desapropriação, para fins de reforma agrária, de mais de um milhão de hectares de terra naquele período, que permitiu o início de assentamentos daquelas pessoas expulsas dos seringais, que puderam contar com um pedaço de terra para começar a produzir.

Senador Augusto Botelho, estou aqui há quase cinco anos e nunca fiz esse resgate histórico, talvez para não sofrer uma acusação injusta de dizerem que estou falando em causa própria quando me refiro ao governo do meu pai, que fez uma grande diferença no nosso Estado. Como disse o Senador Edison Lobão, foi um governo que marcou, de forma decisiva, clara, uma administração estadual proba, correta. Meu pai é um homem pobre – vive das suas aposentadorias –, mas tem a consciência tranqüila e o coração cheio de alegria de haver feito uma administração correta,

honesta, capaz, inclusive de promover as verdadeiras condições de desenvolvimento do nosso Estado.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Geraldo Mesquita, não se preocupe em falar sobre as realizações e até os feitos do seu pai. O Padre Vieira registrou a existência “do pecado da omissão”. V. Ex^a estaria cometendo “o pecado da omissão” se não o fizesse nesta manhã.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado. V. Ex^a me deixa mais aliviado e mais tranqüilo com relação a isso.

Em síntese, poderíamos passar o dia todo falando sobre esse assunto, mas não me cabe fazê-lo, porque estaria sendo deselegante com o Senador Edison Lobão, que falará em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Por enquanto, V. Ex^a só passou 31 minutos do seu tempo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Mais uma vez, Senador Edison Lobão, e pela última vez, quero dizer da minha alegria, da minha felicidade ao saber da iniciativa do Governador Binho Marques em chamar o setor produtivo e estabelecer o que ele chamou de pacto agrário. Queira Deus que o Governador tome medidas concretas no sentido de reverter esse quadro tão perverso que se abateu no nosso Estado, a ponto de fazer com que nós, no Acre, Senador Edison Lobão, perdêssemos a nossa capacidade de auto-suficiência na produção de alimentos. Isto é triste para o Estado. Equivale ao mau vizinho, que toda a hora pede emprestado uma xícara de café. Um quilo de feijão que vai para o Acre, Senador Edison Lobão, significa uma família desempregada, sem poder produzir. Um quilo de feijão que seja!

Portanto, louvo a iniciativa do Governador Pinho, e coloco-me à sua inteira disposição naquilo que posamos fazer para reverter esse quadro terrível que hoje vivemos no nosso Estado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Saúdo os estudantes do Colégio Marista de Patos de Minas, que visitam o Senado da República.

Minas nos lembra Juscelino Kubitschek de Oliveira. E aqui faço minhas as palavras de Juscelino para a juventude do Colégio Marista de Patos de Minas: “É melhor ser otimista; o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando.” Minas escreveu as mais belas histórias desta Casa. Esta Casa tem como patrono Rui Barbosa, que nos ensinou que só há um caminho, uma salvação: “A lei e a Justiça.” Ao Estado de Minas Deus, talvez, deu a melhor gente, muito gado, muito ouro e seus representantes – aqui

simbolizados pelo bravo Senador Wellington Salgado -, menos uma praia. Façam a praia do vocês a do Piauí, as praias do Delta. Peçam aos seus pais para passarem as férias na praia de Minas, que é a praia do Piauí. Sejam felizes!

Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana; em seguida a concederei ao Senador Edison Lobão, do Democratas do Maranhão.

Tem a palavra o Senador Aldemir Santana, líder empresarial que também representa aqui o Estado do Piauí, do qual é cidadão por lei municipal e estadual.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta manhã para fazer uma retrospectiva da forma de governar do nosso Governador José Roberto Arruda. Refiro-me, especificamente, à implementação que o Governador Arruda tem dado à forma de sentir as questões do Distrito Federal e as administrações das cidades-satélites.

O Governador Arruda tem deslocado a sua equipe, a cada semana, sempre às sextas-feiras e também aos sábados, para as várias cidades-satélites do Distrito Federal. Nessas oportunidades, o Governador reúne-se com as lideranças locais, com o seu Secretariado, com os Parlamentares para discutirem *in loco* as questões vinculadas a cada uma dessas administrações. Numa dessas visitas, exatamente à Ceilândia, o Governador teve a oportunidade de reunir toda a sua equipe de Governo com as lideranças locais. Naquela oportunidade, ouviu os reclamos daquela população, daquelas lideranças, lideranças políticas também vinculadas àquela cidade, para tomar medidas extremamente importantes, que mexem, sobremaneira, com aquela região, no que diz respeito à área da infra-estrutura; aos setores ligados aos feirantes; à higienização e limpeza da cidade; à regularização de ocupações de áreas públicas; à questão de escrituras de algumas propriedades não escrituradas, ligadas a antigos moradores da expansão do Setor “O”; à área educacional; à criação de novos ambientes, de novas escolas; creches; esporte; lazer; trânsito; transporte; transporte urbano, enfim, o Governador tem dado demonstração de uma forma nova de governar. Naturalmente, deixa-nos orgulhosos com esse tipo de procedimento.

Ontem e anteontem, também na Ceilândia, o Governador teve a oportunidade de deslocar para lá toda a sua equipe, para também recepcionar o Presidente da República, que se fez acompanhar de vários Ministros – nós, por outras obrigações, não tivemos a oportunidade de nos fazer presente –, teve a oportunidade de anunciar um bom volume de recursos e de obras para o Distrito Federal.

A mais importante é a continuidade da obra do metrô, paralisada há mais de treze anos, segundo as palavras do Governador. Foram acertados investimentos da ordem de R\$100 milhões, dos quais R\$30 milhões do Governo Federal, decorrentes das emendas de Bancada, cuja liberação foi anunciada naquela oportunidade. Portanto, são setenta milhões do Governo distrital.

Tudo isso foi possível, naturalmente, pelas medidas iniciais tomadas pelo Governador do Distrito Federal, que, em um ato de coragem e de força política, correndo sérios riscos políticos, como eu já disse nesta manhã, reduziu drasticamente o número de Secretarias – antes eram 36 e agora são 20 – e de cargos em comissão. Também demitiu servidores que não tinham sido admitidos por concursos públicos.

Mas o Governo não se limita apenas às cidades-satélites, à área do Distrito Federal. Ontem, quinta-feira, o Governador deslocou-se e visitou quase todas as cidades do Entorno; tomou ciência das dificuldades delas – trabalho que continuará hoje – e anunciou os recursos destinados a essas cidades, quando junto com o Presidente Lula e o Governador de Goiás sobrevoam a região do Entorno. Foi assegurada a liberação de um volume considerável de recursos para essas cidades-satélites.

Portanto, quero aqui louvar essa forma de governança, essa forma de atuação do Governador José Roberto Arruda, que, como disse, que não se limitam apenas às cidades-satélites do Distrito Federal. Entende o Governador Arruda que as cidades do Entorno estão perfeitamente integradas à Grande Brasília. Se não resolvermos os problemas na área da Saúde – um dos enfoques do Governador durante essas visitas, quando esteve no Hospital de Santo Antonio Descoberto e no Hospital de Valparaíso –, se não houver equipamentos nessas cidades, certamente os hospitais de Brasília não terão como atender o grande número de pessoas que os procuram. É lá, em cada Município, que devem estar os equipamentos necessários, para que não haja esse verdadeiro turismo de doentes em busca de uma consulta no Distrito Federal e nos grandes centros, ou nos centros de excelência, que dispõem desses equipamentos.

Portanto, temos de dotar a área de Saúde dos pequenos Municípios para evitar esse fluxo de doentes, ou fluxo de pacientes, em busca, apenas, de uma consulta. Ao mesmo tempo, além de dotarmos os Municípios desses equipamentos necessários para os atendimentos iniciais, é preciso também que regulamentemos, de uma vez por todas, a Emenda Constitucional nº 29, definindo claramente as funções e as obrigações de Município, Estado e União e – volto a

insistir – para um atendimento integral, incluindo, inclusive os medicamentos. Não é possível que se deixe uma pessoa à espera de uma consulta médica, às vezes, 60 dias e, após a consulta, sair esse paciente, de poucos recursos muitas vezes, sem o atendimento integral, isto é, sem os medicamentos. Isso vai naturalmente gerar novo ciclo: o paciente não toma os medicamentos, mascara o atendimento e volta novamente à fila na busca de uma nova consulta e, muitas vezes, chega até mesmo a buscar os postos de atendimento de emergência. Aí sim, o País gasta muito mais, porque se dá o processo de internação, chegando às vezes até a casos de UTI, quando poderia ter sido evitado lá no pequeno Município com atendimento integral, às vezes com gasto em torno de R\$50,00 ou R\$60,00, que o pobre não tem. O paciente chega à farmácia, depois de ter esperado 60 dias para ser atendido, e passa a auscultar o balconista, que não tem, naturalmente, a formação necessária, que não vai ter o tempo, como teve o médico, de ouvi-lo. Às vezes, com três produtos na prescrição, ele pergunta ao balconista, que começou muitas vezes limpando o chão e agora já começa a ler receitas: “Qual é o mais importante?” O balconista, que é comerciante e está ali para atender, naturalmente vê que entre os produtos há um que tira a dor e diz: “Esse aqui tira a dor”. Aí, ele compra aquele que tira a dor, volta para casa, a doença é mascarada e se agrava. Ele volta novamente ao ciclo da espera da consulta, da internação na emergência, e isso fica muito mais caro para o País.

O Sr. Edison Lobão (DEM – MA) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Por favor, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (DEM – MA) – Embora sem a legitimidade de V. Ex^a, que tão bem representa o Distrito Federal como Senador da República, tenho igual interesse nesta cidade, porque aqui vivo e aqui exerço também o meu mandato de Senador. Nós todos, portanto, temos interesse por Brasília. Senador Adelmir Santana, o Governador José Roberto Arruda é, indiscutivelmente, um administrador de grande porte. Ele já exercera outras funções no Governo do Distrito Federal. Foi Senador da República, brilhante, Líder – e exerceu com extrema competência o seu cargo de Líder e o mandato de Senador. Foi Deputado Federal. Ele assume o Governo do Distrito Federal, portanto, com uma bagagem e com uma experiência que aplica no exercício de sua nova função. Não tenho dúvida de que ele exercerá, até o final de seu mandato, uma ação revolucionária no que diz respeito à Administração Pública. Ele é capaz, ele é competente; ele é movido pelo sentimento popular, também, que o impul-

siona à realização da administração que aqui exerce. Tenho esperanças, tenho convicção de que ele fará uma transformação no Distrito Federal, pelos métodos que aplica, pelo interesse que tem na causa pública e pelo vigor de sua administração. Acredito, portanto, que V. Ex^a faz justiça a um Governador que já está no sétimo mês do seu mandato e tem um horizonte des-cortinado sobre aquilo que pretendia fazer e que está fazendo. Tenho palavras, portanto, de estímulo a ele, no exercício do mandato de Governador, e a V. Ex^a, como Senador representante do Distrito Federal, pelo relato, pela dissertação que faz do Governo do Distrito Federal. Cumprimentos ao Governador José Roberto Arruda e a V. Ex^a, que representa não dois, mas três Estados: é maranhense, nasceu lá e representa o nosso Estado; é Senador da República pelo Distrito Federal; e, agora, foi declarado também Senador piauiense pelo Presidente desta sessão.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Na minha humildade, nunca teria condições de fazer tantas tarefas que me são incumbidas. O Estado do Maranhão está belissimamente bem representado por V. Ex^a, pela Senadora Roseana Sarney e pelo Senador Epitácio Cafeteira. Naturalmente, tenho grande vinculação com o Estado, porque foi onde nasci, mas esta é a minha cidade.

Ainda ontem, aqui, fazíamos homenagem a pioneiros e organizamos um evento que chamamos de Mercado Candango, pelo segundo ano consecutivo, com o que queríamos homenagear homens e mulheres que vieram para cá, acreditaram no sonho de Juscelino e se transformaram em grandes personalidades da nossa cidade, pela força, pela participação como comerciantes aqui em Brasília.

V. Ex^a é um deles, é um dos que para cá vieram antes mesmo da representação política e trabalhou muitos e muitos anos na imprensa local. Foi leitor assíduo da sua coluna no **Correio Braziliense** e sei do amor e do apreço que tem por Brasília. V. Ex^a também deixa de ser apenas um Senador do Maranhão e eu lhe transfiro a competência de ser o quarto Senador do Distrito Federal, pelas vinculações que tem com esta cidade.

Portanto, vamos formar forças, vamos unir forças, em defesa do Distrito Federal e em defesa do Maranhão. E concito o Presidente Mão Santa a fazer o mesmo. Além de representante do Piauí, que se alie a nós, como representante também do Distrito Federal, e vamos tentar fazer essa missão conjunta – eu, V. Ex^a e o Presidente Mão Santa.

Quero agradecer, portanto, o aparte de V. Ex^a.

Realmente, o Governador Arruda tem feito um trabalho diferente, um trabalho que merece a nossa

atenção. Ao fazer essa visita à Ceilândia, ao mesmo tempo em que ouve a população, o seu secretariado, os presidentes de empresas, as lideranças comunitárias, ele também toma ações imediatas.

A Ceilândia, que tinha ali no seu centro por longos anos a invasão, vamos dizer assim, por feirantes, teve essa invasão extirpada. A cidade hoje é outra, é ampla, aberta, limpa. Tudo isso programado, porque, ao mesmo tempo, foi inaugurado um *shopping* popular que leva os feirantes para a regularidade, para a condição de pequenos empresários, com registro, com endereço, com *boxe* definitivo.

Além disso, tínhamos, na capital do País, a chamada Feira do Rolo. Olha o nome: “Feira do Rolo”. Isso na capital do País. A própria denominação demonstra ilegalidade. Ontem foi extirpada a Feira do Rolo. Então, o Governador Arruda é um governo que busca a legalidade.

Eu quero louvar essas atitudes e dizer que estamos inseridos nesse processo. E, nesta manhã, meu intuito é fazer referência às ações da Ceilândia. A Ceilândia é um dos maiores núcleos habitacionais ou é o maior núcleo habitacional dentre as administrações regionais do Distrito Federal. Lá também estamos desenvolvendo um plano para dotar aquela cidade de uma unidade do Sesc. Temos lá uma área de cinquenta mil metros quadrados em que estamos construindo uma obra de mais de vinte mil metros.

Eu diria, talvez, que é a maior obra daquela comunidade e queremos participar desse processo de levar as atividades sociais do Sesc para aquele núcleo habitacional. Lá serão instaladas clínicas, escolas, piscinas, quadras de esportes, ginásios, churrasqueiras. Pronto. Esta obra está pronta, apenas precisando de obras complementares. E aqui faço um apelo ao Governador Arruda para que as obras de infra-estrutura na região que circunda esse centro do Sesc sejam complementadas com estacionamento, canalização de águas pluviais, ajardinamento, para que essa obra tenha efetivamente a ação que desejamos. Ali, nós teremos oportunidade de atender a uma população de aproximadamente 400 mil pessoas. Essa cidade tem vocação para comércio e serviços. E é lá que se encontram os trabalhadores de comércio e serviços. E nós queremos dotar aquela cidade desse equipamento. Lá, Srs. Senadores, para que V. Ex^{as} tenham uma noção, nós estamos inaugurando um teatro com 450 lugares, que, talvez, supere os maiores auditórios existentes aqui no Plano Piloto. Nós estamos dotando aquilo de oito a dez piscinas – parece-me que são oito piscinas aquecidas – para a prática do esporte. E lá haverá todos os equipamentos que o Sesc disponibiliza por este Brasil afora. V. Ex^{as} todos sabem que o Sesc

tem uma atuação extremamente capilarizada em mais de três mil Municípios brasileiros. Ceilândia também será dotada desse equipamento. Uma decisão que tomamos desde que assumimos a direção daqui, ao adquirir esse terreno, ao estabelecer o projeto. E agora nós estamos no ápice dessa execução. Provavelmente, no final de outubro, início de novembro, haveremos de inaugurar aquela unidade.

Quero aqui destacar a ação da minha equipe na pessoa do Diretor Regional, José Roberto Macedo, que tão bem conduziu aquilo, desde a fase de projetos, do processo licitatório dos projetos técnicos, até o projeto de obra propriamente dito.

Tenho certeza de que Ceilândia ficará orgulhosa desse equipamento. Temos levado lá algumas autoridades. Passaremos a levar os líderes comunitários, porque queremos que a cidade receba a instalação do Sesc de Ceilândia como sendo algo daquela cidade, algo que os empresários de comércio e serviços, que fornecem esse equipamento, fazem a favor e a serviço dos trabalhadores do comércio e dos seus dependentes. E lá vamos ter campo de futebol, oito piscinas aquecidas, 450 lugares no teatro, 15 salas de aula que funcionarão em três turnos, uma área, como eu disse, de 50 mil m², com mais de 20 mil m² de construção. E ficamos orgulhosos cada vez que vamos lá e vemos esse equipamento que será colocado à disposição da população.

Mas queremos, neste instante, levando em conta exatamente esse tipo de atuação do Governador Arruda, que ele olhe os nossos pedidos com relação àquelas imediações, para dotar aquela área pública de obras de infra-estrutura que venham facilitar o funcionamento desse equipamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra este extraordinário Senador do Estado do Maranhão, Democrata, Edison Lobão, que presidiu esta Casa no momento mais difícil, atravessou as turbulências, o Mar Vermelho e entregou este Senado da República às mãos santificadas de Ramez Tebet. Daí hoje estarmos orgulhos e podermos dizer que este é o melhor Senado da República em 183 anos.

O Presidente Sarney disse que o Senado não vai faltar à Pátria. E não podemos faltar, uma vez que temos homens da experiência e sabedoria de Edison Lobão. Ele presidiu esta Casa em um dos momentos mais tumultuosos e difíceis. Esta é uma Casa de sabedoria e quis Deus que esteja à minha direita o Presidente Leomar Quintanilha, que, com muita serenidade, está dirigindo a Comissão de Ética. Mas V. Ex^a saiba

que acho que está tudo errado, que as alternativas não são assim. No livro de Deus diz que a verdade está no meio, que a sabedoria está no meio. Tem de ter novas alternativas. E assim foi a História desta Casa.

Fomos testemunhas quando este Senado teve a inspiração de afastar Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos, garantindo a governabilidade e a posse de Juscelino Kubitschek.

O Parlamentarismo se instituiu, e só Deus sabe a inspiração que teve Edison Lobão para atravessar o mar Vermelho naquelas dificuldades. E não era só um, não; eram dois Senadores que estavam em jogo. Um é hoje até Governador do Distrito Federal, que dizem elogiado; e o outro, um dos maiores Líderes políticos da História do País e, com certeza, da Bahia, Antonio Carlos Magalhães. E Edison Lobão foi abençoado e ele está aí. Acho que V. Ex^a tem de conversar com ele, se aconselhar e o próprio Renan de como vamos atravessar essa dificuldade.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desde logo agradeço, sensibilizado, as homenagens de V. Ex^a e os encômios seguramente imerecidos, mas sinceros.

Fala V. Ex^a sobre a sabedoria, e isso me faz lembrar uma expressão política e histórica deste País proferida por Milton Campos, que foi Governador de Minas Gerais e Senador da República. Ele nos dizia que o técnico é o dono do saber, e o político, o detentor da sabedoria.

Sr. Presidente, nesta manhã, falaram sobre os seus Estados os Senadores Geraldo Mesquita, Adelmir Santana e V. Ex^a e quero eu também fazê-lo em relação ao meu. Nós somos eleitos Senadores para legislar para o País, mas não estamos impedidos, ao contrário, de nos interessarmos pelos nossos Estados. É o que faço nesta manhã.

Quero falar sobre uma das belezas naturais do meu Estado, tão exuberante ela quanto o que há de mais belo em qualquer parte do mundo. E desta tribuna já me referi, mais de uma vez ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Trata-se, na verdade, de um dos mais fascinantes espetáculos oferecidos ao ser humano pela mãe-natureza: 155 mil hectares de areias brancas que compõem dunas de até 40 metros de altura, que se movimentam ao vento como o balançar de um lençol gigante. E nesse maior campo de dunas costeiras das Américas, multiplicam-se espacadamente as centenas de lagoas de água doce e cristalina formadas no período chuvoso.

Não é de surpreender, portanto, o encantamento com que os Lençóis Maranhenses seduzem os que

vão conhecer esse parque criado em 2 de junho de 1981.

Até o período em que governei o Estado do Maranhão, o turismo nacional brasileiro, e mesmo o regional, praticamente desconheciam a importância ecológica e turística dos Lençóis Maranhenses. No meu Governo, damos a ele a importância que havia de ser dada e, no governo seguinte, da minha amiga e querida Senadora Roseana Sarney, essa ação foi também ampliada, prosseguida e consolidada.

Fernando César Mesquita, então meu Secretário de Turismo, que vinha da Presidência do Ibama, especialista em meio ambiente, foi o operador que indiquei para dar divulgação nacional e internacional a esse, à época ignorado, presente da natureza. Com o integral apoio do Governador, semanalmente levava agentes de turismo e jornalistas às dunas que se tornaram famosas. Numa dessas aventuras, conduziu até lá o Presidente do Bid, Enrique Iglesias, em pessoa.

Essas visitas e a divulgação interna e externa que se seguiram transformaram-se em absoluto sucesso, dando origem às avalanches de turistas que passaram a procurar o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Parece-me bastante oportuno hoje registrar o fato de o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses constituir-se num dos mais destacados do Concurso Internacional Sete Maravilhas Naturais do Mundo, da Fundação *New Seven Wonders*. Essa Fundação foi a que também organizou, com grande êxito, a eleição das Sete Novas Maravilhas do Mundo Moderno, o qual, despertando o interesse de milhares de brasileiros e estrangeiros, teve o monumento Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, com um dos vencedores. A nova votação para selecionar os sete monumentos naturais do Planeta se estenderá até o dia 8 de julho de 2008.

Quanto aos Lençóis Maranhenses, a mobilização no Brasil aconteceu recentemente, com o objetivo de fortalecer a participação no concurso mundial. A idéia dos organizadores foi inscrever apenas uma maravilha que sintetizasse toda a beleza da paisagem natural do País. Nesse sentido, foram oferecidos para a escolha dos brasileiros, em votação pela Internet, além do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – vencedor da enquête, com 30% dos votos –, as Cataratas do Iguaçu, a Floresta Amazônica, o arquipélago de Fernando de Noronha, a Gruta do Lago Azul (em Bonito/ MS), a Chapada Diamantina e o Pantanal. A votação dessa seletiva nacional foi por intermédio da revista *Época on-line*, no período de 28 de julho a 02 de agosto, da qual participaram 4.040 pessoas.

A inclusão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses como uma das sete maravilhas naturais do

mundo, possibilidade na qual eu acredito pela justeza da escolha, será um fato muito importante para o Brasil e toda a humanidade e, em especial, para o meu querido Estado do Maranhão.

Na verdade, é imprescindível que incentivemos o turismo em nosso País, quer investindo na divulgação de nossas belezas naturais, quer na infra-estrutura para receber os turistas com segurança, bons hotéis, estradas e informações.

O ecoturismo é uma atividade ambientalmente limpa e sustentável de desenvolvimento econômico e social. Não gera poluição, amplia divisas, multiplica empregos e cria consciência ecológica na população e no empresariado. Tal turismo no Brasil contribui para a preservação da nossa rica biodiversidade e dos aspectos físicos da geografia nacional, tais como rios, nascentes, praias, florestas, campos e solo.

Aqui no Senado Federal tive a oportunidade de relatar o projeto de lei complementar que regulamentou dispositivos constitucionais para instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Tal projeto gerou a Lei 9.985, que, desde então, regula a criação, a administração e as normas legais para eventuais expansões de unidades de conservação em nosso País, como os parques nacionais, as reservas biológicas, as florestas nacionais e as áreas de proteção ambientais.

Os parques nacionais, interagindo com a natureza, são áreas de grande beleza cênica e importância ecológica, especialmente protegidos por lei, e têm como objetivo principal a conservação dos ecossistemas naturais, embora neles sejam permitidas atividades de pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo.

Os Lençóis Maranhenses, Sr. Presidente e Srs. e Srs. Senadores, além de seu inextinguível cenário, apresentam áreas de restinga onde se concentra biodiversidade – manguezais e uma faixa marinho costeira com cerca de 70 km de extensão e praia de um quilômetro adentrando o mar.

No local, como relata o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), existem muitas espécies de plantas e endêmicas como a tartaruga-pininga. Ali há uma grande diversidade de répteis e anfíbios além de aves, destacando-se as migratórias e pássaros como tetéu, garça, marrecas-de-asa-azul, paturi, gaivotas e tantas outras.

Sr. Presidente, foi bastante feliz a revista **Folha do Meio Ambiente**, prestigiosa publicação editada aqui em Brasília, quando destaca, em sua edição de agosto passado, com o título “Lugar de ver Deus”, a reportagem sobre a disputa do nosso querido Parque Nacional maranhense ao título das sete maravilhas

naturais do Mundo. Tal concurso, por certo, estimulará ainda mais o desejo de que todo o Brasil se movimente para conhecer e usufruir essa bela parte da nossa terra, situada no Maranhão, inserida como uma das sete maravilhas naturais de todo o Mundo.

Eu me orgulho do meu Estado, do meu povo e das belezas naturais que tanto ornamentam a nossa paisagem.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós aplaudimos V. Ex^a e o convocamos para que, com aquela sua inspiração que levou a este Senado nos momentos mais difíceis, ajude o Senador Leomar Quintanilha nesse momento difícil.

Convidamos para usar da palavra o próximo orador inscrito, Senador Augusto Botelho, do Partido dos Trabalhadores de Roraima.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quando fiz um aparte ao Senador Geraldo Mesquita, omiti um acontecimento importante que ocorrerá no dia 1º na Amazônia. E hoje quero começar minha fala prestando uma homenagem à Rede Amazônica de Televisão, pelo seu 35º aniversário, que será completado amanhã.

Há 35 anos, a Rede Amazônica, que é a maior empresa de comunicação da Região Norte, desenvolve importante trabalho na minha região, principalmente no que diz respeito à responsabilidade social.

A Rede Amazônica é um exemplo prático de empreendedorismo bem-sucedido que beneficia toda a comunidade da Região Norte.

Quero fazer uma homenagem especial ao jornalista Dr. Phelippe Daou, presidente da Rede Amazônica, pelos relevantes serviços prestados e pela visão humanística do diretor presidente, que não mede esforços, particularmente na defesa de questões sociais.

Quando cheguei a Roraima para trabalhar, dois anos depois de formado – fui para lá em 1974 –, começaram a aparecer as primeiras imagens captadas de televisão local, em preto e branco. Era a Rede Amazônica, do Dr. Phelippe Daou. Logo após, começou a programação normal, que se transmite até hoje. Digase, também, que os repórteres e os trabalhadores da Rede Amazônica de Televisão, atualmente, são todos formados dentro das suas estruturas, pessoas treinadas por eles, que passaram conhecimento a outros, e a juventude toda trabalha na Rede Amazônica, principalmente oriunda das nossas universidades, tanto do Amazonas quanto de Roraima.

Eu também gostaria de fazer uma homenagem especial à equipe aqui de Brasília, comandada pelo Dr. Moreira, que sempre está disponível, sempre trabalhando aqui, sempre levando as notícias; não deixa passar nada da Amazônia, sem que os habitantes da nossa região, que são 22 milhões de pessoas, vejam o que acontece aqui nesta Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Rede Amazônica é um poderoso elo de integração da Região Norte e tem contribuído, ao longo dos anos, de forma efetiva com o Poder Público, apontando os problemas das cidades e dos Estados, fato que ajuda os governantes a dinamizarem a implementação das melhores soluções para todos eles.

Mas o assunto que me trouxe aqui, inicialmente, é um problema que está começando a surgir na Amazônia. Nós já temos a malária, que é uma doença grave lá, e as hepatites. No ano passado, nós tivemos 500 mil casos de malária na Amazônia, mas está surgindo agora um problema, e quero aproveitar a tribuna para fazer um alerta: várias pessoas, principalmente na Região Norte, estão sendo contaminadas pela Doença de Chagas, que é uma doença nova para nós lá.

Nós temos o barbeiro há muitos anos. Quando eu estava no segundo grau, foi uma equipe do projeto Rondon e identificou o barbeiro na região do Surumu e em vários locais no meu Estado, na região de campo. Não fizeram a pesquisa na mata. Mas hoje se sabe que há na mata e que, inclusive, ele se reproduz às vezes no cacho do açaí. É um alerta aos consumidores de açaí.

A forma mais comum de se contagiar com a Doença de Chagas é ser picado pelo inseto barbeiro infectado pelo micróbio da doença, que é um protozoário. Porém, a imprensa tem noticiado que há vários casos de contágio do Mal de Chagas na Região Norte diretamente relacionados ao consumo de açaí. Todos nós lembramos aqueles casos que houve lá no Paraná pelo consumo de caldo-de-cana infectado pelas fezes do barbeiro. Por isso, nós temos que ter atenção, nós da Região Norte, principalmente pelo hábito freqüente de tomar suco de açaí.

Segundo os pesquisadores do Inpa, os barbeiros estão fazendo ninho nos frutos de açaí, que são colhidos e levados para dentro de casa. O barbeiro lá na mata não tem o *Trypanosoma cruzi*, não tem o micróbio da doença. Mas, quando ele passa a conviver no interior da casa, se houver alguém que já tenha o micróbio – às vezes, a pessoa tem o *Trypanosoma cruzi* sem nem saber –, ele pica aquela pessoa e já faz a transmissão direta; se ele picar alguém, ele transmite a doença para aquela outra pessoa. O pior é que a transmissão da doença se faz por meio das

fezes do barbeiro. Ele tem o hábito de, quando está chupando o sangue, defecar perto da ferida deixada no momento em que chupa o sangue. É assim que o micróbio penetra nas pessoas. Quando ele defeca no meio do açaí, se não se lavar bem a fruta, se não se fizer aquele aquecimento no açaí que todos costumam fazer – acho que estão abandonando esse hábito –, o micróbio passa a infectar a pessoa pela via digestiva, que não é a via normal de infecção do *Trypanosoma cruzi*. Isso é grave, porque, nessa infecção pela via digestiva, ele se torna mais agressivo, se reproduz com mais facilidade, e a doença se torna mais grave e fatal, se o médico não pensar em *Trypanosomiasis cruzi*, em Doença de Chagas, na hora em que está cuidando do paciente.

Em Boa Vista, capital do meu Estado, nenhum caso foi identificado até hoje pela Vigilância Sanitária Municipal relacionado à ingestão de açaí. Mas a nossa Vigilância, em nível Municipal e Estadual, está atenta ao problema que tem ocorrido em outros Estados e tem fiscalizado as polpas de frutas comercializadas na cidade de Boa Vista. No último dia 28 de agosto, por exemplo, na Feira do Passarão, houve uma fiscalização. Na ação conjunta com o Ministério da Agricultura, os fiscais fizeram a coleta de cinco litros de polpas de maracujá e cinco de açaí e mandaram-nas para exame provavelmente no Inpa ou no Pará.

De acordo com Eurico Sampaio, Chefe de Divisão de Normas Técnicas da Vigilância Sanitária, a fiscalização futuramente também acontecerá em outros estabelecimentos que vendem polpas de frutas. Por isso, alerto todos que trabalham com polpas de frutas para que sejam mais rigorosos no manuseio do açaí, principalmente porque o produto pode matar uma pessoa se não forem tomados os devidos cuidados.

O resultado da análise de açaí está para chegar a Boa Vista. Então, será decidido o que fazer: se a situação continuará como está ou se haverá alguma mudança. Se houver contaminação, será preciso haver mudança no preparo do açaí.

A minha preocupação, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que aconteça em Roraima e noutros Estados o que está ocorrendo atualmente no Pará: a infecção por *Trypanosoma cruzi* pela ingestão.

O Pará está enfrentando um surto de Mal de Chagas, e a maioria dos casos está relacionada ao consumo de açaí. Neste ano, 36 pessoas já contraíram a doença naquele Estado, e uma pessoa morreu em Belém. De acordo com a Secretaria de Saúde do Pará, a doença não está sendo transmitida apenas pela picada do barbeiro, o inseto transmissor, mas principalmente pela via oral, quando as pessoas ingerem o açaí.

O grande problema verificado no Pará é que o inseto que transmite o Mal de Chagas e também suas fezes têm sido triturados na hora de extrair a polpa. É fundamental que as pessoas que fazem polpa, os empresários e os comerciantes do açaí, melhorem as condições de higiene durante a manipulação do fruto. Os batedores de açaí da Região Norte devem higienizar melhor o açaí, mergulhando-o em água quente antes de extrair a polpa. Parte das indústrias felizmente já se comprometeu a pasteurizar o açaí para eliminar as bactérias e evitar doenças como o Mal de Chagas. Os batedores artesanais de açaí também devem preocupar-se com a higiene do produto que vendem.

Em 2005, mais de 60 pessoas foram contaminadas pelo *Trypanosoma cruzi*, causador da Doença de Chagas, nos Estados do Amapá e de Santa Catarina, pelo consumo, respectivamente, do açaí e do caldo-de-cana. Infelizmente, já estamos vivenciando esse problema de 2005 novamente, dois anos depois. Atualmente, seis milhões de brasileiros estão infectados pela Doença de Chagas.

Estima-se que a cada ano surjam 33 mil novos casos. Se não tivermos cuidado, as próprias pessoas que estão fazendo o açaí vão ser contaminadas também, porque o barbeiro, que se adapta dentro de casa, vive muito bem dentro das casas, vai picar as pessoas e elas também vão ficar doentes. É por isso que o cuidado é importante, para que essa doença não consiga se disseminar.

A maior incidência da Doença de Chagas, infelizmente, está no norte do País. Quase meio por cento da população que vive na Amazônia é considerada contaminada pela doença, segundo a Universidade de Brasília.

Na maioria das vezes, o quadro de infecção não leva à morte. Cerca de 70% das pessoas que têm o protozoário não chegam a ficar doentes. Elas têm o micróbio, mas não têm a doença, e, então, ficam transmitindo a doença sem sentir nada.

Precisamos prevenir para impedir que esse mal se alastre, principalmente na Amazônia. Já basta o combate à malária. De cinco em cinco anos, conseguimos diminuir sua incidência, mas depois ela aumenta de novo, e estamos nesse ciclo já há quase 40 anos.

Quero deixar este alerta para todos aqueles que gostam de tomar açaí: verifique a procedência da polpa que você consome e exija mais fiscalização e rigor na higiene daqueles que extraem a polpa de açaí na sua região. Cuidado, não vamos deixar mais uma doença chegar na Amazônia.

A Amazônia é nossa, mas só vamos ser donos se estivermos dentro dela, se tivermos conhecimento da nossa fauna, da nossa flora e de toda a nossa bio-

diversidade, inclusive das nossas bactérias, Senador Mão Santa. As pessoas estão patenteando bactérias em outros Países, o que a nossa lei, infelizmente, não permite, e ficando “donas” de algumas bactérias. Lá deve haver bactérias sobre as quais ninguém sabe nada e que vão dar solução para problemas da humanidade, inclusive de saúde.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela tolerância de me ceder este tempo. Sei que o Piauí se sente orgulhoso de tê-lo como Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós podemos acrescentar a melhoria da história do Senado da República. Senador Maranhão, o primeiro Senado da República tinha quarenta e dois membros brasileiros, excluindo-se os portugueses. Desses quarenta e dois Senadores, vinte eram da área da Justiça, fazendo leis boas e justas para eles. Daí a diferença salarial que ainda hoje persiste. Dez eram militares. Duque de Caxias era Senador. Sete eram ligados à Igreja, como Padre Feijó. Dois eram médicos e um era ligado à agricultura.

Acabamos de ouvir a participação do Senador Augusto Botelho, mostrando que há um aumento de pessoas ligadas à área da saúde e, com suas preocupações, como Senador de Roraima e médico, Augusto Botelho traz sua preocupação com a alimentação no nosso Brasil.

Convidamos para usar da palavra o orador inscrito Leomar Quintanilha, que preside com muita sabedoria a Comissão de Ética do Senado. *(Pausa.)*

S. Ex^a não se encontra presente.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – Presidente elegante, bom amigo e sempre vigilante nas coisas deste País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Romeu Tuma, do Democratas do Maranhão.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – Do maranhão, não; sou de São Paulo. Gosto muito do Maranhão, assim como do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, é porque eu estava olhando ali para o Senador José Maranhão.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como todos nós representamos um Estado aqui, não podemos negar o amor ao nosso Estado. V. Ex^a faz soar o nome do seu Piauí com tanta ênfase que o Brasil inteiro já fala Piauí de uma forma diferente, como V. Ex^a pronuncia.

Mas há um detalhe importantíssimo: os 81 Senadores representam o Brasil inteiro. Então, nosso amor pelo Brasil é representado aqui também. Não deixamos de amar o nosso Estado que nos mandou

para cá, mas, com carinho, todos somos brasileiros e defendemos o interesse do povo brasileiro. Então, sua confusão em dizer que sou de outro Estado é a melhor do mundo. Se disser que sou do Estado do Senador Augusto Botelho, também vou ficar muito feliz. Talvez um dia eu possa mudar para o Estado de V. Ex^a e ser candidato a seu suplente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, se V. Ex^a transferir o título para lá, evidentemente, vencerá todas as eleições.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – Mas eu pediria licença a V. Ex^a para dizer que estive agora com o Dr. Paulo Lacerda, no gabinete do Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O Dr. Paulo Lacerda deixa a Polícia Federal com honra, com dignidade e com um trabalho excelente durante esse período de quatro anos e meio em que foi Diretor-Geral. Sempre respeitoso, sempre carinhoso, sempre visando ao público interno e ao público externo e com grandes operações que trouxeram um grande respeito ao Brasil.

Eu queria fazer essa pequena saudação a ele, desejando-lhe sorte.

O Senador Heráclito Fortes marcou para terça-feira, provavelmente às 10 horas e 30 minutos, a sabinata do Dr. Paulo Lacerda para assumir a Agência Brasileira de Informação – Abin.

Temos certeza de que ele saberá conduzir bem um setor importante de atendimento e assistência, tendo como único cliente a própria Presidência da República.

Então, agradeço a V. Ex^a por esta oportunidade, peço desculpas por ter me manifestado antes de alguém, mas eu não poderia deixar de registrar esta fase da vida do meu amigo, colega e bom Delegado Paulo Lacerda.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa se associa aos cumprimentos e palavras de louvor ao Delegado Paulo Lacerda. Quero dizer que, na história da Polícia Federal, ele se iguala ao nome de V. Ex^a, que, em momento difícil de transição, foi, sem dúvida nenhuma, o cireneu do Presidente Sarney na redemocratização deste País.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – Muito obrigado, V. Ex^a é sempre carinhoso comigo.

O Senador Augusto Botelho solicitou, mas virei à tribuna numa outra oportunidade para fazer uma exposição correta do papel da Abin, que passou por várias fases. Ela já foi o Serviço Nacional de Informações e foi-se transformando, e hoje há mesmo uma interrogação, porque, em tese, não estamos cumprindo nossa obrigação de fiscalizar.

Fui o Relator do projeto que modificou a atividade da Abin e criou uma Comissão Especial de Fiscalização da qual fazem parte os Líderes do Governo, da Oposição e da Minoria, que têm, portanto, a obrigação de acompanhar de perto toda a atividade de inteligência do País. É claro que as reuniões são secretas, fechadas, mas é fundamental que elas sejam acompanhadas.

Eu iria viajar na próxima semana, mas comunico a V. Ex^a que estou desistindo da minha viagem a Viena para uma reunião com o setor especializado no combate ao tráfico de drogas sobre as políticas relativas à situação das drogas, área em que o Brasil está piorando a cada dia que passa. Em razão de a votação no Conselho de Ética ser transferida para quarta-feira, eu me vi na obrigação de consciência de estar presente para exercer meu direito de voto durante a reunião.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o orador inscrito Senador José Maranhão, do PMDB da Paraíba.

O Senador José Maranhão é um dos ilustres Senadores que fizeram a história do MDB. Ele sofreu punições injustas no período revolucionário, mas o povo, reconhecendo seus méritos, o fez Senador e o fez Governador do Estado. Ele está aqui e, sem dúvida nenhuma, faz com que este Senado seja um dos melhores de 183 anos de Senado. Ele preside, com sua competência e firmeza, a Comissão de Orçamento e nunca antes ela foi dirigida com tanta austeridade e seriedade.

V. Ex^a, regimentalmente, tem vinte minutos, mas jamais ousarei cortar-lhe a palavra. Só lamento V. Ex^a ser chamado de José Maranhão, pois deveria ser chamado de José do Piauí.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero começar agradecendo ao Senador Mão Santa o cavalheirismo, o companheirismo e a generosidade. Sendo meu amigo, é inteiramente suspeito para falar a meu respeito de forma tão gentil e tão generosa, mas, de qualquer forma, é sempre prazeroso receber o estímulo de companheiros como Mão Santa, que, nesta Casa, formou uma legião de amigos e de admiradores.

Hoje, o Congresso Nacional recebeu das mãos do Ministro Paulo Bernardo a proposta do Orçamento da União para o próximo exercício de 2008, acompanhada do PPA – Plano Plurianual de Investimentos. Esse fato auspicioso para a vida institucional do País permitirá que nós, da Comissão de Orçamento, que tenho a honra de presidir, trabalhem para entregar o Orçamento devidamente elaborado dentro dos prazos

previstos na Constituição, da mesma forma que, até hoje, todas as peças que integram o ciclo orçamentário têm sido discutidas, aprovadas e concluídas dentro dos prazos estabelecidos na Constituição Federal e no nosso Regimento Interno, a Resolução nº 1 do Congresso Nacional.

É importante que a Comissão de Orçamento, que agora vem funcionando com absoluta transparência e de forma democrática, possa concluir suas tarefas constitucionais dentro dos prazos estabelecidos na lei. É evidente que esse será o nosso empenho e o nosso esforço.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos dias, recebemos o convite de um órgão que integra o Banco Interamericano de Desenvolvimento para participar de um seminário, na bela cidade do Panamá, sobre a elaboração dos orçamentos e o seu processo de fiscalização. Reuni algumas anotações que quero trazer a este Plenário como prestação de contas dessa missão patrocinada pelo Bird.

Essa comissão foi integrada por mim, pelo Deputado Manoel Júnior, pelo Vice-Presidente da Comissão, o Deputado Roberto Rocha e pelo Sr. Fábio Gondim, que é consultor da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

Tivemos a oportunidade de falar sobre as experiências brasileiras em matéria de gestão estratégica para o desenvolvimento, mas principalmente pudemos ouvir a experiência de outros Países num ambiente favorável a troca de informações, debates e questionamentos.

Em meu pronunciamento, ressaltei a relação histórica e estreita que se verifica entre o amadurecimento de democracia e a participação dos Parlamentares na elaboração das leis orçamentárias, destacando que, no Brasil, o Congresso pode alterar livremente a proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo, inclusive aumentando o total dos gastos, caso encontre erros na estimativa de receitas. Vale destacar a surpresa dos demais Países ao constatarem o grau de liberdade que o Congresso brasileiro tem para alterar as propostas orçamentárias, não obstante o relativamente curto período de redemocratização.

É evidente que estamos falando de uma experiência após a queda do regime militar de 1964, pois, no período da sua existência no Brasil, de triste memória, infelizmente o Congresso Nacional funcionava apenas como um instrumento homologatório das decisões e dos atos de gestão do Executivo.

Ressaltei que a tramitação das leis orçamentárias no Brasil ocorre no âmbito de uma comissão mista, composta por Deputados e Senadores, para em seguida receber aprovação pelo Colegiado do

Congresso Nacional em sessão única. Esse procedimento dá maior celeridade ao processo e permite que o Parlamento brasileiro aprove as leis orçamentárias dentro do prazo, o que não ocorre em inúmeros Países, mesmo que não deliberem sobre seus orçamentos com a mesma profundidade que nós o fazemos. É o caso do Chile e da Argentina, que têm democracias novas mas consolidadas, que infelizmente ainda não alcançaram o grau de organização e, sobretudo, de independência do Legislativo na elaboração das peças orçamentárias.

Além disso, falei sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, mandamento legal admirado pelos nossos vizinhos, porque os demais Países latino-americanos ainda não chegaram a esse grau de refinamento no que diz respeito à transparência das contas públicas e aos compromissos com o equilíbrio fiscal e com a transparência fiscal na execução dos orçamentos de seus Países.

Destaquei a existência de um tribunal de contas especializado e independente em relação ao Executivo, cuja participação com a Comissão Mista de Orçamento permite que as obras com indícios de irregularidades graves tenham a sua execução orçamentária suspensa rapidamente, de forma a evitar desvio de recursos públicos.

Abordei ainda aspectos relativos às mudanças recentes por que passou a tramitação das leis orçamentárias no Congresso brasileiro, em especial quanto ao funcionamento da Comissão Mista de Orçamento.

O Deputado Roberto Rocha, por sua vez, deu a sua impressão acerca do funcionamento da Consultoria de Orçamento, tendo manifestado a satisfação dos congressistas brasileiros em poder contar com um órgão de excelência em sua estrutura.

Ressaltou a importância de uma “oficina de *presupuesto*” no processo de amadurecimento da democracia de um País, uma vez que um Parlamento, contando com o assessoramento adequado, passa a ser capaz de fiscalizar e mesmo de direcionar a atuação do Executivo.

O Deputado Manoel Júnior, por sua vez, disse que o Estado brasileiro já evoluiu o suficiente para poder pensar em um orçamento impositivo, matéria que, aliás, está na pauta do Congresso, tendo sido aprovada no Senado, e que tramita hoje na Câmara dos Deputados.

Embora esse seja um tema comum em Países mais desenvolvidos – o orçamento impositivo –, tornar o orçamento impositivo, em muitos dos Países vizinhos, ainda é impensável. Nós sentimos, na surpresa dos Congressistas que integraram aquele conclave, o grau de inusitado que a iniciativa do orçamento impositivo

representava para eles, mesmo como simples tentativa de incluir, na sua Constituição, dispositivos dessa natureza.

Creio que o Brasil já dispõe do ferramental técnico e do amadurecimento político necessário para fazê-lo, como bem destacou o nosso Deputado, em seu pronunciamento, naquele foro.

Em sua palestra, o consultor-geral de orçamentos, Sr. Fábio Gondim, expôs a estrutura disponível para os Parlamentares de ambas as Casas do Congresso Nacional, destacando que é formada por consultores selecionados por concurso público, sem vínculos partidários, o que garante o assessoramento isento, focado na técnica, sem viés político. Demonstrou que nosso País, em termos de controle social do gasto público, ocupa uma posição de destaque entre as Nações do mundo e que o Parlamento brasileiro não apenas tem acesso a todas as informações de que necessita para as tomadas de decisão, mas também é o grande patrocinador da transparência em nosso País. Essa foi, basicamente, a nossa participação no seminário como expositores. Entretanto, mais interessante do que dissemos foi o que ouvimos os colegas estrangeiros. A partir da troca de experiências, pudemos perceber que o Parlamento brasileiro ocupa lugar de destaque dentre os Países da América Latina no que diz respeito ao planejamento e orçamento.

Nossa democracia está consolidada, e o Congresso Nacional pode, efetivamente, participar da elaboração dos orçamentos. Ainda há muito que fazer, sem dúvida, mas já evoluímos muito.

Ouvimos dos Parlamentares e consultores estrangeiros que, dentre os Países participantes, apenas o Brasil, México, Chile contam com uma consultoria de orçamentos permanente. Nos outros, ou não há consultoria ou sua existência limita-se ao período de tramitação das leis orçamentárias, com consultores indicados pelos Partidos.

Verificamos, portanto, que nos demais Países os Parlamentares não podem contar com assessoramento qualificado quando vão tratar de matérias orçamentárias com o Poder Executivo. Os Deputados e Senadores dos Países participantes solicitaram, em uníssono, a criação de *oficinas presupuestarias* em seus Países, órgãos dos quais já dispomos em nossa estrutura.

A respeito da organização e da melhor estruturação dos trabalhos da Comissão do Orçamento, cumpre-me dizer a esta Casa do Congresso que tomamos outra iniciativa para tornar efetiva a tarefa, o exercício da fiscalização da execução orçamentária, que, ao contrário do que muitos pensam, é exercida pelo Congresso Nacional.

O Tribunal de Contas da União, órgão do qual o brasileiro pode se orgulhar, tem, no entanto, a função de apoio técnico, de apoio específico na análise, na apreciação e na fiscalização das contas públicas, eis que os seus pareceres, sempre calcados na melhor técnica, são analisados e aprovados ou não pelo Congresso Nacional.

Na história republicana, não há exemplos frequentes de não-aprovação dos pareceres remetidos pelo Tribunal de Contas, mas a função institucional de fiscalização das contas públicas é do Congresso Nacional. O Tribunal de Contas é o órgão de apoio técnico do Congresso Nacional, mas, até hoje, não dispúnhamos de um instrumento legal, de instrumento institucional para exercer, efetivamente, essa fiscalização.

Por isso, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um projeto de decreto legislativo que passará a disciplinar o trabalho de acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária do Orçamento-Geral da União. Esse projeto já foi enviado de volta à Comissão de Orçamento, para que possa preferir parecer e, em poucos dias, remeter novamente ao Congresso Nacional, que decidirá soberanamente.

Muitos ainda não têm acesso às informações necessárias para a tomada de decisões, ficando, na maioria das vezes, impedidos de fazer avaliações tempestivas e de aprovar lucidamente as dotações orçamentárias para o exercício seguinte sem dados relativos à execução do exercício anterior. Por outro lado, nós, no Congresso brasileiro, temos acesso irrestrito a informações relativas a planejamento e orçamento, da elaboração à execução orçamentária. Obviamente, ainda temos muito a evoluir e, principalmente, precisamos trabalhar para que esse mesmo nível de informação passe a ser disponível nos níveis estadual e municipal.

Além disso, em outros países, constatamos que o que seria o órgão de controle externo funciona, na verdade, como uma controladoria vinculada ao Poder Executivo. Obviamente, mesmo havendo obrigação constitucional de fornecimento de informações ao Legislativo, não há como garantir total isenção na fiscalização e tomada de conta dos órgãos públicos. No Brasil, o titular do controle externo é o Congresso Nacional, que pode contar com o auxílio do Tribunal de Contas, bem estruturado.

Hoje, podemos dizer que existe uma relação institucional, funcional, muito estreita entre o Congresso Nacional, por meio da Comissão de Orçamento e o Tribunal de Contas da União. Ao contrário do que ocorre na maioria dos países vizinhos, não há, no Brasil, paralisação ou retomada de obras com irregularidades

graves sem a manifestação explícita do Congresso Nacional.

Nesse aspecto, eu queria aqui fazer uma observação um pouco lateral.

O Tribunal de Contas tem reclamado que a sua estrutura, apesar de muito eficiente, ainda não é quantitativamente adequada para atender, de forma mais rápida e mais eficiente, as demandas que chegam até sua alçada.

Penso que o Congresso Nacional deveria oferecer os meios necessários para que essas tarefas ocorressem com mais eficiência ainda, para evitar inclusive a paralisação de algumas obras que, submetidas ao contencioso do Tribunal de Contas, ficam aguardando durante muito tempo o deslinde das pendências surgidas durante a execução dessas obras.

A participação do III Seminário do Foro Parlamentar Interamericano de Gestão para Resultados nos permitiu constatar, portanto, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que, não obstante ainda haja muito a conquistar na área de planejamento, orçamento e fiscalização financeira, o Brasil encontra-se no caminho correto, consolidando, cada vez mais, sua democracia, permitindo definição, controle e avaliação das políticas públicas pelos representantes eleitos pelos Estados, e proporcionando a transparência orçamentária e o controle social dos gastos públicos como nenhum outro país vizinho ainda conseguiu fazer.

Eram essas considerações que queria tecer, Sr. Presidente, a título até de relatório e prestação de contas da participação, na condição de Presidente da Comissão de Orçamento, naquele seminário que reuniu representantes dos parlamentos latino-americano, e que mostrou, evidentemente, o grau de organização, de estruturação a que chegou o Congresso Nacional em matéria de elaboração orçamentária e de fiscalização da execução orçamentária.

Obrigado, Sr. Presidente, inclusive pela tolerância com que V. Ex^a permitiu-me um tempo maior para fazer esse sucinto relatório sobre a nossa participação naquele Foro Parlamentar Interamericano de Gestão para Resultado em Desenvolvimento, patrocinado por órgão do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Romeu Tuma e Edison Lobão, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)
– V. Ex^a é merecedor de todas as homenagens da Mesa e por tudo o quanto representa na vida pública brasileira.

Concedo a palavra ao eminente Senador Mão Santa, um dos representantes mais legítimos do povo do Piauí, e um dos Senadores mais atuantes desta Legislatura.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Edison Lobão, que preside esta sessão de sexta-feira, 31 de agosto de 2007; brasileiras e brasileiros aqui presentes, que nos assistem pelo sistema de comunicação. Este Senado da República nunca se reuniu às sextas-feiras, agora dá demonstração de que é uma das melhores Legislaturas que o Senado já viveu nesses 183 anos de República.

Senador Edison Lobão, quero, aqui, fazer um convite a V. Ex^a, que foi escolhido, pela rádio de nossa cidade, Parnaíba, a Rádio Igarauçu, em convênio com a Rede Globo, que completará 25 anos, a ali comparecer, no dia 13 de setembro. A direção da Rádio pediu-me que fizesse o convite a V. Ex^a para receber o Troféu Ação Igarauçu (Igarauçu é nome do rio que abraça a cidade de Parnaíba). Por quê? V. Ex^a, quando governou o Estado do Maranhão, o povo de Parnaíba, do Piauí e do Ceará recebeu o exemplo do trabalho feito por V. Ex^a nas madrugadas. Às seis horas da manhã, V. Ex^a, como Governador, em cadeia, lhes falava. Sem dúvida alguma, como disse o Padre Antonio Vieira – “o exemplo arrasta; palavra sem exemplo é como tiro sem bala” –, V. Ex^a foi um verdadeiro exemplo para todos os governantes da região. Logo cedo, madrugava, trabalhando pelo povo do Maranhão.

O Sr. Edison Lobão (DEM – MA) – Aceito o convite com todo prazer e todo o orgulho. Lá estarei.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois será homenageado.

Senador José Maranhão, V. Ex^a, que traduz a grandeza do nosso Partido, Partido de luta, de dificuldades, que, sem dúvida, foi um dos lutou pela redemocratização, que teve um mandato sacrificado, mandato conferido pelo povo, mesmo cassado, mesmo assim não tiraram a sua dignidade, a sua vergonha. É como diz naquele livro de Ernest Hemingway, *O Velho e o Mar*: “Perder a esperança é uma estupidez”, e V. Ex^a nunca perdeu a esperança de redemocratizar este País. Ernest Hemingway, também no citado livro, diz que “o homem não nasceu para derrotas; ele pode até ser destruído, mas derrotado nunca!”

E V. Ex^a traduz esse espírito de combate que o poeta lá, na *Canção do Tamoio*, diz:

A vida é combate,
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos,
Só pode exaltar.

V. Ex^a é um desses fortes e bravos.

Mas, aqui estamos nessa luta; e eu tenho renunciado.

Luiz Inácio, quando aqui cheguei, recomendei a Vossa Excelência – à época eu não sabia; depois é que Vossa Excelência deu a declaração de que não gostava de ler, de “que ler uma página de um livro dava uma canseira; era melhor fazer uma hora de esteira”, eu não vou dizer que isso é uma besteira, respeito o *modus vivendi* de cada um – o livro *Reinventando o governo*.

Senador José Maranhão, Bill Clinton, quatro vezes governador – V. Ex^a governou o Estado por duas vezes, e muito bem –, governou um Estado como o nosso, Arkansas, situado nos Estados Unidos, País responsável por 25% da riqueza dos Estados Unidos, Senador Escórcio, da riqueza do mundo. Arkansas é um estado pequeno, como Paraíba ou o Piauí. Portanto, quatro vezes Governador do Estado de Arkansas, foi eleito Presidente da República.

Senador José Maranhão, ele viu que é complicado a democracia – nós o sabemos. E, na humildade dele, buscou os melhores técnicos, Senador Chico Escórcio: Ted Gaebler e David Osborne.

Eu tive o privilégio de conhecê-los. Quando iniciava o Governo do Estado, eles foram a Fortaleza dar uma conferência no Banco do Nordeste, a que assisti. Eles são os autores do livro *Reinventando o Governo*. Enfim, Maranhão, V. Ex^a, que pilota avião, é que deveria ser o Ministro da Defesa e não o que está aí hoje, que hoje é repudiado por todos os oficiais da Aeronáutica, da Marinha e do Exército pelas bravatas que disse há dois dias, não tendo noção da hierarquia e da disciplina, que faz as forças dessas gloriosas armas do Brasil.

José Maranhão, você pilota avião, eu não sei. Ted Gaebler e David Osborne dizem que um governo não pode ser grande demais. Aí eles exemplificam com o Titanic, verdadeira obra de engenharia, mas afundou! Então, esse governo que adverti desde o começo... Chiquinho Escórcio, 507 anos de Brasil, muitos governantes, as capitânicas hereditárias. Depois precisaram de unidade de comando e unidade de direção, como está nos princípios de administração de Henri Fayol, aí passaram para os governos gerais – Tomé de Souza, Duarte da Costa, Mem de Sá –, os reis portugueses D. João VI, Pedro I, Pedro II, Isabel e entramos nessa República.

São 507 anos com vários governantes, homens extraordinários, ó Luiz Inácio! Pedro II, tão estudioso e tão sábio, garantiu unidade nesse Brasil tão grande. Luiz Inácio, olha o mapa do Brasil! Os países colonizados pelos espanhóis, todos, se dividiram, apesar

da liderança de Simón Bolívar. Aqui essa unidade foi Pedro II que conseguiu. Pedro II foi tão bom governante, Senador Francisco Escórcio, mas teve de sair para que nascesse a República, que veio 100 anos depois do grito: liberdade, igualdade e fraternidade. Caíram todos os reis, acabou com o poder absoluto. O poder passou a ser dividido em: Poder Legislativo, esse em que estamos, Senador Maranhão, o Poder Judiciário e o Poder Executivo. Pedro II morreu na França. No seu velório, os franceses disseram que se tivessem tido um rei como aquele não teriam proclamado a república. Foi um homem muito bom, sábio, estudioso. Em 49 anos, só viajou duas vezes – Luiz Inácio, Pedro II só viajou duas vezes! Em uma delas, ele escreveu: “Isabel, minha filha, lembre-se de que o melhor presente que se pode dar a um povo é uma estrada”. Aconselhou Isabel, sua filha, única mulher que governou o Brasil e escreveu a página mais bela de nossa História: libertou os escravos.

Getúlio Vargas, 15 anos, estadista, homem de muito trabalho. Muitos governaram. Francisco Escórcio, ontem aprovávamos a Colômbia... Olhei o histórico: tem 13 Ministros. Os Estados Unidos, que têm 25% do PIB de toda a riqueza do mundo, têm 14 secretários – são chamados assim. O Brasil nunca passou de 16 Ministros. De repente, Luiz Inácio coloca quase 40 para amparar seus companheiros. E aquilo que é fundamental, a segurança...

Norberto Bobbio – seu livro está bem ali que eu estava lendo-o Francisco Escórcio – foi senador vitalício da Itália do Renascimento, da Itália de Leonardo Da Vinci, de Miguelângelo, de Maquiavel, aceito hoje como o melhor teórico da democracia, disse que o mínimo que se tem de exigir de um governo é a segurança, segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Qual é o brasileiro e a brasileira hoje que se sentem seguros? Na Esplanada, aqui em Brasília, lê-se que a educação é a salvação.

Como vai essa educação no Brasil? E a saúde? Arrasada! Arrasados os hospitais, com os doentes na fila. E por quê? Porque o dinheiro é um só. O povo não pode mais pagar imposto. Ó Chiquinho Escórcio, eu sei que pagar imposto não é bom. Eu sei que Cristo, quando andou no mundo, um romano pegou uma moeda e lhe perguntou: “Cristo, é justo pagar esse imposto a César”? E ele olhou ali, filho de Deus, sabido: “O que tem nessa moeda é a cara de César; daí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. Ele não foi contra imposto. Mas se Cristo andasse hoje nas ruas do Brasil, ele não ia dar essa mesma resposta, porque o nosso César, o nosso Luiz Inácio, já explora demais o povo. São 76 impostos! Olha, eu só fiz um discurso escrito nesta Casa, Senador José Maranhão,

foi porque aí eu coletei, eu fui atrás. Aqui é bom, aqui é bom demais! Senador, está numa boa, nós ganhamos bem. Agora o povo não está na boa não; o povo está trabalhando demais. De cada ano que a brasileira e o brasileiro trabalham, e todo mundo trabalha, cinco meses são para pagar imposto e um mês é para pagar os juros do banco. Então, de doze meses, seis são para o Governo ou para os banqueiros, Maranhão. Mas por que é que há tanto imposto? O provisório CPMF, que era para a saúde, não foi, e o Governo quer eternizá-lo, mas nós vamos enterrá-lo, para salvar este Senado e o povo do Brasil.

O CPMF... Mas por quê? Está aqui a **Folha de S. Paulo**, ó José Maranhão, V. Ex^a que simboliza a luta. Está aqui na **Folha de S. Paulo**, Ano 1987, primeira página: “Governo Multiplica por Oito a Criação de Cargos.” Por isso, o dinheiro é um só. Criou quase 40 ministérios. Não tem dinheiro para o Ministério da Segurança. O Exército está mais fraco do que o MST. Eu vejo aí ele desfilando. A Marinha... Júlio Soares o Comandante da Marinha, que seria Ministro no organograma, declarou, José Maranhão, que em 2005, a Marinha acabou no Brasil. Os navios dela têm tem quase 50 anos. Os submarinos que não andam. Não se comprou uma canoa para a Marinha brasileira!

Ó Senador Francisco Escórcio, Abadia, esse homem da Colômbia, chefe de tráfico de droga, que veio em um veleiro, José Maranhão, e entrou em Camocim, no Ceará, do lado do Piauí, mostrando que nós não temos defesa. De peito aberto, o maior contrabandista de tóxicos...

A Aeronáutica está aí, a Aeronáutica de Santos Dumont, de Eduardo Gomes. Ó José Maranhão, a Aeronáutica daqueles líderes que nos ensinaram e por isso nós estamos aqui. O preço da democracia é a eterna liberdade. A Aeronáutica que construiu o ITA e é a maior na história da engenharia na construção de aeronaves, a Embraer – e V. Ex^a é testemunha, José Maranhão. O ITA está aí também sucateado. Não faz mais parte dos sonhos de nossa mocidade ingressar no ITA. Esse é o País. Porque o Governo multiplica por oito a criação de cargos. É a média mensal. Aqui está – coloque grande aí a manchete: “Governo multiplica por oito a criação de cargos”.

Atentai bem, pois um quadro vale por dez mil palavras. Por isso que não tem dinheiro para a segurança; por isso que não tem dinheiro para a saúde; por isso que não tem dinheiro para a educação. Está aqui um gráfico. Focalize aí, ô Valdemar, que é engenheiro do Piauí, líder de união, e seu companheiro. Chame a televisão aí. Olhe o gráfico, você que é engenheiro – você e o Alberto Silva, os melhores engenheiros do Piauí – subindo. Olhe, Maranhão, o emprego público.

Agora, atentai bem, José Maranhão, esse pessoal que está quase entrando. Aqui diz... Sabe qual é o número que ele diz aqui? Vinte e dois mil trezentos e quarenta e cinco. Mas foram criados aqui o Instituto Chico Mendes, a Secretaria do Porto e já está para quase 24 mil.

Ô José Maranhão, V. Ex^a está debaixo de Cristo e de Rui Barbosa. Cristo! O Livro de Deus diz da porta larga da facilidade, da corrupção, da malandragem. E esse pessoal está entrando no Governo pela porta larga, sem concurso. Valdemar! Sem concurso. São 24 mil aloprados que aí estão. Não entram pela porta estreita da vergonha, do concurso e da sabedoria. Aí esses aloprados que aí entram vão ocupar os cargos de chefia e aquilo que foi bem estruturado por Pedro II, por Getúlio Vargas, por todos os grandes Presidentes, é desestruturado. Ô Luiz Inácio, busque pelo menos um livro. Peça a sua Marisinha, à encantadora Marisa, para lhe ler um livro que Getúlio Vargas mandou. Está lá no Dasp. Ô José Maranhão, o Dasp que Getúlio criou – Departamento Administrativo do Serviço Público. Chefia, administração, liderança, critério de promoção tem lá no Dasp. Isso foi um país organizado que desmoronou. Os aloprados passaram a comandar a Segurança Nacional, a comandar a Saúde, a Educação e os outros Ministros levam dinheiro, cada um só pensa em dinheiro. Nós governamos Estado, Maranhão. Rui Barbosa disse que a pátria é a família amplificada. Entendei isso! Você tem que administrar a pátria como uma família, com austeridade, com responsabilidade, com economia. E aí, e dinheiro para essas pessoas? Valdemar, engenheiro brilhante, sabe quanto ganha? Ô José Maranhão, no seu Governo você tinha aqueles DAS. Eu tive, é necessário. No Estado é DAS 1, 2, 3 e 4. O Governo Federal tem DAS 6. Um aloprado desses entra pela porta larga da bandidagem, da corrupção, da malandragem ganhando R\$10.448,00. Médicos do meu Brasil, engenheiros aqui representados pelo Valdemar, engenheiro que trabalha, professoras, agrônomos, geógrafos, funcionários públicos, essa gente começa com R\$10.448,00! Vinte e quatro mil, um quadro vale por dez mil palavras.

Ô José Maranhão, o Luiz Inácio é melhor do que o Bush. Mas o Bush só nomeou 4.500 cargos de confiança. Nos Estados Unidos, são cinquenta estados dentro da República dos Estados Unidos, uma população quase o dobro da nossa. Ele só nomeou 4.500 cargos de confiança, e Luiz Inácio nomeia 24 mil. E quem paga? O sofrido povo do Brasil, que trabalha e paga 76 impostos.

Senador José Maranhão, na Inglaterra, o sucessor de Tony Blair só nomeou 160 pessoas para cargos de confiança. Há uma máquina administrativa compe-

tente em que se investe, sendo sempre aperfeiçoada. Ele não mexe. São apenas 160. O Sarkozy nomeou 360 pessoas. Na Alemanha, são 600. Aqui, 24 mil. Ô Chiquinho Escórcio, isso aqui é para tirar dinheiro para o PT, porque, para cada cargo de confiança, paga-se até 30% para o Partido. Daí essa corrupção, essa malandragem. Então, é essa a dificuldade do Brasil.

Ô Maranhão, sei que este Congresso passa por momentos difíceis, mas o desgaste não é apenas por isso, não. Renan poderia salvar-se, sabe como? V. Ex^a teria coragem de fazer, assim como eu. Eu o conheço, José Maranhão. V. Ex^a enfrentou a ditadura e está aí. Bastaria que ele mandasse chamar amanhã, segunda-feira, terça-feira, para analisar os vetos de Luiz Inácio. Aí é que este Senado se acororou; aí é que este Senado se envergonhou, aí é que este Senado se desmoralizou.

Existe o estruturamento democrático. Fui Prefeitinho, José Maranhão. V. Ex^a foi prefeitinho? Não foi, mas foi, por duas vezes, extraordinário Governador da Paraíba. Então, é um jogo democrático – daí terem saído os reis para dividir o poder. Aqui é para fazer leis, e nós fazemos. O Presidente da República pode vetar. É um direito dele. Na Câmara Municipal de Parnaíba, eu vetei as leis deles. Mas há o direito de voltar. Ele veta e vem para cá discuti-los. Então, Luiz Inácio vetou.

Ô Chiquinho Escórcio, ô Dona Marisa, faça como a mulher, essa gigante, a esposa do Governador da Bahia. V. Ex^a leu as declarações dela? Ô mulher de fibra, extraordinária a mulher do Governador da Bahia. A mulher sempre é melhor do que o homem. No drama maior da humanidade, a Crucificação de Cristo, todos os homens falharam – Caifais. Pilatos, político como eu, lavou as mãos. E a mulherzinha dele, Adalgizinha, disse: “Não faça isso, esse homem é bom, eu vi ele pregando, ele ajuda aos pobres”. “Não. Eu tenho de estar aí com Luiz Inácio, com o Governo.” E deu no que deu.

Verônica enxugou o rosto de Cristo. Onde estão os companheiros de Cristo, o pai dele e Pedro? Pedro negou três vezes, que nós sabemos. Onde estão os leprosos que ele curou, os homens, os famintos, os que comeram pães e peixes, os que beberam vinho que Ele multiplicou? Os homens todos? Lá, só havia três mulheres, três Marias. Havia dois homens e eram ladrões – um de um lado e outro do outro lado. E ainda se acredita em Cristo, porque foram ao túmulo. Foram três mulheres que disseram: “Ele ressuscitou”. Se fosse homem, José Maranhão, o povo diria: Ele está é bêbado. Ninguém acreditaria.

Então, essa mulher da Bahia deu. D. Marisa, V. Ex^a...

E eu faço aqui como Moreira Alves, que fez o discurso mais importante desta Casa. Quando os militares... Você era Deputado, Maranhão? Quando os militares arrojaram, ele veio à tribuna e disse: Eu apelo às mulheres dos militares, não agradem mais eles não, que eles estão acabando... Era para as mulheres fazerem greve. Aí deu no que deu. Cassaram o homem, e Mário Covas aí é que se tornou grande, porque foi defendê-lo.

V. Ex^a era Deputado? V. Ex^a foi nesse rolo, não foi? *(Pausa.)*

Foi. Ele foi cassado nesse rolo.

Mas esse foi o discurso mais bonito, o do Moreira Alves.

Então, eu apelo. D. Marisa, faça como essa grande mulher da Bahia. Leia a entrevista dela. Mulher é sempre melhor do que homem.

Então, D. Marisa, nós estudamos a aposentadoria dos velhinhos, dos aposentados. Esta Casa entrou madrugada adentro, buscou os recursos. Nós trabalhamos. E olhe a malandragem. Nós demos para os velhinhos 16,7%. Um desses aloprados aí, que quer ganhar, que está ganhando um desses 24 mil empregos gratuitos, sem concurso, convenceu Luiz Inácio, Marisa, a dar 140% para os aposentados e a vetar os 16,7% do Congresso, do Senado. Deu só 3,4% para os velhinhos aposentados.

Eu pergunto a quem conhece. Será que ele é temente a Deus? Para os velhinhos 3,4%, mas para esses aloprados, que entram sem concurso, deram um aumento de 140%. Ô, D. Marisa, apelamos para a senhora...

Então, o Renan tem que mandar buscar esse veto para votarmos de novo e analisarmos. Por que ele não busca, Maranhão? Por quê? Porque o povo vai saber quem se acorrou, quem não defendeu os velhinhos. Vocês se lembram de que o PT botava *outdoor* de todo mundo. Não era? Esse é um exemplo. Tem que colocar. Ô, Zé Maranhão, V. Ex^a vetou alguma coisa, não vetou?

Os Deputados derrubaram algum veto seu? O meu derrubaram e eu aceitei porque faz parte do jogo democrático, e não estou diminuindo, não. Estou exaltado. É do jogo democrático! O Lula vetou. Quer outro veto? Está aqui um abaixo-assinado da Sudene. "O Piauí e o Deputado Roncalli Paulo fizeram um belo discurso".

Nunca se sofreu tanto, José Maranhão. V. Ex^a governou a Paraíba em seca, mas tínhamos o apoio técnico da Sudene. Não é verdade? Pois está aqui um abaixo-assinado. Criamos a Sudene. Demagogia. No jornal mais um orçamento, o dinheiro, o recurso. Luiz Inácio Lula da Silva fazia a festa e colocava no jornal.

Vetou. Está aqui o abaixo-assinado com a escrita do povo da Sudene. Então, ele vetou. O Renan tinha que mostrar firmeza aqui. Mandar terça-feira buscar o veto porque nós podemos – é da Constituição – ou não podemos, ó, Maranhão, V. Ex^a, que sabe tudo, derrubar o veto do Luiz Inácio? Podemos, é do jogo democrático. Então, é aí que há o erro deste Congresso. Compete ao Presidente buscar quem vota.

Quanto à Sudene. Criaram só no papel, na demagogia e o tutu cortou. E, aqui, fica calado, está aí e o Piauí sofrendo, na seca. A Sudene era fundamental ou não, Maranhão, para ajudar os Estados nordestinos na seca. Então, essas são as nossas palavras. E acredito, com todas as dificuldades, em Deus que diz "depois da tempestade vem a bonança". Nós estamos passando essas dificuldades. Mas, brasileiras e brasileiros, muitas tiveram.

O Senado tem que ter a clarividência. Esta paz do Brasil se deve aqui... Todo o mundo se lembra no suicídio de Vargas: Café Filho assume, se interna no hospital; Carlos Luz, então, pega o Tamandaré, confusão toda. E, aqui, se dá um jeito. Não queriam dar posse a Juscelino Kubitschek. E foi esta Casa que botou o seu Presidente para ser Presidente da República durante 60 dias, para entregar o País ao eleito pelo povo. Todo o mundo sabe que quiseram dar o golpe com a renúncia de João Goulart, para que ele não assumisse, e esta Casa encontrou um caminho através de Tancredo Neves ser o Primeiro-Ministro num período transitório de parlamentarismo. Então, José Maranhão, esta Casa não pode faltar ao País. Esta Casa tem que encontrar o caminho. E o caminho, aponto, está ali, é Rui Barbosa, porque ele disse e nos ensinou que só tem um caminho, uma salvação: é a lei e a justiça.

Este País está precisando que o seu Senado da República devolva ao povo uma democracia. Que o bem vença o mal.

Essas são minhas palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 36 minutos.)

**CONSELHO DE ÉTICA
E DECORO PARLAMENTAR****ATA DA 6ª REUNIÃO DE 2007**

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião de 2007, convocada para 03 de julho de 2007, terça-feira, às 18h30, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação da Representação nº 01, de 2007.

Estiveram presentes os (as) Srs. (as) Senadores (as) membros do Conselho:

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PR/PSB)

Augusto Botelho (PT)
Renato Casagrande (PSB)
Eduardo Suplicy (PT)
Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)

PMDB

Wellington Salgado de Oliveira
Almeida Lima
Gilvam Borges
Leomar Quintanilha
Valdir Raupp
Romero Jucá

PFL

Demóstenes Torres
Adelmir Santana
César Borges

PSDB

Marconi Perillo
Arthur Virgílio
Marisa Serrano
Sérgio Guerra

Corregedor

Romeu Tuma (PFL)

Estiveram presentes, também, os Srs. Senadores: José Agripino, Pedro Simon e José Nery.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Sr^{as} e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Submeto à apreciação do Plenário a Ata Circunstanciada da 5ª Reunião deste Conselho, realizada em 27 de junho do corrente ano, cujas cópias se encontram sobre a bancada.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permanecem sentados. *(Pausa)*

Aprovada.

Srs. membros do Conselho de Ética, preliminarmente, apresento a este Conselho, ao Senado Federal e à sociedade brasileira alguns esclarecimentos em relação à investigação das denúncias lançadas contra o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros.

Na quarta-feira passada, dia 27 de junho, fui eleito Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa em meio a um dos momentos mais delicados da história recente do Senado Federal.

O Conselho de Ética do Senado está no centro das atenções do País. É natural, portanto, que todos aqueles que dele participam, principalmente os que ocupam suas posições mais destacadas – a presidência e a relatoria do processo que apura as denúncias contra o Presidente do Senado –, estejam sob o constante escrutínio da imprensa e da sociedade.

Portanto, não fiquei surpreso quando, assim que assumi a Presidência do Conselho de Ética há uma semana, surgiram as primeiras insinuações de que eu deveria ser afastado do cargo pelo fato de ser parte em processo que tramita no Supremo Tribunal Federal – STF.

A essas insinuações se somaram, de forma avassaladora, por intermédio da imprensa, de forma contundente, denúncias várias que entendi terem o propósito de me desmoralizar, de desqualificar qualquer ato meu e até de me intimidar.

É com muita serenidade, Sr^{as} e Srs. Senadores, que venho aqui refutar as acusações que a mim vêm sendo endereçadas. Longe de se assentarem em fatos, elas se baseiam no rumor, no boato, no burburinho, na má-fé.

Refuto com veemência! Refuto com indignação todas elas! Refuto porque são improcedentes! Refuto porque são falsas!

Em primeiro lugar, reafirmo que jamais fui citado para depor ou convocado para me defender no referido processo. Quando me interpelaram recentemente sobre esse processo, eu sequer conhecia todo o seu teor. Ao que me consta, o processo ainda se encontra em fase de inquérito, de investigação. Entre ser investigado e ser condenado, ou declarado culpado há uma grande, uma enorme diferença!

Em segundo lugar, jamais pratiquei atos ilícitos em qualquer dos cargos ou atividades que já exerci, seja na esfera pública, seja na iniciativa privada. Mais especificamente, nunca tomei parte em esquema de desvio de recursos de obras públicas.

Corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha nunca fizeram – e nunca farão! – parte da minha biografia, da minha trajetória de vida – vida da

qual me orgulho imensamente e que vem sendo de maneira implacável junto com a intimidade da minha família, por conta de acusações das quais sou inteiramente inocente.

Em terceiro lugar, é no mínimo curioso que o súbito interesse por esse processo tenha surgido agora, no exato momento em que sou eleito Presidente do Conselho de Ética. O inquérito chegou ao STF em 2005. Por que só agora, dois anos depois, ele ocupa, da forma como ocupou, as manchetes dos jornais?

As prováveis respostas a essa pergunta, Sr^{as} e Srs. Senadores, apontam todas na mesma direção: o Conselho de Ética.

Acusações como as de que fui alvo são uma mostra clara de que, atualmente, vale tudo para distrair a opinião pública do que realmente interessa: a apuração imparcial e desapaixonada das denúncias contra o Presidente do Senado. É extremamente difícil tentar desenvolver um trabalho de caráter técnico nas circunstâncias que atualmente enfrentamos no Conselho de Ética.

Apesar disso, estamos conseguindo avançar. Os pareceres que solicitei aos órgãos técnicos da Casa apontaram lacunas que colocaram em suspeição a legalidade dos procedimentos que até então tinham sido adotados. Ao reencaminhar o processo à Mesa Diretora para o saneamento das irregularidades, busquei, acima de tudo, zelar pela estrita legalidade de toda a investigação e, conseqüentemente, preservar a própria imagem do Conselho de Ética e do Senado Federal. Não se tratava de atitude meramente protelatória como supuseram alguns. Tanto assim é que, naquela data, dia 27, marquei para hoje a próxima reunião do Conselho, e ela está sendo realizada.

Eu tive, pessoalmente, dúvidas sobre as questões que foram abordadas aqui por diversos Srs. Senadores, com alegações de que estava tudo errado, com alegações de que o Conselho não tinha regulamento próprio. Assertiva feita com muita veemência pelo eminente Senador Sérgio Guerra.

Ressalto, ainda, que, no meu entendimento, uma das principais razões para toda a celeuma que envolve a atuação do Conselho de Ética é, exatamente, a ausência de um regulamento que discipline os atos processuais do órgão. Se já contássemos, desde o início, com um regulamento próprio para o Conselho, muito esforço inútil teria sido evitado. Discutir e aprovar esse regulamento deve ser uma preocupação urgente dos membros do Conselho, sob pena de que continuemos a patinar e bater cabeça para solucionar questões acessórias, que desviam nossa atenção dos pontos realmente relevantes.

Concluo, Sr^{as} e Srs. Senadores, afirmando que agi, e agirei, assim na Presidência do Conselho de Ética como em minha vida pública e privada, dentro dos estritos limites da legalidade. Como aqui afirmei, o meu desejo deve expressar o desejo da maioria dos membros deste Conselho, ou seja, apurar a verdade. É isso que nós desejamos, é isso que nós queremos.

Seja quem for o representado perante o Conselho, o respeito ao Regimento Interno da Casa, ao Código de Ética e, sobretudo, à Constituição Federal e às leis do País será observado sem tergiversações. Garantir a legalidade dos procedimentos, o direito ao contraditório e à ampla defesa, e imprimir um caráter técnico aos trabalhos do Conselho de Ética, mantendo-o imune às disputas partidárias, são as nossas metas na Presidência deste órgão fundamental para a imagem e a respeitabilidade do Senado Federal.

Recebo e passo a ler a Ata da 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal que entendi ser imperativa sua oitiva, a sua manifestação a respeito de um dos vícios abordados pela Consultoria Legislativa e pela Advocacia-Geral da Casa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a pode nos distribuir cópia da Ata, Sr. Presidente? V. Ex^a tem a Ata na mão. Eu gostaria que V. Ex^a pudesse distribuir cópia da Ata aos Conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Farei isso perfeitamente e imediatamente, Senador.

Por favor, pode distribuir as cópias.

Procederei à leitura, Senador, mas me informa a Secretaria que já dispõe das cópias e que elas já estão sendo distribuídas.

Ata da 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 03 de julho de 2007.

Aos três dias do mês de julho de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Audiências da Presidência do Senado, com a presença dos Senhores Senadores Tião Viana, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Efraim Moraes, Primeiro Secretário no exercício da Primeira Vice-Presidência, Gerson Camata, Segundo Secretário no exercício da Segunda Vice-Presidência, César Borges, Terceiro Secretário no exercício da Primeira Secretaria, Magno Malta, Quarto Secretário no exercício da Segunda Secretaria, Senador Papaléo Paes, Primeiro Suplente de Secretário no exercício da Terceira Secretaria e Flexa Ribeiro, Quarto Suplente de Secretário, no exercício da Quarta Secretaria, reuniu-se a Mesa do Senado Federal, por convocação do Senhor Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Tião Viana. Estiveram ausentes, por motivo justificado, os Senadores Alvaro Dias, Segundo Vice-Presidente do Senado, e

o Senador Antonio Carlos Valadares, Segundo Substituto de Secretário. Abertos os trabalhos, o Senhor Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência informa que a presente reunião se destina a conhecer do Despacho do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Senador Leomar Quintanilha, exarado no dia dois de julho do corrente ano, referente à Representação nº 1, de 2007, protocolada no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, que tem o seguinte teor: *Despacho do Presidente – Considerando que a mencionada Representação foi encaminhada por despacho monocrático ao Presidente do Senado, quando deveria ter sido enviada somente após deliberação de todos os integrantes da Mesa, com o que se cumpriria o necessário juízo de admissibilidade previsto no art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, que dispõe que a ‘Representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário do Senado, será inicialmente encaminhada pela Mesa ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar’; Considerando que, após a leitura do relatório proferido pelo Senador Epitácio Cafeteira, deixou-se de proceder à sua votação, reabrindo-se a instrução para oitiva de testemunhas e realização de diligências; Considerando que não houve deliberação do Conselho quanto à realização da perícia pela Polícia Federal e que tal perícia somente poderia ter sido solicitada por intermédio da Mesa do Senado, como estabelece o art. 19 da Resolução nº 20, de 1993, c/c o art. 138, inciso II, do Regimento Interno; e Considerando o disposto no art. 89, I e VI, do Regimento Interno do Senado Federal e no art. 24 da Resolução nº 20, de 1993, bem como o Parecer nº 183/2007 do Advogado-Geral do Senado e a Nota Informativa nº 1.311, de 2007, do Consultor-Geral Legislativo DECIDO remeter a representação à consideração da MESA do Senado Federal para que, reunida em sessão, delibere quanto à admissibilidade desta, como prevê o art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, e para que proceda ao saneamento dos demais vícios, como referente à legitimidade para solicitar de órgãos externos a apuração de fatos e de responsabilidade, o que pode levar à anulação de todo o procedimento. Brasília, 2 de julho de 2007, Senador Leomar Quintanilha – Presidente do Conselho de Ética”. Distribuída a documentação pertinente, ou seja, o Ofício nº 295/2007 do Presidente do Conselho de Ética, o Despacho de S. Exª quanto à Representação nº 1/2007, o Parecer nº 183/2007 – ADVOSF, da Advocacia do Senado, e a Nota Informativa nº 1.311, de 2007, da Consultoria Legislativa do Senado, o Senhor Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência concedeu a palavra*

aos presentes. Após amplo debate, a Mesa, por unanimidade, acolhendo o parecer da Advocacia do Senado que analisou o encaminhamento à Mesa da Representação nº 1, de 2007, do PSOL, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para sanear vícios de origem, DECIDIU pela admissibilidade da Representação; pelo encaminhamento da Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Em seguida, o Senhor Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Tião Viana, suspendeu a reunião, ao mesmo tempo em que determinou que eu, Cláudia Lyra Nascimento, Secretária-Geral da Mesa, lavrasse a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata foi lida e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, às treze horas e cinquenta e cinco minutos, o Senhor Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência declarou encerrada a reunião e assinou a presente Ata com os demais membros da Mesa.

Senado Federal, em 03 de julho de 2007.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Na verdade, é um pedido de esclarecimento que eu faço ao Presidente do Conselho.

A conclusão da Mesa Diretora, depois de grande debate, foi acatar o parecer da Advocacia do Senado. A Advocacia do Senado disse que havia erros no documento encaminhado unicamente pelo Presidente Renan Calheiros e na perícia solicitada diretamente pelo Conselho de Ética.

Então, faço as seguintes indagações:

1º – No momento em que a Mesa Diretora declara a admissibilidade do processo, o processo se inicia ou se está dando continuidade ao que já tínhamos feito?

2º – Não há uma contradição entre aquilo que a Advocacia do Senado disse e aquilo que a Mesa decidiu? Ou a decisão da Mesa foi incompleta porque não esclareceu efetivamente como deve ser feito o procedimento na hora em que se pede alguma diligência externa?

Para que eu possa continuar nesta reunião, gostaria que ficassem bastante claras minhas dúvidas quanto a esses pontos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente, a respeito do mesmo fato.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu também gostaria de fazer uma consulta a respeito do mesmo fato, Sr. Presidente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – A respeito do mesmo fato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Seria bom que eu concedesse a palavra a todos que desejam se manifestar.

Com a palavra o Senador Almeida Lima e, em seguida, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu também gostaria de me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vamos ordenar a lista de oradores: Senador Almeida Lima, Senador Demóstenes Torres, Senador Eduardo Suplicy, Senador Sérgio Guerra, Senador Gilvam Borges, Senador Wellington Salgado, Senador José Nery. *(Pausa)*

Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, posso fazer uso da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Só um minutinho, Senador Almeida Lima.

Sr. Presidente, o senhor tem a decisão completa da Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Ela foi distribuída na Ata.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Não há uma decisão mais detalhada da Mesa? É apenas esta?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Senador Casagrande, se V. Ex^a me permite, para ter o esclarecimento da questão de ordem que V. Ex^a fez, precisaríamos ter também a cópia do que está referido na Ata, que é o parecer da Advocacia do Senado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A decisão foi baseada no parecer, o que não significa que temos que seguir o parecer. Isso já é o início de outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vamos ouvir a opinião dos que se inscreveram. Como o número de inscritos é grande, para tirarmos o melhor proveito da reunião, sugeriria que restringíssemos o tempo para cinco minutos.

Senador Almeida Lima, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Determino a distribuição do material solicitado, ou seja, o parecer da Advocacia-Geral do Senado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Entendo de logo que o nobre Senador Casagrande, pelo que dispõe as normas processuais do nosso País, está plei-

teando algo como se fosse embargos de declaração. Temos uma decisão... Sr. Presidente? *(Pausa)*

Acho que o Senador Renato Casagrande está interpondo embargos de declaração. Há uma dúvida...

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Estou pedindo informação, Sr. Presidente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Há uma dúvida e S. Ex^a pede esclarecimento. Acho que a decisão da Mesa fala por si só. Interpretação diferente do que está aqui tem que ser dada pela Mesa, não por esta.

Segundo lugar, as decisões que a Mesa tomou foram duas: primeiro, despacho de admissibilidade da representação e, segundo, encaminhou a representação. Tudo isso, aí diz, para sanear vícios de origem.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que foi praticado por este Conselho de Ética, pediria atenção da Presidência porque esse é um fato importante, antes da remessa dos autos de volta à Mesa, foram atos nulos. Não foram atos anuláveis. Qual é distinção dos dois principal para o caso presente? O ato anulável, Sr. Presidente, comporta que seja refeito, emendado, reratificado. O ato nulo não surte efeito, é nulo de pleno direito, precisa ter início. A expressão está dita “para sanear vícios de origem”.

Eu iria levantar essa questão pela ordem para fazer essa explicação para, a depender da decisão de V. Ex^a, eu entrar com uma questão de ordem para deixar lavrado o meu protesto, prevenindo-me de possíveis direitos para questionar judicialmente a decisão que V. Ex^a vier a tomar que não seja a de tornar nulos, declarar nulos de pleno direito, e desentranhar dos autos tudo o que foi feito a partir da representação, inclusive a notificação ao representado. A notificação deve ser considerada nula porque foi ato de despacho de um Presidente que não estava autorizado pela Mesa da Casa a assim proceder. Ora, para a perícia que foi feita haveria necessidade de autorização da Mesa. Ela já foi feita sem autorização e nessa decisão não está ratificado nenhum ato. Ele diz expressamente “para sanear vícios de origem”, nulidades. Não são atos anuláveis. Quem praticou o ato não tinha competência para tanto, pois não estava autorizado pela Mesa. O que acontece? Simplesmente, na visão da decisão, o Sr. Presidente vai designar um relator e determinar a notificação do representado para apresentar a sua defesa, desentranhando dos autos tudo quanto aí consta além da representação. Permanece a representação, para começar tudo de novo.

Essa é a decisão, a meu ver, correta. Qualquer outra coisa é nulidade. Nesse ponto levanto a questão de ordem. Deixo registrado. Se ela não for aten-

dida, lavro meu protesto para prevenir direitos e ir ao Judiciário.

Para concluir, desejo uma corte de direito, não uma corte marcial ou de exceção. Exijo o devido processo legal. Os atos praticados são nulos? São! Declare-os nulos – a Mesa admitiu, foi encaminhado – e inicie o processo. Quem pensar diferente vai dar margem a se dizer que estão querendo tumultuar o procedimento por atenção a isso ou a aquilo.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a questão posta aqui é muito simples e depende da resposta de V. Ex^a. Há o direito de recurso ao Plenário do Conselho, qualquer que seja a decisão, uma vez que há posições divergentes.

O Senador Almeida Lima defende a seguinte posição: zerou tudo. Nesse caso, tem que ser designado um relator ou uma comissão de inquérito e aberta oportunidade para o Senador Renan Calheiros apresentar sua defesa. Essa é a posição externada pelo Senador Almeida Lima, uma posição respeitável, mas da qual ouso divergir por uma série de motivos.

Primeiro, disse o Senador, não repetiu aqui o Senador Almeida Lima, no plenário, que não poderia o Senador Renan Calheiros tomar a providência que tomou – remeter para o Conselho **ad referendum** – uma vez que não há previsão regimental para isso. É óbvio, bem sabe o Senador Almeida Lima, que aqui se trata de um regimento – não se trata de Direito Público – e o que não é vedado é permitido. Então, poderia o Senador Renan Calheiros fazer o que fez **ad referendum** da Mesa. E tanto S. Ex^a assim o fez que a nossa nobre e querida Senadora Ideli Salvatti o parabenizou. Tenho aqui as notas taquigráficas e vou ler **ipsis litteris**: “Enquanto eu estava no gabinete do Senador Tião Viana, e S. Ex^a está na Bahia e conversava com S. Ex^a para que pudéssemos tomar alguma providência no sentido de agilizar para que não pairasse qualquer dúvida, V. Ex^a [Renan Calheiros] já deu uma demonstração inequívoca fazendo o despacho **ad referendum** da Mesa, pois se trata de decisão coletiva. Tenho a compreensão de que toda a Mesa o respaldará, inclusive com a mesma prontidão com que V. Ex^a decidiu.”

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a me permite?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não. Com todo prazer, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Considerei muito importante que V. Ex^a tenha feito a leitura integral

porque coloquei que tinha a convicção, e inclusive fui perguntar ao Senador Renan se assim seria procedido, de que era ele que despacharia de imediato para não perdermos tempo **ad referendum** da Mesa, ou seja, teria que obrigatoriamente passar por uma decisão posterior da Mesa convalidando o que S. Ex^a de próprio punho tinha feito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeito. E foi o que a Mesa acabou fazendo hoje...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas não foi feito na época.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Exatamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, a Senadora Ideli Salvatti, naquela ocasião, parabenizou o Senador Renan Calheiros, o que todos fizemos, e acho que V. Ex^a já tomou essa providência.

Segundo, o Código de Processo Penal é claríssimo no seu art. 565, e todos sabemos que os Códigos de Processo podem ser utilizados para análise. Diz o art. 565, e até para complementar, por analogia: “nenhuma das partes poderá argüir nulidade a que haja dado causa ou para que tenha concorrido ou referente à formalidade cuja observância só à parte contrária interesse”. Quem deu causa naturalmente teria sido o próprio Senador Renan Calheiros. S. Ex^a não poderia se beneficiar, esse é o entendimento, dessa causa que ele deu, mas essa matéria também...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador Demóstenes?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Quem está requerendo sou eu, não é o Senador Renan, e eu não sou parte.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeitamente. V. Ex^a é Conselheiro.

Já o nosso primeiro Relator, quando do seu Relatório, vem também dirimindo essa questão. O Senador Epitácio Cafeteira diz o seguinte: “assim é que, conhecendo dessa representação para verificação da quebra de decoro com base na fungibilidade das formas, já que juridicamente essa seria inexistente...” O que S. Ex^a disse? A forma não importa, o que interessa é que a representação chegou à Mesa e a Mesa enviou para cá. Fizemos todo o procedimento. Foi dado prazo para que o Senador Renan Calheiros se manifestasse. S. Ex^a se manifestou. Então, parece-me que esse problema está sanado.

O segundo vício apontado por V. Ex^a, seguindo parecer ofertado pela Advocacia-Geral do Senado e pela Consultaria da Casa, seria pelo fato da perícia

solicitada não ter passado pela Mesa. O art. 19, da Resolução nº 20, é claríssimo e dá a impressão de que V. Exª, de fato, teria razão. O que diz o art. 19? “As apurações de fato e de responsabilidade previstos nesse Código poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público e às autoridades policiais, por intermédio da Mesa do Senado, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos nesse capítulo.” Então, observe V. Exª que o art. 19 cita “as apurações de fatos e de responsabilidade previstos nesse Código poderão ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais”. Não pedimos à Polícia que fizesse qualquer espécie de elucidação de fato ou de apuração. Ao contrário, o que esse Conselho fez? Ao receber uma documentação enviada pelo Presidente desta Casa, este Conselho, com base no art. 89, que V. Exª invocou... V. Exª invocou o art. 89, incisos I e VI, do Regimento Interno, mas se V. Exª tivesse verificado o art. 89, inciso XIX, veria que o Presidente Sibá Machado agiu de forma correta. O que fez o Senador Sibá? Aplicou o art. 9º, que diz o seguinte:

Ao presidente da Comissão compete: (...)

IX – solicitar, em virtude de deliberação da Comissão, o serviço de funcionários técnicos para estudo de determinado trabalho, sem prejuízo das suas atividades nas repartições a que pertencem.

O que fez o Presidente? Solicitou diretamente ao Instituto Nacional de Criminalística que seus peritos periciassem documentos. E o fez muito bem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – A Polícia Federal, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim, a Polícia Federal poderia. Justamente. São os funcionários. Exatamente. Então muito bem. E diz ainda que precisa de deliberação do Conselho. E a deliberação efetivamente aconteceu.

Tenho aqui as notas taquigráficas da manifestação do nobilíssimo Senador Romero Jucá, na qual S. Exª mostra toda a documentação e solicita que a perícia seja feita. E todos nós estávamos presentes e concordamos que essa perícia fosse feita. Só não houve, por parte do Senador Sibá, a indagação aos senhores Senadores “os que concordam permaneçam como se encontram, ou como estão”. Mas nós o fizemos por aclamação. Ninguém aqui pode dizer o contrário, que este Conselho não tenha deliberado para que a perícia acontecesse.

Então, está perfeitamente aplicado o art. 89...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador Demóstenes,...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Apenas um raciocínio rápido. V. Exª discorda da afirmativa de que toda matéria relativa à competência é de ordem pública, cogente, imperativa e que não cabe derrogação das partes?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não, isso se for, evidentemente, dentro de Código. Aqui nós estamos trabalhando o Regimento Interno.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sim, Regimento Interno.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – V. Exª diz que isso aqui não é direito público! Isso aqui é essencialmente direito público! E mais ainda: ainda é mais direito público porque essa questão que discutimos, a do art. 14, que compete à Mesa tomar aquela deliberação, trata de matéria de competência. E em toda matéria de competência as partes não podem derogar, não. Quando a lei diz “É competente o Supremo Tribunal Federal”, nem que as partes entendam diferentemente, vai-se poder dizer que é o Tribunal de Justiça.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeitamente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Isso porque quando se trata de uma matéria de ordem pública, cogente, imperativa, tem que ser cumprida, não pode haver derrogação, nem acordo entre as partes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Veja, Senador Almeida Lima, ainda que V. Exª tivesse razão, o que efetivamente não tem nesse caso, V. Exª poderia muito bem aplicar o art. 46, que diz que a Mesa é composta de presidente e vice-presidentes e que um substitui o outro.

Então, quando, efetivamente, houve a remessa à Mesa, agora acaba de se fazer o **ad referendum** do Presidente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – V. Exª se refere a esta Mesa?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – À Mesa...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Do Senado?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Do Senado. Exatamente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Não se esqueça, V. Exª, de que a Mesa do Senado, embora seja chamada de Mesa em alguns artigos do Regimento Interno, ali está o primeiro conselho da Casa. Ali está a primeira comissão da Casa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim, e o que V. Exª quer dizer com isso?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Eu quero dizer com isso que a comissão decide pelo colegiado, e não pelo presidente. Ali é a comissão diretora.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– E foi feito assim: **ad referendum**. E hoje foi referendado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – O presidente não tem delegação de competência para decidir **ad referendum**, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Tem. Todos nós temos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Não. Ora, delegação... alguém só pode decidir... olha, o presidente da República, para tomar decisão que dependa da autorização do Senado, Sua Excelência não pode fazer... só se a lei expressamente o dizer.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB

– TO) – Senador Almeida Lima, o tempo concedido ao Senador Demóstenes Torres já se esgotou. Eu solicito a V. Exª que não peça mais apartes e ao Senador Demóstenes Torres que conclua, porque o tempo de S. Exª já se esgotou.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É óbvio que o Presidente não pode...

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu queria um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB

– TO) – Pois não.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Eu acredito, Sr. Presidente, que não estamos aqui para discutir algo que já foi referendado, queira ou não, hoje à tarde. A Mesa se reuniu e já decidiu, quer dizer, esse caso da admissibilidade, no meu entender, já é passado.

Estamos discutindo novamente se podia ou não podia. Para mim, isso aí já é passado. Se o presidente fez de forma uma a primeira parte e se agora a Mesa já referendou, isso já é passado, Sr. Presidente. Creio que temos que tocar...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa não referendou...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Admitiu...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Estamos discutindo, Sr. Presidente, admissibilidade. A admissibilidade é legítima, já está aqui. O que estamos discutindo são os atos procedimentais que V. Exª deve imprimir daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Nós compreendemos, Senador Almeida Lima.

Por gentileza, Senador Demóstenes Torres, concedo a palavra a V. Exª para concluir.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É até para dizer o seguinte: quando fala sobre competência, o art. 48 diz:

“Ao presidente compete (...)”

Inciso XXXII: “Avocar a representação do Senado quando se trate de atos públicos de especial relevância e não seja possível designar comissão ou senador para esse fim”.

Até isto pode fazer o presidente: avocar representação! Então S. Exª pode muito mais do que isso.

O fato de S. Exª ter feito o despacho **ad referendum** é norma de direito administrativo, de direito público. Isso é absolutamente tranquilo. O Regimento não tem essa significação, e foi tudo feito de acordo com o Regimento da Casa, com a lei e com a Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Peço a V. Exª que conclua.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – De forma que concluo da seguinte forma: entendo que, com a resposta da Mesa, V. Exª deve considerar os atos praticados perfeitos, robustos, e designar um relator para que estabeleça seu plano de trabalho para concluir a investigação e a instrução, conforme manda a Resolução 20, a fim de que possamos votar e colocar fim a esse processo que já foi tão tumultuado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, não tenho a formação jurídica do Senador Almeida Lima ou do Senador Demóstenes Torres, mas, com respeito a essa questão de nulidade, o Senador Demóstenes se referiu ao Código de Processo Penal, e eu gostaria de fazer aqui uma referência ao Código de Processo Civil.

Na ausência de regra expressa da Resolução 20/93 do Senado para a hipótese em questão, pode-se recorrer ao Código de Processo Civil, que trata das nulidades processuais em seus arts. 243 e seguintes.

O art. 244 diz que, quando a lei [no caso a Resolução 20/93] prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, alcançar a finalidade.

E mais: o art. 245 do Código de Processo Civil diz que a nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

Nesse ponto, observa-se que, quanto ao ato da Mesa referente à admissibilidade processual, as defe-

sas escritas e oral apresentadas pelo Senador Renan Calheiros no prazo regimental, em nenhum momento, argüíram a suposta nulidade.

Além do mais, em obediência ao princípio do contraditório e da ampla defesa, não foram poucas as vezes em que diversos Senadores convidaram o Senador Calheiros para comparecer ao Conselho de Ética para defender-se de todas as acusações e, em tal defesa, incluía-se a eventual alegação de vícios procedimentais, o que de fato nunca ocorreu. Eventuais nulidades invocadas podem ser perfeitamente saneadas de forma definitiva, como acabou sendo feito pela decisão sábia da Mesa.

Portanto, esse assunto está superado. Nós podemos prosseguir os trabalhos. Os atos que foram realizados até agora não estão nulos. Devemos, sim...

Aqui quero fazer uma consideração até de respeito, uma vez que visitei o Senador Epiácio Cafeteira, e S. Ex^a fez um apelo no sentido de que seja respeitado. S. Ex^a proferiu um voto e gostaria que houvesse uma apreciação. Sobre o que acontece, S. Ex^a disse: "Podem até pedir vista do voto, mas pelo menos que considerem o que fiz".

Creio que V. Ex^a, ao designar um relator ou três relatores, o que poderá fazer, até porque o Regimento assim o permite, mas que V. Ex^a considere o que vai ser feito do voto proferido pelo Relator anteriormente designado, Senador Epiácio Cafeteira, considerado pelo Senador Sibá Machado, ao qual foi concedida uma espécie de vista coletiva com diversos votos alternativos.

Um procedimento poderia ser no sentido de que o novo relator ou os três relatores que V. Ex^a vai designar considerassem os diversos votos do Senador Epiácio Cafeteira e dos demais, alternativos, como um subsídio importante para que, daqui para a frente, tudo o que foi exposto, seja o pronunciamento de defesa do Senador Renan Calheiros, feito em Plenário, sejam os pronunciamentos feitos aqui, sejam as oitivas até agora realizadas ou a própria perícia da Polícia Federal, tudo isso seja considerado para que prossigam os trabalhos.

A minha sugestão, Sr. Presidente, é de que consideremos válido tudo aquilo que foi até agora realizado pelo Conselho de Ética e que possamos prosseguir. E assim...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, Senador.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – ...V. Ex^a estará respondendo...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador Suplicy, dentro do seu tempo, Senador, de vinte segundos, V. Ex^a diz que devem ser considerados válidos todos...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Os trabalhos até agora realizados.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Certo. Então...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – ...tendo em vista, inclusive, a decisão da Mesa, hoje.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Então, o parecer, o relatório e voto do Senador Cafeteira também são válidos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Válido no sentido de...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Então vamos votar o parecer do Senador Cafeteira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Senador, V. Ex^a sabe perfeitamente...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Se uma coisa é válida, a outra também é. Se uma não é, a outra não é.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Estou dizendo exatamente que...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Está assegurada a palavra a V. Ex^a para concluir, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – ...por uma consideração...

O que estou dizendo, se V. Ex^a prestou atenção ao que eu disse, é que, até em respeito ao Senador Epiácio Cafeteira, porque S. Ex^a pediu, inclusive, seja considerado que S. Ex^a fez um voto ainda não apreciado, do qual foi concedida vista. Então, pode, perfeitamente, ser considerado o seu trabalho e o dos demais que formularam pareceres alternativos para que, então, se considere tudo o mais que aconteceu desde então.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vamos concluir, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – E essa foi a decisão do Conselho de Ética: dar mais tempo para termos aqui as oitivas a que procedemos, bem como o relatório da Polícia Federal. Esses passos foram efetuados após o voto do Senador Epiácio Cafeteira.

Então, nós podemos, perfeitamente, considerar tudo isso que foi realizado...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Suplicy, para concluir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – ...e mais aquilo que os novos designados para darem pareceres poderão considerar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, estou ouvindo esse debate, como diz o nosso Líder Aloizio Mercadante, um debate qualificado e, de uma ou outra forma, só tenho uma preocupação nisso.

É verdade que eu disse que muita coisa aqui no Conselho estava errada. Até o Presidente Renan me citou hoje e V. Ex^a, também. Mas é claro que eu disse que havia erros com o objetivo de saná-los, primeiro. E, segundo, o principal erro é não termos investigado.

Se a legalidade não foi lá muito firme, se houve um desvio aqui, outro desvio ali, o fundamental é que investigação mesmo não se fez. Essa é a preocupação central. E é por isso que nós temos que nos preocupar.

Segundo, concordando com o seu projeto de fazer caminhar a investigação, é prudente e sensato que as informações que até agora foram colhidas sejam consideradas. Não há razão para se fazer de conta que essas informações não existem. Não tem bom senso, não é lógico.

Então, eu me preocupo apenas com o seguinte: vamos começar a investigar com base no que já investigamos. Relatório Cafeteira, perícias que foram feitas, perícias que não foram feitas, tudo isso tem que ser do conhecimento de quem vai relatar de agora para a frente, num outro clima, num outro ambiente, esperamos todos.

Aliás, devo saudar a reunião de hoje à tarde. Terá sido a primeira vez que o Senado se apresentou publicamente de forma condigna com o seu prestígio e com o seu verdadeiro valor. Muitos falaram, deram a sua opinião, o Presidente estava lá – Presidente Renan – e deu a dele também. Enfim, foi uma reunião boa para o Senado. Vamos, de agora para a frente, fazer boas reuniões para o Senado aqui, no Conselho de Ética. Isso significa, primeiro, não escamotear coisa alguma, não querer ser mais esperto do que ninguém, fazer a investigação que tem que ser feita – nada deve deixar de ser investigado. Os limites dessa investigação são mais do que claros; foram desenhados pelas explicações que o Senador Renan nos deu, pela defesa que fez dos fatos. Esses são os limites. Tudo o que é importante para confirmar as explicações que S. Ex^a deu deve ser feito. O mais são ponderações que não devem nos dividir.

Se ficarmos aqui numa discussão teórica que tenho uma imensa dificuldade de compreender... De uma maneira especial, tenho admiração pelo Senador Almeida Lima, mas S. Ex^a tem uma capacidade de ar-

gumentação no campo jurídico que a minha modesta capacidade de compreensão não é capaz de interpretar condignamente. É verdade, falando sinceramente. Eu não entendo Almeida como não entendo alguns poetas. É muito complicado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Qual é a formação acadêmica de V. Ex^a?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sou economista.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Pois é, não poderia entender mesmo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Claro, claro. Como cidadão, quero dizer que tenho admiração pelo Senador Almeida Lima, mas S. Ex^a é prolixo demais para o meu gosto.

Agora, apenas um apelo, pela ordem: que S. Ex^a fale apenas durante os minutos de que dispõe, não nos minutos que os outros têm, porque S. Ex^a faz uma invasão de privacidade: entra na área de todo mundo, fala por todos nós com aquela voz que nos impressiona, mas não nos convence.

Sr. Presidente, o que eu quero ponderar é o seguinte: apure o que já foi feito, nomeie três relatores de qualidade – melhor que fosse um, o trabalho seria mais prático e objetivo –, vamos começar a trabalhar. E a visão que se vai ter do Senado, do Senador Renan e da nossa capacidade de interpretar o sentimento do povo será muito melhor. Fora disso, não vamos a lugar nenhum.

Essa é a opinião de alguém que não tem conhecimento na área jurídica, que tem dificuldade de compreendê-la, mas que tem o mínimo de bom senso. E é com esse bom senso que eu quero contribuir com a gestão do novo Presidente do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu vejo essa discussão e digo o seguinte: chegamos a um ponto, um ponto público. E sinto isso nas ruas, sinto em Uberlândia, sinto em outras cidades.

Não adianta discutir artigos, não adianta discutir Polícia Federal. Isso é fato público e notório, da mesma maneira que é público que o Presidente, o meu Presidente do meu Partido, Presidente do Senado Federal, eleito pela maioria, falou que não vai sair da Presidência.

Hoje, escutei um discurso do Senador Pedro Simon com o coração aberto, um discurso feito para

quem confia nos seus pares, um discurso feito para alguém que deveria confiar no Senado Federal.

Sinceramente, eu confio no Senado Federal.

Não sei se o Senador Renan Calheiros, que abriu mão da sua tranquilidade familiar, abriu mão do seu prestígio político, para assumir um filho, como homem, como pai, que alguns políticos, no passado, não assumiram, esconderam... Ele tomou uma posição de homem e de pai: assumiu e, no entanto, deu origem a tudo isso.

A questão que foi levantada pelo PSOL, eu acho que nós temos que julgar. Eu tenho o meu voto, independente de quem apresentou, independente do que foi feito pela Polícia Federal, se havia art. 19, art. 14.

Já debati essa questão com o meu ilustre companheiro Senador Almeida Lima, já debati com o meu amigo de Oposição, Senador Demóstenes Torres. Nós temos todos os argumentos jurídicos para contestar, mas o fato é que não é isso que está sendo discutido nas ruas, não é isso que está sendo discutido pelas pessoas que confiaram o voto aos Senadores.

Nós temos que tomar posição. O Senado, hoje, discutiu uma coisa séria com uma tranquilidade incrível. A Oposição colocou o seu ponto; o Presidente Renan, como homem, como Presidente da Casa, estava em posição, escutou as agressões mais duras que um político pode escutar.

Houve uma frase bonita que disse o seguinte: “Era tanta a sua ignorância que foi até o limite e dali era tanta que ele continuou”. São frases que nós temos que medir. Essa é uma frase que agride.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Não, foi com o Senador Almeida Lima. Eu falei.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Não foi dirigida ao Presidente?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Não, eu estava discutindo com o Senador Almeida Lima.

V. Exª está me batendo errado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – De qualquer maneira, contra o Senador Almeida Lima, também não concordo. Não concordo que seja dirigida a S. Exª também.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Mas foi uma homenagem, porque citei Millôr Fernandes. Peço até desculpas ao Senador.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Sr. Presidente, para ficar dentro do meu tempo, senão o Senador Demóstenes vai tomar o tempo também.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É porque o Senador bateu tanto em mim...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Vai tomar o meu tempo, então, quero desconto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Está assegurada a palavra a V. Exª.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Sr. Presidente, o que nós temos que fazer aqui é o seguinte: V. Exª tem o poder concedido pela maioria. Vai-se continuar de onde está ou não? É a mesma pergunta do Senador Casagrande. Serão três relatores ou um relator? Eu não quero saber; quero dar o meu voto, quero dormir com a minha consciência tranqüila. O povo de Minas cobra isso, cobra a nossa posição. Pelo menos está sendo cobrada de mim.

Eu não traio, eu não vou enforçar – já teve gente enforcada na história de Minas –, agora, a nossa posição tem que ser tomada.

Quando viemos para este Conselho, nós sabíamos da nossa responsabilidade. Nós temos que tomar uma posição.

O que V. Exª, hoje, decidir, Sr. Presidente – um relator, dois relatores, se vai usar o documento que a Polícia Federal fez ou se não vai –, quero dizer o seguinte: estou com V. Exª, vou caminhar, não tenho medo, porque já sei a verdade e já vi a verdade. E vou votar.

Era só isso que eu queria dizer para os meus amigos Senadores, companheiros, e para V. Exª, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB

– TO) – Muito obrigado a V. Exª.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presi-

dente, peço a palavra por dois minutos para uma comunicação pessoal, em referência às alegações...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB

– TO) – Senador Almeida Lima...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ...do Se-

nador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB

– TO) – ...pediria a V. Exª que me deixasse concluir, obedecendo às inscrições.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – É uma explicação pessoal, Sr. Presidente. É uma explicação pessoal em cima da referência...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª poderia fazer essa explicação em um minuto?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Por gentileza.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Em primeiro lugar, devo dizer que as agressões, eu relevo, não

cuido delas, agora, dos equívocos, eu cuido. A agressão do Senador Demóstenes, eu nem me referi a ela. Os equívocos do Senador Sérgio Guerra, eu...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Reação!

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – E o equívoco do Senador Sérgio Guerra, realmente, para mim, é uma barbaridade, é uma estupidez, porque S. Ex^a, na condição de Parlamentar, de legislador, estando na Casa que faz leis, desprezar a interpretação da lei, desprezar a lei, não querer compreendê-la, não querer estudá-la? É uma demonstração, nobre Senador Sérgio Guerra... E eu admiro V. Ex^a. V. Ex^a sabe disso. No lado pessoal, a admiração que eu tenho por V. Ex^a. Agora, V. Ex^a dá uma declaração pública de que despreza a lei, de que não quer entendê-la, de que não quer acompanhá-la, de que não aceita interpretação... É lastimável isso.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Almeida Lima, obrigado.

Com a palavra o Senador...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu aceito; a argumentação do Senador Almeida Lima é convincente, é convincente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Senador Sérgio Guerra.

Senador Gilvam Borges, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, acredito que o liame – estou aprendendo alguns termos técnicos – realmente dá uma liga poderosa quando há uma compreensão. Essa compreensão está justamente nos procedimentos que cabem a este Conselho na execução da avaliação de comportamentos de Senadores. É o Conselho de Ética.

Da instalação, da apresentação do requerimento e dos procedimentos, das oitivas, dos procedimentos de se ouvirem as testemunhas, esses procedimentos foram tomados e realmente hoje foram ratificados pela Mesa. Acredito que estamos realmente já agora afeirindo, ajustando esses procedimentos para que possamos chegar a uma conclusão. Tivemos uma falha estratégica: se tivéssemos definido tempo de início e fim, como são estabelecidos quando se cria uma CPI – e essa avaliação é de 60 dias, de 90 dias, de 120 dias –, talvez não tivéssemos tido todos esses percalços, essas tribulações, que existiram justamente por ser esta uma questão que envolve o Presidente da Casa. Realmente há uma movimentação extensa por parte da mídia em função das circunstâncias diferentes que temos hoje da notícia: ela é rápida e eficiente e chega aos pólos mais extremos da terra pela Internet, pelos jornais escritos, falados, televisionados. Hoje, sem

sombra de dúvida, vivemos em uma situação em que a Casa tem que ter praticidade, eficiência e jamais se esquivar das discussões técnicas os Parlamentares que têm formação acadêmica dentro das ciências jurídicas. Todos nós outros das áreas de formação de ciências médicas, ciências humanas temos a oportunidade de participar ouvindo realmente as avaliações.

Acredito que o tempo precisa ser determinado. Quero parabenizar V. Ex^a no sentido de determinar justamente a questão dos relatores. Precisamos de relatores. Já há realmente um entendimento, por parte da Mesa, por parte do Conselho, com os depoimentos dos membros e também da contribuição de outros Senadores não membros, para que possamos continuar o trabalho. Agora, sem definição de tempo fica muito complicado. Disse que seriam 120 dias. Há muito tempo venho dizendo isso. Realmente, chegaremos a esse prazo porque precisamos aprofundar, mas não podemos ficar mergulhados em uma crise que está redundando em prejuízo enorme para a Nação.

Quero parabenizar V. Ex^a, principalmente por escolher três relatores, não que só um não resolva, mas é pela experiência que tivemos da renúncia, o efeito dominó. Se renunciar um, ficamos à vontade com dois. Se o segundo renunciar, resistimos com o último. *(Pausa)*

Mas V. Ex^a realmente foi muito rápido no gatilho. V. Ex^a saiu do foco, mas apanhou muito.

Queria parabenizar V. Ex^a e fazer o apelo para que sejamos objetivos, práticos e eficientes. Precisamos otimizar os trabalhos, Sr. Presidente.

Espero a assessoria concluir os aconselhamentos a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Estou atento ao que V. Ex^a está falando.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Quero concluir dizendo que realmente a Mesa acertou na decisão de remeter a este Colegiado, que tem a prerrogativa de avaliação. Quando o Presidente Renan Calheiros estava hoje à tarde naquele debate tão importante, em que o seu comportamento e o comportamento dos Senadores foram de muito elegância, subi à Mesa e disse: “V. Ex^a acabou de entrar no vale das sombras das árvores...” E ele me olhou porque não entendeu. E completei: “...ainda vai encontrar um córrego com água fresca. Não deixe de tomar a espada! Vão lhe levar ao calabouço e à execução V. Ex^a.” S. Ex^a disse: “Vou segurar a espada firme.” Tanto é que, graças a Deus, o Conselho de Ética vai cumprir o seu trabalho, seja em 30 dias, 15 dias, 10 dias ou 60 dias, mas o importante é que se tenha uma posição. Esse é o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, uma rápida palavra sobre a questão de mérito, que é o que se discute aqui.

O Código Penal dispõe sobre as nulidades, absolutas ou relativas, e enuncia os princípios gerais para a sua alegação em qualquer fase do processo. O art. 565 determina assim: “nenhuma das partes poderá argüir nulidade que haja dado causa ou para que tenha concorrido ou referente à formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.” Se alguém provoca determinada situação jurídica, não há como alegar depois, ele próprio, a nulidade, porque isso poderia ser usado de má-fé, e tenho certeza de que esse não foi o caso. Logo, parece-me que a Mesa agiu de maneira completamente correta.

Peço socorro aqui a Júlio Mirabete, em seu Código de Processo Penal Interpretado, editora Atlas, pág. 1.398: “É evidente o fundamento da regra. Ninguém pode alegar a própria torpeza em seu benefício.” Tenho impressão de que o que se fez se fez. Daqui para a frente vamos ver como vamos concluir esse processo.

Não podemos perder o espírito da reunião de hoje. Está patente que não dá mais para se dizer que a solução doméstica vai funcionar, não dá para V. Ex^a não engrandecer o cargo que pode legitimá-lo. A melhor resposta que V. Ex^a dá àqueles que julga seus detratores é precisamente a atuação legítima no cargo, é precisamente termos aqui relatores que levem a sério a função. Com muita clareza, posso dizer que o PSDB está farto de lengalenga. Essa história se serão um, dois ou três relatores, estamos dispostos a ajudar na idéia da relatoria tríplice, mas, se disserem que será uma só e que será entregue ao PSDB, o PSDB aceita agora. Vamos participar de maneira substantiva desse processo.

Tem razão aqui, art. 42, art. 37, art. 29, parece o Dr. Data Vênia, do Stanislaw Ponte Preta. Não quero discutir, só quero discutir a parte substantiva. A Nação pede respostas. Ela quer saber se o Presidente Renan é culpado dos delitos que são imputados a ele ou não. Se não for, isso vai ser proclamado; se for, isso terá que ser proclamado de maneira muito clara. Temos que imediatamente tirar esse Senado Federal do suplício em que está vivendo, dessa crise que ameaça virar institucional no País. Portanto, a Mesa agiu com absoluta justeza. Se o Presidente mandou **ad referendum** à Mesa e a Mesa hoje considerou admissível, julgou a favor da admissibilidade desse ato, desse gesto, temos

certeza de que tudo é válido, inclusive o relatório do Senador Eptácio Cafeteira. Se a maioria quiser aprovar o relatório, que julgo insuficiente, que a maioria aprove, mas que assuma a responsabilidade de seus atos, arque com a responsabilidade perante a Nação, arque com a sua responsabilidade perante a história do País, arque com a responsabilidade de, a meu ver, e nenhum agravo a uma figura que respeito e estimo como o Eptácio Cafeteira, degradar o Conselho do Senado ainda mais perante a opinião pública.

Tenho certeza de que a nós só interessa algo bem palpável: a preservação da instituição Senado Federal. Ao Presidente Renan Calheiros só pode interessar, e S. Ex^a afirma com muita convicção, a sua inocência, só pode interessar um julgamento cristalino, límpido, fora disso S. Ex^a ficará tisonado por dúvidas ao longo de toda sua carreira. S. Ex^a é uma figura bastante jovem e que vinha em uma brilhante ascensão política. Para mim, se havia jogo de faz de conta, acabou; se havia qualquer vontade grupo preponderar sobre grupo, acabou. Não podemos mais fazer esse jogo.

Vou ficar exatamente no meu tempo, talvez pela primeira vez na minha vida, tamanha a vontade que tenho de ver as coisas acontecerem. Vamos ver se teremos a relatoria uma. Se assim for e ninguém quiser assumir, o PSDB assume. Se for tríplice, o PSDB e o PFL vão discutir qual dos dois nomes, Demóstenes Torres ou Marisa Serrano, será o relator pelo PSDB. Vamos começar a trabalhar investigando para valer, sem não-me-toques, sem espertezas, sem golpes. Vamos para a decisão! Vamos ver mesmo qual é a verdade. Está na hora de vermos quem tem café no bule. Na hora de se checar a verdade, se teve razão, vamos dizer isso com elevada moral para sociedade; se não tem, vamos dizer que não tem. Vamos acabar com esse jogo de ver para que lado se puxa, a melhor forma de interpretar o Direito. Só há um Direito que a Nação quer saber: a Nação quer saber se ela está sendo tratada com correção pelo Senado Federal. Tenho impressão que isso põe por terra toda essa história.

Para mim, é válido o que foi decidido. Daqui para frente, vamos ver a melhor forma. Agora, algo tem que ficar patente: V. Ex^a tem uma resposta a dar. Vou ficar extremamente feliz como seu colega e amigo se V. Ex^a sentar na Presidência deste Conselho e der a resposta que a Nação espera. Seja um grande Presidente! Engrandeça-se! Não deixe que nada apequene a sua função de Presidente desta Casa! Escolha relatores que não vão se apequenar! Parta para relatores que serão aqueles que representarão para valer o que de melhor possa haver do sentimento desta Casa: uma Casa que não pode conviver com a humilhação das ruas, uma

Casa que não pode conviver, ela, que é sustentáculo da democracia, com a falta de paciência do povo com relação ao Congresso! O povo precisa achar que o Congresso é essencial para o funcionamento dele. O povo não deve achar que o Congresso é algo expletivo, que gasta não sei quantos mil reais por minuto e que, portanto, pode ser dispensado, porque a luta que consumiu anos e anos da vida da minha geração foi a luta para fazermos cair uma ditadura que não reconhecia o peso do Congresso. Em outras palavras, vamos nos dar o respeito. Confio muito que V. Ex^a vai fazer este Conselho funcionar para valer. Nosso trabalho não é mais ficar no bate-boca jurídico. É investigar para valer, até o final, para ver onde está a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Mais algum Sr. Senador membro do Conselho de Ética deseja fazer uso da palavra?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite um pequeno alerta? *(Pausa)*

Está se discutindo sobre a perícia da Polícia Federal. Senador Demóstenes, ela é inconclusiva porque não pode investigar e fazer busca. Não temos razão para discutir se ela é nula ou não, porque não foi concluída.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas ela precisa ser concluída.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ela precisa ser concluída e, para isso, deve buscar os meios para obter os documentos que façam as comparações restantes. Essa discussão de nulidade não tem valor essencial porque não foi conclusiva.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas ela vai ser concluída.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ela está paralisada em razão da falta de documentos comparativos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço ao Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente Leomar Quintanilha, Srs. Senadores, creio que a decisão da Mesa foi a mais correta e única possível diante do andamento do processo até o momento.

A única decisão da Mesa foi pelo reconhecimento de que havia vício de origem a ser saneado e que o único vício de origem era quanto à admissibilidade pela Mesa. Feito isso e reencaminhado ao Conselho, apresentamos a nossa proposta, Sr. Presidente, que se coaduna com a maioria das intervenções feitas nesta reunião.

Solicitamos uma validação do Conselho, com votação pelo pleno do Conselho, e não apenas determinado como ato isolado da Presidência, como tem ocorrido com muitas das decisões do Conselho. Inclusive a decisão que V. Ex^a tomou de encaminhar o processo à Mesa, a meu ver, até neste caso, dependeria de uma decisão coletiva do Conselho. Então, ponto número um, seria a validação dos procedimentos adotados até aqui.

Segundo, a conclusão da perícia técnica iniciada pela Polícia Federal. Essa conclusão é fundamental para o esclarecimento daquelas doze ou treze questões que ficaram pendentes, que deixaram dúvidas naquele relatório, naquele laudo preliminar da Polícia Federal.

Quanto à Relatoria, creio deveremos aqui definir um relator para conduzir o processo. Concordando inclusive com a primeira manifestação de V. Ex^a, Sr. Presidente, que aqui convidou o Senador Renato Casagrande para exercer a Relatoria, proponho, então, que, se for de acordo com o próprio Senador Renato Casagrande, que se sentiu constrangido quando foi desconvidado... *(Pausa)*

Não foi? Então, melhor ainda. O Senador Renato Casagrande me informa que não foi desconvidado. Permanece, então, o convite. Caberia ao Senador Casagrande definir aqui se aceita essa tarefa de, em nome do Conselho de Ética, exercer a relatoria desse processo.

São essas as três propostas que temos a oferecer como forma imediata de apressar, conduzir, resolver, concluir esse processo. Desejamos que, ao final, o Conselho de Ética e, finalmente, o Plenário, se for o caso, tenha condições de votar com a mais absoluta isenção, com a mais absoluta responsabilidade o processo que está em curso.

Muito obrigado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a decidisse essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Ex^a está apresentando uma questão de ordem?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Estou levantando uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa precisaria tomar uma decisão sobre o questionamento levantado pelos eminentes Srs. Senadores.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – É exatamente isso que quero dizer. V. Ex^a poderá muito bem tomar a decisão, mas diante dessa questão de ordem que quero levantar como questão de ordem,

e não como pedido da palavra pela ordem, como foi no início. Queria formular exatamente uma questão de ordem, porque quero que fique consignado como questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é baseada no art. 14, da Resolução nº 20, que se trata do Código de Ética e Decoro Parlamentar. Essa é a fundamentação e ela tem por base exatamente as alegações que fiz de que os atos praticados até então nesta representação são nulos. Eu não tinha conhecimento dos pareceres oferecidos. O parecer oferecido pela Advocacia do Senado Federal, na sua conclusão – e aqui não é a palavra do advogado, daquele que tem formação acadêmica e jurídica, que vos fala, mas sim do Advogado-Geral do Senado Federal – afirma que: “Diante das irregularidades aqui verificadas, que conduzem à nulidade de todo o procedimento que tramita perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, sugere-se o encaminhamento da representação (...)” Ou seja, a Advocacia diz textualmente “irregularidades que conduzem à nulidade de todo o procedimento”. Não sou apenas eu que digo isso.

Portanto, Sr. Presidente, a questão de ordem é no sentido de que V. Ex^a deve, baseado na decisão tomada pela Mesa Diretora, que foi apenas no sentido de decidir pela admissibilidade da representação – ela admitiu a representação, mas essa representação precisa ser processada aqui pelo Conselho de Ética –, declarar nulos todos os atos, desentranhando-os dos autos. Com isso, Sr. Presidente, estou buscando não apenas a investigação ampla, e alguns falaram após o meu pronunciamento como se aqui eu estivesse a não defender a investigação; ao contrário, o que estou defendendo aqui é o devido processo legal. Escoimar os autos, eliminar dos autos todas as nulidades que o viciam.

Se lutamos, Sr. Presidente, contra a ditadura militar – e eu lutei contra a ditadura militar –, foi na busca do estado de direito. E chegar a um Conselho de Ética e propor fugir às normas regimentais? Não valeu a pena lutar contra a ditadura.

No primeiro instante em que este Conselho fugiu à norma regimental de não votar o parecer do Relator Epitácio Cafeteira e adotou, fugindo às regras regimentais, a ouvida de testemunhas, a partir dali toda a tramitação do processo foi de águas abaixo e deu no que deu. E agora estão querendo fazer a mesma coisa.

Portanto, esta é a questão de ordem que eu levanto: declarar nulos todos os atos, desentranhando

dos autos, procedendo à notificação do representado, para que ele faça a defesa e provas sejam requeridas e produzidas à vontade, que provas sejam requeridas e produzidas à vontade, pois uma questão dita aqui não apenas pela Advocacia, mas nas conclusões, Sr. Presidente, a que chegou o Consultor Jurídico da Casa, no inciso III, ele diz:

“O julgamento [Sr. Presidente, agora não é a Advocacia-Geral do Senado; agora é o Consultor, aquele a quem V. Ex^a pediu um parecer diz expressamente] não pode extrapolar a causa de pedir e o pedido formulados na petição inicial, sob pena de violação do princípio da adstrição da sentença ao pedido e da congruência ou relação entre ambos, conforme desenvolvido no item I.”

É aquilo que, no jargão jurídico, no fórum – e nós não estamos no fórum agora – se fala em julgamento ultra ou **extra petita**, extrapedido. Isso é um jargão jurídico, deixamos para lá. Aqui é o Conselho de Ética, mas é extrapolar a causa de pedir e o pedido. Mas isso eu ouvi aqui.

A questão cinge-se à representação do PSOL. E é por essa razão que estou insistindo para que V. Ex^a declare nulos todos os atos, porque V. Ex^a e os demais Conselheiros sabem que foram levantadas questões de prova que não dizem respeito à representação do PSOL. Por isso, são atos viciados, nulos, que precisam assim ser declarados e iniciar o processo com a produção das provas que cada um entender que deve requerer, até antes da produção do relatório. Então, chegaremos, sim, a um denominador comum.

Essa é a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A questão de ordem levantada por V. Ex^a vem ao encontro das manifestações espontâneas que ouvimos aqui dos eminentes Srs. Senadores que já fizeram uso da palavra. Compete à Mesa decidir, então, com base na decisão da Mesa Diretora do Senado, que emite o seu parecer sobre a admissibilidade da representação.

De forma muito clara, a Mesa decidiu pela admissibilidade do processo. Não há, contudo, como desconhecer os fatos que já ocorreram até agora, neste Senado: o relatório do Senador Cafeteira, as oitivas aqui apresentadas, a apresentação da defesa do representado, as perícias que foram feitas. Não há como, no meu entendimento, desconhecer esses fatos, que contribuirão para a formação de juízo de cada um dos eminentes Srs. Senadores.

Entendo, como V. Ex^a, que a decisão da Mesa com relação aos demais fatos, ou seja, os fatos ocorridos no âmbito do Conselho de Ética que extrapolaram

a admissibilidade, a Mesa entendeu que, salvaguardando-se no relatório do Advogado-Geral do Senado, estariam nulos os outros atos aqui praticados.

Nós entendemos...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quais são os atos, Sr. Presidente? Quais são os atos nulos, Sr. Presidente, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Poderia me permitir a decisão?

Entendemos, contudo, que este Conselho, o Senado e o País inteiro querem a comprovação da realidade dos fatos, querem o aprofundamento das investigações.

Por essa razão, nós decidimos pela continuidade das investigações e conclusão da perícia técnica efetuada.

E posso, em decorrência disso, ouvindo as lideranças dos Partidos, designar, em decorrência de entendimento prévio, três relatores que poderiam ser indicados pelos líderes do Bloco do PMDB e uma conjugação de PSDB e PFL.

A Mesa aguarda, então...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa aguarda, então, a indicação desses nomes.

Senadora Ideli Salvatti, tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, há algo em torno de três semanas, vários Parlamentares têm dito que a responsabilidade do que está colocado para este Conselho de Ética é tão grande que a relatoria para uma única pessoa seria extremamente difícil. Portanto, o amparo que o Regimento nos dá para constituir uma comissão tornaria mais viável esse trabalho que precisa ser feito.

Então, a escolha desses três nomes, até por vários procedimentos, pelo ir e vir de várias situações, pode trazer alguma dificuldade de imediato se fizermos a indicação sem termos algumas conversas.

Tive a oportunidade de falar com o Senador Arthur Virgílio e, se o Senador Gilvam Borges permitir, faremos a seguinte ponderação: até a Ordem do Dia de amanhã, até as 16 horas, as três lideranças, como V. Ex^a solicitou, do Bloco do PMDB, dos Democratas e do PSDB apresentarão os nomes para o início dos trabalhos amanhã mesmo, nessa linha que V. Ex^a colocou, ou seja, aprofundamento das investigações e conclusão da perícia, cumprindo as legalidades necessárias, para que possamos ter celeridade e credibili-

dade. Essas duas coisas são muito importantes para podermos terminar o processo.

Então, era isso, Sr. Presidente. Se houvesse acordo do Senador Gilvam Borges...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Mas, por dever de justiça, quero fazer aqui um esclarecimento.

Acabei causando um constrangimento grande ao Senador Casagrande, porque, na minha eleição à Presidência da Casa, sugeri o nome de S. Ex^a para funcionar como Relator. E ficamos de conversar no dia seguinte. Mas assaltou-me a dúvida de que vícios processuais havia, em decorrência da manifestação de diversos Srs. Senadores, inclusive do Senador Sérgio Guerra.

Por essa razão, quando decidi, sem procurar postergar, sem procurar atrasar a reunião que havíamos marcado para hoje, ouvir primeiro a opinião jurídica tanto da Consultoria Legislativa do Senado como da Advocacia-Geral, demorei em ter esse contato com o Senador Casagrande. E a angústia que está tomando conta de todos nós com relação à celeridade no resultado desse processo acabou causando, inclusive, um constrangimento a S. Ex^a, a quem eu gostaria, de público, de pedir as minhas desculpas, porque ainda continuo mantendo por V. Ex^a o maior respeito, a maior admiração. E tenho certeza de que V. Ex^a reúne as melhores condições para relatar tanto este quanto qualquer processo que houver neste Conselho e no Senado. Mas foi por entendimento também com V. Ex^a que se derivou para essa possibilidade de indicação de três nomes para assumir essa responsabilidade que estamos agora propondo.

Em decorrência disso, concedo o prazo, então, até amanhã para que os líderes apresentem ao Conselho de Ética a indicação dos nomes, para que possamos constituir os relatores.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu queria saber se regimentalmente, Senador Demóstenes ou o nosso Senador do PMDB, neste momento, sem o relator, cabe algum requerimento. Cabe um requerimento que seja mandado para a Mesa, para depois decidir se vota ou não? Eu queria perguntar a V. Ex^a, porque tenho um requerimento que gostaria de apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Requerimento para a Mesa do Conselho?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Isso. Poderia apresentar o meu requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Entendo que em qualquer momento pode ser apresentado um requerimento.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu queria, Sr. Presidente, porque o nosso amigo, Senador Suplicy, sempre falou em convidar o Presidente Renan Calheiros para vir a este Conselho, mas V. Exª nunca oficializou, sempre foi verbal...

Então, fiz um requerimento e queria deixá-lo, se V. Exª assinar, porque a idéia foi de V. Exª, eu apenas oficializei. Apenas queria ler para V. Exª:

“Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Sr. Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, com o objetivo de que lhe seja oportunizado, perante este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o exercício do seu inalienável direito à ampla defesa e ao contraditório nos autos da Representação nº 1, de 2007, em curso neste Colegiado.”

Este é o meu requerimento. E deixaria que a Mesa decidisse, com os relatores e com o Presidente Renan, qual seria o momento correto para isso acontecer.

É possível?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, apenas gostaria que V. Exª, então, deixasse bem claro que não considera qualquer ato praticado nulo ou anulável, porque isso já foi sanado pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Essa foi a afirmação que fiz a V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeitamente.

E a segunda pergunta que faço é se V. Exª, então, pretende designar essa comissão de inquérito composta por três membros, que substituirá o relator. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Exatamente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O art. 15 deixa bem claro: a única hipótese de três Senadores... é uma comissão de inquérito.

V. Exª, que é regimentalista, poderia pegar o Regimento? É a Resolução nº 20.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Eu entendendo, já vi.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, por favor.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – V. Exª está indicando três relatores ou é uma comissão de inquérito?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – É uma comissão de inquérito, Senador Almeida Lima. Não existem três relatores.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – A comissão de inquérito é para o início do processo. É uma decisão que V. Exª toma para iniciar o processo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Exatamente. Por isso estou perguntando.

Como é uma decisão que, quando acontece, quase sempre acontece no início, estou perguntando a V. Exª se essa comissão, que será composta por V. Exª, será para concluir os trabalhos de investigação.

Essa parece-me também ser uma resposta adequada.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, o Conselho, para esse processo, estará destituído?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – A comissão de inquérito será para os três trabalharem e os demais ficarem...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Claro, excelência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não, ela será destinada a promover as devidas apurações.

Estou perguntando justamente por isso. A hipótese única de haver três Senadores relatores é a chamada comissão de inquérito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Só há esta hipótese, Senador Almeida Lima. Para três parlamentares, só há essa hipótese da comissão de inquérito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – E essa comissão de inquérito vai proceder ao trabalho que os relatores fariam...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – ...que o relator faria.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª vai apresentar o requerimento?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Pela ordem...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Imediatamente. Está aqui, Sr. Presidente, para que possa usado no momento em que V. Ex^a considerar correto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Por gentileza, a Mesa vai acolher o requerimento e decidirá posteriormente sobre ele.

Tem a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Sr. Presidente, registro que estou de acordo com a decisão, inclusive proposta pelo Senador Demóstenes Torres e por V. Ex^a, de designar os três membros do Conselho de Ética para realizar o trabalho de relator.

Sr. Presidente, precedendo essa decisão, eu gostaria de que tomemos uma decisão relativa ao voto do Senador Eptácio Cafeteira. Podemos aqui, por consenso, considerar que o voto do Senador Eptácio Cafeteira e os demais votos em separado sejam considerados prejudicados, podendo, entretanto, servir de subsídios a este Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vamos ouvir a opinião dos novos relatores a esse respeito, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Sim, mas essa é a sugestão que formulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço a sugestão de V. Ex^a.

Então, aguardaremos até amanhã, às 16 horas, a manifestação dos líderes sobre a indicação dos três novos relatores.

Agradeço a todos...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Por que não ao final?...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Já foi marcado para as 16 horas a pedido da Senadora Ideli Salvatti.

Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, uma das coisas mais importantes: lamento que o Senador Arthur Virgílio não esteja presente, além dos demais Senadores, pois se trata de uma reunião tão importante: estamos discutindo para deliberar, para resolver. Está de parabéns V. Ex^a. O tempo é fundamental. V. Ex^a deve fazer uma proposta de vinte, de trinta, de sessenta ou de cento e vinte dias. A opinião pública nos cobra. A imprensa está vigilante e nos cobrando. Se sairmos daqui sem o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a tem razão: todos temos pressa, mas é imperativo que ouçamos a manifestação dos três Senadores que integrarão este Conselho, que serão os relatores. E S. Ex^a serão indicados amanhã.

Então, cobraremos o tempo e a pressa de S. Ex^{as} a partir de amanhã.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agrade a mim a eficiência de V. EX^a.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Não havendo mais nada a tratar...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador José Nery, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de entender, com respeito à proposta há pouco formulada pelo Senador Suplicy em relação ao relatório apresentado pelo Senador Cafeteira e aos três votos em separado, se o Presidente do Conselho considerará prejudicados esses votos, de modo que não tenha nenhum óbice posterior ao trabalho dos relatores.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Nery, nós afirmamos – não sei se V. Ex^a estava atento – que não poderíamos desconhecer o que já foi produzido até agora.

Certamente, a preocupação de V. Ex^a será objeto de avaliação pelos novos relatores.

Documentos pertinentes à 6ª Reunião de 2007 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

- 1 – Lista de Presença (1 folha);
- 2 – Lista de Senadores não Membros do Conselho (1 folha);
- 3 – Despacho do Sen. Leomar Quintanilha, de 28/06/2007, para a Consultoria Legislativa e a Advocacia do Senado Federal (1 folha);
- 4 – Nota Informativa nº 1.311, de 29/06/2007, da Consultoria Legislativa do Senado Federal (14 folhas);
- 5 – Parecer nº 183/2007, de 29/06/2007, da Advocacia do Senado Federal (4 folhas);
- 6 – Despacho do Sen. Leomar Quintanilha, de 02/07/2007, remetendo a Representação nº 01, de 2007, à Mesa do Senado Federal (1 folha);
- 7 – Ata da 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 3-7-2007 (3 folhas); e
- 8 – Requerimento subscrito pelos Senadores Wellington Salgado e Eduardo Suplicy (1 folha).

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**6ª REUNIÃO**

Em 03 de julho de 2007, terça-feira, às 18h30min, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)	
Augusto Botelho (PT)	1. João Pedro (PT)
(vago)	2. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. Ideli Salvatti (PT)
Epitácio Cafeteira (PTB)	4. (vago)
Eduardo Suplicy (PT)	5. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Valdir Raupp
Almeida Lima	2. Gerson Camata
Gilvam Borges	3. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	4. José Maranhão
PFL	
Demóstenes Torres	1. Jonas Pinheiro
Heráclito Fortes	2. César Borges
Adelmir Santana	3. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Marconi Perillo	1. Marisa Serrano
Arthur Virgílio	2. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Romeu Tuma (PEL/SF)	

Visto:

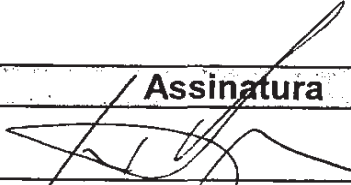

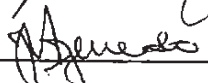
R. Quintanilha

Brasília, 03 de julho de 2007

6ª REUNIÃO

Em 03 de julho de 2007, terça-feira, às 18h30min, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho

**LISTA DE PRESENÇA - SENADORES NÃO MEMBROS DO
CONSELHO**

SENADOR	Assinatura
JOE AGRIPINO	
	P. EDUARDO
JOSÉ NERY	

Visto: 

Brasília, 03 de julho de 2007

DESPACHO DO PRESIDENTE Nº , DE 2007

Considerando as disposições relacionadas aos princípios gerais do processo legislativo, contidas no art. 412 do Regimento Interno do Senado Federal, especialmente o teor do seu inciso IV que estabelece a “nulidade de qualquer decisão que contrarie norma regimental”.

Considerando a preocupação desta Presidência com a higidez jurídica e regimental do procedimento disciplinar.

Considerando a iterativa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de reconhecer a absoluta nulidade dos processos que extrapolem os limites da legalidade, seja no plano material, seja no plano processual.

Decido:

Determinar que a Consultoria Legislativa e a Advocacia da Casa se pronunciem, no prazo de 48 horas, sobre os limites técnicos da ação deste Conselho.

Determinar, ainda, que sejam apontadas eventuais irregularidades existentes na tramitação até a presente data.

Senado Federal, 28 de junho de 2007. – **Leomar Quintanilha**, Presidente.

NOTA INFORMATIVA Nº 1.311, DE 2007

Em atendimento ao despacho do Senhor Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, Senador Leomar Quintanilha, no sentido de que sejam indicadas eventuais irregularidades procedimentais ocorridas na tramitação da Representação nº 1, de 2007, e apontados os limites técnicos à atuação daquele colegiado.

Determina o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, Senador Leomar Quintanilha, que esta Consultoria Legislativa se pronuncie sobre: i) eventuais irregularidades procedimentais que tenham ocorrido durante a tramitação da Representação nº 1, de 2007; e ii) sobre os limites técnicos de atuação do colegiado que preside.

Eis a íntegra do despacho referido:

Considerando as disposições relacionadas aos princípios gerais do processo legislativo, contidas no art. 412 do Regimento Interno do Senado Federal, especialmente o teor do seu inciso IV que estabelece a “nulida-

de de qualquer decisão que contrarie norma regimental”.

Considerando a preocupação desta Presidência com a higidez jurídica e regimental do procedimento disciplinar.

Considerando a iterativa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de reconhecer a absoluta nulidade dos processos que extrapolem os limites da legalidade, seja no plano material, seja no plano processual.

Decido:

Determinar que a Consultoria Legislativa e a Advocacia da Casa se pronunciem, no prazo de 48 horas, sobre os limites técnicos da ação deste Conselho.

Determinar, ainda, que sejam apontadas eventuais irregularidades existentes na tramitação até a presente data.

Antes de propriamente adentrar o tema objeto da consulta, cabe-nos esclarecer que a Consultoria Legislativa é composta por pouco menos de duas centenas de servidores de carreira, especialistas nas mais diversas áreas do conhecimento, sendo que todos acederam ao cargo mediante concurso público de provas e títulos de âmbito nacional.

Sendo assim, o registro inicial que nos cabe fazer é o de que o conteúdo da presente Nota Informativa – como, de resto, ocorre com qualquer outro documento assinado por Consultor Legislativo – espelha a opinião técnica de seus signatários.

1. Preliminar: quais diplomas legais regem os procedimentos perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal?

A Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, estabelece de forma sucinta o procedimento a ser adotado nos casos submetidos ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. É natural, contudo, que a complexidade da vida revele situações ali não contempladas de modo expresso. A solução para casos dessa espécie está no art. 24 da RSF nº 20, de 1993, que estatui:

Art. 24. Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões, inclusive no que diz respeito à eleição de seu Presidente e designação de Relatores.

O fato é que inexistente até o momento regulamento específico para o Conselho de Ética, de modo que

a situação prevista no citado art. 24 é recorrente no desenvolvimento de suas atividades, aplicando-se-lhe, portanto, as disposições do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O RISF, porém, não traz disposição alguma acerca da tramitação de processos de natureza administrativa, como o é a Representação em análise. Cabe notar, ademais, que, à vista do fato de o presente procedimento não ter natureza penal, seria de todo inadequado atribuir-lhe regras de regência das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI).

Disso deriva, em nosso entendimento, uma primeira conclusão: são inaplicáveis ao caso as normas do Código de Processo Penal (CPP). Argumentamos: as disposições do CPP valem para processos de índole estrita e eminentemente penal. Não é o caso do procedimento em tela, e, se fosse, faleceria ao Conselho de Ética competência para conhecê-lo, sob pena de usurpação de competência do Supremo Tribunal Federal, no caso dos crimes comuns.

A Representação, a nosso ver, tem natureza inequivocamente administrativa, pois se presta a aferir quebra do regime disciplinar dos parlamentares (Constituição Federal, art. 55). Se, pela natureza do cargo, a Constituição exige também um juízo político acerca da quebra de decoro, isso não quer dizer que a essência do procedimento não possa ser reconduzida ao conceito de “Poder Disciplinar da Administração” – gênero do qual é espécie o procedimento de que trata o art. 55 do texto constitucional. Válidas, portanto, as lições de Hely Lopes Meirelles (Direito administrativo brasileiro, 2ª ed. p. 122):

Não se deve confundir o poder disciplinar da Administração com o poder punitivo do Estado, realizado através da Justiça Penal. O poder disciplinar é exercido como faculdade punitiva interna da Administração e, por isso mesmo, só abrange infrações relacionadas com o serviço; a punição criminal é aplicada com finalidade social, visando à repressão de crimes e contravenções definidas nas leis penais, e por esse motivo é realizada fora da Administração ativa, pelo Poder Judiciário.

A punição disciplinar e criminal têm fundamentos diversos, e diversa é a natureza das penas. A diferença não é de grau; é de substância.

Destarte, se a lacuna não resta preenchida pelas normas do processo administrativo, outra conclusão não se pode adotar além daquela que indica a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil (CPC), que é diploma subsidiário aplicável a todos os feitos de natureza cível, como mandado de segurança, ação civil pública, ação popular, *habeas data*, mandado de

injunção etc., especialmente à luz do que estabelece o inciso VI do art. 412 do RISF, que trata dos princípios do processo legislativo:

Art. 412. A legitimidade na elaboração de norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:

.....
VI – decisão dos casos omissos de acordo com a analogia e os princípios gerais de Direito;
.....

Assim, em se tratando de omissão relativa a regras de caráter instrumental, não temos dúvida quanto ao critério que deve ser utilizado para determinar o estatuto aplicável subsidiariamente. Se o caso tiver índole penal, aplicam-se os princípios gerais trazidos pelo Código de Processo Penal, como se faz nas CPI; nos demais casos, aplicam-se os princípios que permeiam o Código de Processo Civil.

Objetivamente: nos procedimentos baseados na Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, em caso de omissão do Regimento Interno do Senado Federal quanto a regras processuais, o principal diploma aplicável subsidiariamente é o Código de Processo Civil.

2. O regime de nulidades no processo e os princípios da adstrição e da congruência entre a decisão e o pedido

Nos procedimentos em geral, judiciais ou administrativos, há um rígido regime de nulidades que se presta a assegurar as liberdades públicas estabelecidas na Carta Magna, nomeadamente o *due process of law*, do qual são consectários, entre outros, a ampla defesa, o contraditório, a vedação de provas ilícitas e o juiz natural.

A razão de ser dos princípios e regras de direito processual é assegurar à sociedade que o órgão estatal – judicial ou administrativo – não se afastará da legalidade na condução do processo. Em outras palavras: a promessa do constituinte, ao positivizar na Lei Maior princípios de índole processual, é de que aqueles que litigam não serão tomados de sobressalto por medidas que não estejam descritas previamente nas “regras do jogo”. O Estado, querendo punir irregularidades, não pode, ele próprio, sob esse pretexto, afrontar o Direito.

Exemplo do que afirmamos é o fenômeno que ocorre no processo chamado de estabilização objetiva da lide, consagrado no art. 264 do CPC. Eis o seu teor:

Art. 264. Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir,

sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.

Parágrafo único. A alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida após o saneamento do processo.

Segundo esse princípio, o momento fatal para o aditamento da peça inicial de forma unilateral pelo autor é aquele no qual o réu toma conhecimento formal do pedido formulado contra si, mediante a “citação”, ato que significa dar conhecimento a alguém da ação proposta em seu desfavor.

A partir daí, incidem os princípios da adstrição e da congruência (ou correlação) entre a sentença e o pedido formulado na petição inicial, sendo vedado ao juiz decidir qualquer coisa que não seja exatamente o que foi indicado no pedido, conforme consagrado no art. 460 do CPC, **in litteris**:

Art. 460. É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

Sobre o assunto, é conveniente rememorar a lição de Vêlez Mariconde: “a correlação há de ser antes de tudo objetiva e material. A acusação e a sentença devem versar sobre um mesmo acontecimento histórico, sobre um mesmo fato, considerado na totalidade de seus elementos constitutivos”. (Citado por Sérgio Luiz de Souza Araújo **in Teoria Geral do Processo Penal**. Belo Horizonte: Mandamentos, 1999, p. 197).

O objetivo desses princípios, como dito alhures, é evitar que, uma vez instaurada a relação processual, o réu seja surpreendido com alegações novas a cada instante, numa inovação **ad infinitum** que lhe retiraria a chance de se defender de forma plena. Mais: ainda que ao juiz pareça claro que o autor tem outros direitos além daquele deduzido no pedido inicial, não lhe é permitido fazer tal concessão. Aqui o ideal de justiça cede à previsibilidade e à segurança jurídica, que são pilares de sustentação do Estado Democrático de Direito.

Sob a ótica constitucional, não é difícil constatar que medida tendente a reduzir a plenitude do direito de defesa do réu violaria o inciso LV do art. 5º da Constituição Federal: “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

Dessa forma, transportando para os procedimentos submetidos ao Conselho de Ética do Senado Federal o sistema de princípios e regras do processo civil, parece-nos que a melhor interpretação é a que

indica que o Conselho não pode conhecer de fatos estranhos à representação, sob pena de restrição indevida à ampla defesa.

Veja-se que, igualmente às ações judiciais – civis ou penais –, o processo disciplinar para apuração de quebra de decoro parlamentar é inaugurado por uma “petição inicial” que deve conter:

- i) a descrição de fatos contrários à ética e ao decoro imputados a algum parlamentar, chamada tecnicamente de suporte fático;
- ii) a fundamentação jurídica que justifica tanto a abertura do processo disciplinar quanto a aplicação da pena, chamada tecnicamente de causa de pedir; e
- iii) o pedido de que o órgão judicante, após constatar a existência dos fatos e a incidência ao caso do fundamento jurídico, aplique a sanção prevista na lei.

Exposto assim o assunto, e considerando a aplicabilidade subsidiária do Código de Processo Civil ao caso, parece-nos lícito afirmar que após a notificação do representado para apresentar sua defesa ao Conselho de Ética, não é mais possível o aditamento da peça inicial, o acréscimo de novos fatos e a modificação da causa de pedir ou do pedido (CPC, art. 264), sob pena de nulidade.

Em direito processual, todas as vezes que o juiz decide além do pedido ou decide algo diverso daquilo que foi pleiteado, diz-se que houve julgamento **ultra** ou **extra petita**, respectivamente. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que há nulidade do julgado em ambos os casos, conforme se extrai das seguintes ementas de julgados da Corte:

Configura-se julgamento “**extra**” e “**ultra petita**” se condena o réu em pedido diverso e mais amplo do formulado pelo autor ao propor a lide (Recurso Extraordinário nº 97.411, Relator Ministro Oscar Correa, transcrição parcial da ementa).

Sentença “**ultra petita**”. Condenação por crime não capitulado, nem descrito na denúncia, é decisão nula nessa parte, cabendo remediar o constrangimento ilegal, pela exclusão da pena infligida nessas circunstâncias (**Habeas Corpus** nº 60.681, Relator Ministro Rafael Mayer, transcrição parcial da ementa).

Sentença que ultrapassa os limites do pedido. Nulidade absoluta. Recurso Extraordinário conhecido e provido (Recurso Extraordinário nº 71.415, Relator Ministro Barros Monteiro, transcrição parcial da ementa).

Não é outra, aliás, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme se verifica no seguinte julgado:

Há violação aos arts. 128 e 460, do CPC se a causa é julgada (tanto na sentença como no acórdão recorrido) com fundamento em fatos não suscitados pelo autor ou, ainda, se o conteúdo do provimento dado na sentença é de natureza diversa do pedido formulado na inicial. Recurso especial conhecido e provido (Recurso Especial nº 746.622, Relatora Ministra Nancy Andrighi, transcrição parcial da ementa).

Dessa forma, salvo melhor juízo, parece-nos que o enveredamento do procedimento por caminhos que se afastem dos fatos, da causa de pedir, e do pedido inicialmente formulado, ainda que por uma razão nobre, pode ensejar a arguição de nulidade absoluta de todo o processo disciplinar.

De todo modo, **ad argumentandum**, não podemos deixar de registrar que poderia ser desenvolvida argumentação em sentido contrário, seja seguindo o princípio da aquisição processual das provas, seja na linha do entendimento de que, no processo político, fatos conexos, mesmo supervenientes ou não contemplados na petição inicial, podem ser considerados pelo Conselho no momento de pronunciar o veredicto.

Não obstante, parece-nos que, do ponto de vista da sanidade procedimental, a estrita observância dos princípios da adstrição e da congruência é o caminho mais seguro para evitar futuros questionamentos que possam gerar a nulidade do processo.

3. Das possíveis irregularidades procedimentais detectadas no curso da Representação nº 1, de 2007

O despacho do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, determina que nos pronunciemos sobre eventuais irregularidades havidas até a presente data, no bojo da Representação nº 1, de 2007

Devemos registrar, porém, que a profundidade da avaliação que ora fazemos encontrou óbice na restrição temporal a nós apresentada, limitando a 48 horas o tempo à nossa disposição para refletir e alinhar os argumentos que nos parecem pertinentes ao caso.

3.1. Admissibilidade e mérito da Representação: as competências da Mesa Diretora e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

O julgamento de qualquer processo – judicial ou administrativo – requer a verificação da temática nele contido em dois planos absolutamente distintos: o da admissibilidade e o do mérito.

No plano da admissibilidade, o exame se limita à verificação da presença dos pressupostos estabelecidos em lei para a existência e a validade da relação processual. Vale dizer, busca-se perquirir se a matéria de fundo do processo pode efetivamente ser examinada.

De outra parte, no plano do mérito, o órgão competente para o exame do processo, após exercer o juízo de admissibilidade, deve se debruçar sobre os fatos alegados, as provas produzidas e o fundamento jurídico invocado. Se o exame desses elementos conduzirem à conclusão de procedência do pedido, ele deve ser acolhido; se a conclusão for pela não comprovação dos fatos ou pela não incidência da norma ao caso, ele deve ser rejeitado.

Esse raciocínio é perfeitamente aplicável aos procedimentos descritos na Resolução nº 20, de 1993. Examinemos o procedimento descrito nos arts. 14 e 15 desse diploma legal. Vejamos, em primeiro lugar, o que é estatuído pelo art. 14:

Art. 14. Oferecida representação contra senador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário do Senado, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ressalvadas as hipóteses do art. 17, quando o processo tem origem no Conselho.

Note-se, por primeiro, que o art. 14 versa exclusivamente sobre o juízo de admissibilidade, ao referir que a representação será encaminhada pela Mesa Diretora ao Conselho de Ética. Cabe ressaltar que esse encaminhamento não é meramente burocrático, mas pressupõe que aquele órgão colegiado, composto na forma do art. 46 do RISF, se reúna e examine, ainda que de modo estritamente formal, a admissibilidade da representação.

Do que dissemos no parágrafo anterior, dois aspectos merecem destaque.

O primeiro é que prevalece na seara do processo legislativo um princípio básico do qual se extrai que, ressalvadas as competências específicas estabelecidas no Regimento, as decisões devem ser colegiadas (RISF, art. 412, inciso IX). Nesse sentido, seria possível apontar como irregularidade procedimental o fato de a Mesa Diretora não ter se reunido para deliberar sobre a admissibilidade da representação.

O segundo aspecto é o que diz com o objeto do juízo de admissibilidade da Mesa Diretora. Acreditamos que os limites da cognição da Mesa são extremamente estreitos. Caberia a ela, no nosso modo de ver, tão-somente verificar aspectos formais, como, dentre outros, a

legitimidade ativa e passiva. Assim, seria lícito à Mesa não admitir representação formulada por pessoa jurídica que não constitua partido político, ou por partido político sem representação no Congresso Nacional, ou, ainda, quando a petição inicial não for assinada por quem tem o poder de assinar em nome do partido.

Por força do art. 15, cabe ao próprio Conselho de Ética examinar a admissibilidade material e o mérito da representação, de acordo com a liberdade de investigação crítica que detêm os seus membros para analisar os fatos alegados e as provas produzidas nos autos.

3.2. Do encaminhamento da solicitação de perícia técnica

Consoante disposição expressa do art. 19 da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993:

Art. 19. As apurações de fatos e de responsabilidade previstos neste Código poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitada ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa do Senado, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste Capítulo.

A dicção legal é cristalina ao indicar que é perfeitamente factível a solicitação de realização de diligências pelo Conselho de Ética às autoridades policiais ou ao Ministério Público. A condição, porém, é que isso seja feito por intermédio da Mesa Diretora da Casa.

Assim, após a deliberação do Conselho acerca das provas que serão produzidas durante a fase instrutória, faz-se necessário fixar quais podem ser solicitadas diretamente pelo Conselho, quais dependem de decisão da Mesa Diretora, quais dependem de despacho do Presidente do Senado, e quais dependem de deliberação do Plenário.

4. Dos poderes instrutórios do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal

No tocante às regras da instrução, a Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, igualmente apresenta lacunas, limitando-se a estatuir que o Conselho “procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias” (art. 15, inciso IV). Novamente, a solução é a integração da lacuna com base no RISF e no CPC.

Quanto às diligências, a matéria está tratada no art. 142 do RISF:

Art. 142. Quando as comissões se ocuparem de assuntos de interesse particular, procederem a inquérito, tomarem depoimentos e informações, ou praticarem outras diligências semelhantes, poderão solicitar, das autoridades

des legislativas, judiciárias ou administrativas, das entidades autárquicas, sociedades de economia mista e empresas concessionárias de serviços públicos, quaisquer documentos ou informações e permitir às pessoas diretamente interessadas a defesa dos seus direitos, por escrito ou oralmente.

Verifica-se, pois, que, à semelhança das comissões, o Conselho de Ética pode solicitar a entidades da administração pública, direta ou indireta, quaisquer documentos. Cabe, todavia, lembrar que há uma limitação material a esse poder de requisição: os sigilos fiscal, bancário e telefônico, que, consoante jurisprudência pacífica do STF, não prescindem da competente e prévia autorização judicial. Desenvolveremos melhor essa restrição no tópico a seguir, quando tratamos das limitações à atuação do Conselho.

De todo modo, as diligências descritas acima podem ser realizadas por se pelo Conselho após deliberação do seu plenário, respeitadas as hipóteses de competência do Plenário do Senado (Risf, art. 214, parágrafo único, e 215, inciso III), da Mesa Diretora (RISF, art. 215, inciso I) e do Presidente (Risf, art. 215, inciso II).

5. Conclusões

Diante de tudo o quanto foi exposto, podemos concluir a presente Nota Informativa com as seguintes afirmações:

i) Em caso de lacuna nas disposições regimentais, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deve aplicar, quanto aos procedimentos para verificação de quebra de decoro parlamentar, sucessivamente as regras que regem o processo administrativo e o Código de Processo Civil.

ii) em qualquer processo – administrativo ou civil – deve ser observado o princípio da vedação da modificação do pedido após a notificação do réu ou representado, sob pena de violação do devido processo legal;

iii) o julgamento não pode extrapolar a causa de pedir e o pedido formulados na petição inicial, sob pena de violação do princípio da adstrição da sentença ao pedido e da congruência ou correlação entre ambos, conforme desenvolvido no item 2;

iv) como possíveis irregularidades procedimentais, vemos a ausência de deliberação da Mesa Diretora quanto à admissibilidade da representação (art. 14 da Resolução nº 20, de 1993) e a solicitação de diligências a autoridade

des policiais sem o intermédio da Mesa Diretora (art. 19 da Resolução nº 20, de 1993);

v) os poderes instrutórios do Conselho de Ética são os mesmos das comissões;

vi) dentre as limitações constitucionais, legais e regimentais à atuação do Conselho de Ética encontram-se, dentre outras: **a)** impossibilidade da convocação de pessoas; **b)** impossibilidade da quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal; e **c)** incompetência para processar e julgar infrações penais comuns.

Sendo o que tínhamos a dizer por ora, colocamo-nos à disposição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para dirimir outros questionamentos pertinentes ao tema.

Consultoria Legislativa, 29 de junho de 2007.
– **Bruno Dantas Nascimento**, Consultor–Geral Legislativo.

PARECER Nº 183/2007-ADVOSF

Representação nº 1, de 2007, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Incompatibilidades detectadas no procedimento da Representação nº 1, de 2007, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Senhor Presidente do Conselho de Ética,

Trata-se de resposta à determinação dessa Presidência do Conselho de Ética no sentido de que a Advocacia do Senado se manifeste quanto à regularidade processual da Representação nº 1, de 2007, e a viabilidade do prosseguimento das diligências.

Assim é que, atendo-me aos aspectos da legalidade e juridicidade, procedi à análise dos atos praticados na Representação nº 1, de 2007, formulada pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL em face do Senador Renan Calheiros, tendo sido identificadas as seguintes incompatibilidades com o que determina o Regimento Interno do Senado Federal e a Resolução nº 20, de 1993:

Em cumprimento ao art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, que dispõe que a “representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda de mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário do Senado, será inicialmente encaminhada pela Mesa ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar”, o então Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Senador Sibá Machado, encaminhou a Representação nº 1, de 2007, à Mesa do Senado para que esta se manifestasse, exercendo, assim, um necessário juízo de admissibilidade.

Ocorre que, imediatamente após o recebimento da Representação, o Presidente do Senado, por meio

de despacho monocrático, decidiu devolvê-la ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, quando sequer poderia praticar qualquer ato nos autos, obviamente por ser a parte representada.

Na realidade, deveria a Mesa ter sido convocada para que conhecesse e deliberasse sobre a matéria, o que conduz irremediavelmente à nulidade do procedimento, não se podendo falar em convalidação por se tratar de atribuição que a Resolução nº 20, de 1993, confere com exclusividade a esse órgão de direção.

Diante disso, é imperiosa a devolução dos autos da Representação nº 1, de 2007, à Mesa do Senado Federal para que, em cumprimento ao disposto no art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, aprecie e delibere sobre as medidas que deverão ser adotadas no mencionado procedimento.

Quanto à tramitação do feito perante o Conselho, constata-se que, mesmo após a leitura do relatório produzido pelo Relator indicado, Senador Eptácio Cafeteira, bem como dos votos em separado, não houve a conclusão do processo de votação, reabrindo-se a instrução processual para a oitiva de testemunhas e a realização de perícia sem que se tenha havido deliberação por parte dos membros do Conselho nesse sentido.

Da mesma forma, não consta que tenha havido deliberação do plenário do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar quanto aos órgãos que realizariam a perícia contábil, sem que haja justificativa para a escolha do Departamento de Polícia Federal e não de peritos contábeis contratados para esse fim específico.

Aliás, a Polícia Federal somente poderia atuar no feito desde que estivesse procedendo a investigações criminais no âmbito de um inquérito policial, o que não seria admissível sem a prévia autorização do Supremo Tribunal Federal, posto tratar-se de um parlamentar com assento no Senado Federal.

Não obstante isso, qualquer solicitação ao Ministério Público ou às autoridades policiais somente poderia ser encaminhada por intermédio da Mesa do Senado, a teor do que estabelece o art. 19 da Resolução nº 20, de 1993, c/c o art. 138, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que dispõem, **in verbis**:

“Art. 19. As apurações de fatos e de responsabilidade previstos neste Código poderão, quanto a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa do Senado, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos nesta Capítulo.”

Diante das irregularidades aqui verificadas, que conduzem à nulidade de todo procedimento que trami-

ta perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, sugere-se o encaminhamento da Representação nº 1, de 2007, à elevada consideração da Mesa do Senado Federal, para que, reunida em sessão, delibere quanto à admissibilidade do feito, conforme previsto no art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, procedendo ao saneamento de todos citados, especialmente no que se refere à legitimidade para solicitar de órgãos externos a apuração de fatos e de responsabilidade.

Brasília, 29 de junho de 2007. – **Alberto Caçais**, Advogado Geral Senado Federal.

REPRESENTAÇÃO Nº 1, DE 2007

Despacho do Presidente

Considerando que a mencionada representação foi encaminhada por despacho monocrático do Presidente do Senado Federal, quando deveria ter sido enviada somente após deliberação de todos os integrantes da Mesa, com o que se cumpriria o necessário juízo de admissibilidade previsto no art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, que dispõe que a “representação contra senador por fato sujeito à pena de perda de mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário do Senado Federal, será inicialmente encaminhada pela Mesa ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar”;

Considerando que, após a leitura do relatório proferido pelo Senador Eptácio Cafeteira, deixou-se de proceder à sua votação, reabrindo-se a instrução para oitiva de testemunhas e realização de diligências;

Considerando que não houve deliberação do Conselho quanto à realização da perícia pela Polícia Federal e que tal perícia somente poderia ter sido solicitada por intermédio da Mesa do Senado Federal, como estabelece o art. 19 da Resolução nº 20, de 1993, c/c o art. 138, inciso II, do Regimento Interno; e

Considerando o disposto no art. 89, I e VI, do Regimento Interno do Senado Federal e no art. 24 da Resolução nº 20, de 1993, bem como o Parecer nº 183/2007 do Advogado-Geral do Senado Federal e a Nota Informativa nº 1.311, de 2007, do Consultor-Geral Legislativo.

Decido remeter a representação à consideração da Mesa do Senado Federal para que, reunida em sessão, delibere quanto à admissibilidade desta, como prevê o art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, e para que proceda ao saneamento dos demais vícios, como o referente à legitimidade para solicitar de órgãos externos a apuração de fatos e de responsabilidade, o que pode levar à anulação de todo o procedimento.

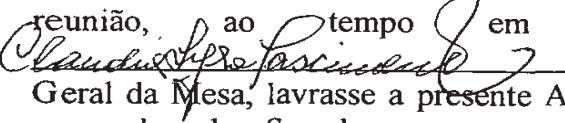
Brasília, 2 de julho de 2007. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente do Conselho de Ética.

*Proceder-se a
juntar-se ao processo
da representação nº 1/07 SF-317
03.07.07
Tião Viana*

Senado Federal/SGM/C. 14
Ata da 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, DC. Nº Rel 1, 2007 Fls. 465
realizada em 03 de julho de 2007

Aos três dias do mês de julho de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Audiências da Presidência do Senado, com a presença dos Senhores Senadores Tião Viana, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Efraim Moraes, Primeiro Secretário no exercício da Primeira Vice-Presidência, Gerson Camata, Segundo Secretário no exercício da Segunda Vice-Presidência, César Borges, Terceiro Secretário no exercício da Primeira Secretaria, Magno Malta, Quarto Secretário no exercício da Segunda Secretaria, Senador Papaléo Paes, Primeiro Suplente de Secretário no exercício da Terceira Secretaria e Flexa Ribeiro, Quarto Suplente de Secretário, no exercício da Quarta Secretaria, reuniu-se a Mesa do Senado Federal, por convocação do Senhor Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Tião Viana. Estiveram ausentes, por motivo justificado os Senadores Álvaro Dias, Segundo Vice-Presidente do Senado e o Senador Antonio Carlos Valadares, Segundo Suplente de Secretário. Abertos os trabalhos, o Senhor Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência informa que a presente reunião se destina a conhecer do Despacho do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Senador Leomar Quintanilha, exarado no dia dois de julho do corrente ano, referente à Representação nº 1, de 2007, protocolada no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, que tem o seguinte teor: *Despacho do Presidente – Considerando que a mencionada representação foi encaminhada por despacho monocrático do presidente do Senado, quando deveria ter sido enviada somente após deliberação de todos os integrantes da Mesa, com o que se cumpriria o necessário juízo de admissibilidade previsto no art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, que dispõe que a ‘representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda de mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário do Senado, será inicialmente encaminhada pela Mesa ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar’; Considerando que, após a leitura do relatório proferido pelo Senador Eptácio Cafeteira, deixou-se de proceder à sua votação, reabrindo-se a instrução para oitiva de testemunhas e realização de diligências; Considerando que não houve deliberação do Conselho quanto à realização da perícia pela Polícia Federal e que tal*

Confere com original
Rodrigo C. Barbosa
Rodrigo C. Barbosa
Analista Legislativo
Mat.: 48787
14.08.2007

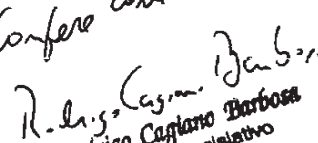
perícia somente poderia ter sido solicitada por intermédio da Mesa do Senado, como estabelece o art. 19 da Resolução nº 20, de 1993, c/c o art. 138, inciso II, do Regimento Interno; e Considerando o disposto no art. 89, I e VI, do Regimento Interno do Senado Federal e no art. 24 da Resolução nº 20, de 1993, bem como o Parecer nº 183/2007 do Advogado-Geral do Senado e a Nota Informativa nº 1.311, de 2007, do Consultor-Geral Legislativo DECIDO remeter a representação à consideração da MESA do Senado Federal para que, reunida em sessão, delibere quanto à admissibilidade desta, como prevê o art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, e para que proceda ao saneamento dos demais vícios, como o referente à legitimidade para solicitar de órgãos externos a apuração de fatos e de responsabilidade, o que pode levar à anulação de todo o procedimento. Brasília, 2 de julho de 2007, Senador Leomar Quintanilha – Presidente do Conselho de Ética”. Distribuída a documentação pertinente, ou seja, o Ofício nº 295/2007 do Presidente do Conselho de Ética, o Despacho de S.Exa. quanto à Representação nº 1/2007, o Parecer nº 183/2007 – ADVOSF, da Advocacia do Senado, e a Nota Informativa nº 1.311, de 2007, da Consultoria Legislativa do Senado, o Senhor Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência concedeu a palavra aos presentes. Após amplo debate, a Mesa, por unanimidade, acolhendo o parecer da Advocacia do Senado que analisou o encaminhamento à Mesa da Representação nº 1, de 2007, do PSOL, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para sanear vícios de origem, DECIDIU pela admissibilidade da Representação; pelo encaminhamento da Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Em seguida, o Senhor Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Tião Viana, suspendeu a reunião, ao tempo em que determinou que eu,  (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, lavrasse a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata foi lida e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, às treze horas e cinquenta e cinco minutos, o Senhor Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência declarou encerrada a reunião e assinou a presente Ata com os demais membros da Mesa.

Senado Federal, em 03 de julho de 2007.



Senador TIÃO VIANA

Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência

Confere com original

Rodrigo Capelano Barbosa
Analista Legislativo
Mat.: 46787
14/08/2007

(continuação da Ata da 6ª Reunião da Mesa
do Senado Federal realizada em 03 de julho de 2007)



Senador EFRAIM MORAIS

Primeiro Secretário no exercício da Primeira Vice-Presidência



Senador GERSON CAMATA

Segundo Secretário no exercício da Segunda Vice-Presidência



Senador CÉSAR BORGES

Terceiro Secretário no exercício da Primeira Secretaria



Senador MAGNO MALTA

Quarto Secretário no exercício da Segunda Secretaria



Senador PAPALÉO PAES

Primeiro Suplente de Secretário no exercício da Terceira Secretaria



Senador FLEXA RIBEIRO

Quarto Suplente de Secretário no exercício da Quarta Secretaria

Completo com original
R. de J. C. Ag. an. Barbosa
Rodrigo Cagliaro Barbosa
Anelista Legislativa
Med.: 48787
14-08-2007

REQUERIMENTO Nº , DE 2007

Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Senador Renan Calheiros, presidente do Senado Federal, com o objetivo de que seja-lhe oportunizado, perante este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar – CEDP, o exercício do seu inalienável direito a ampla defesa e ao contraditório, nos autos da Representação

nº 1, de 2007, em curso neste Colegiado. – Senador **Wellington Salgado – Eduardo Suplicy.**

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21 horas.)

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4573, de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 2979/07-1, RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004, conceder pensão vitalícia a IRACELES CAÇAL LIMA, na qualidade de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor aposentado JOSÉ HENRIQUE LIMA, matrícula 24913, a partir da data do óbito, ocorrido em 8 de agosto de 2007.

Senado Federal, em 31 de agosto de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

PARECER Nº 32, DE 2007 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 8, de 2007 – CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor de R\$4.405.666,00, para o fim que especifica, e dá outras providências”.

Autor : **Poder Executivo**

Relator : Deputado **Paulo Pimenta**

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 67, de 2007–CN (nº 365/2007, na origem), o Projeto de Lei nº 8, de 2007 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor de R\$4.405.666,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinco mil, seiscentos e sessenta e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Conforme a Exposição de Motivos nº 106/2007-MP, de 31-5-2007, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito permitirá a continuidade das obras de construção de Edifício-Anexo do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso, no Município de Cuiabá, que abrigará quatro cartórios eleitorais, escola judiciária eleitoral, ouvidoria eleitoral, central de atendimento ao eleitor, arquivo, biblioteca, centro de memória, auditório, serviço de assistência médica-odontológica e social, protocolo expresso, sala de audiência e de armazenamento de urnas eletrônicas.

O crédito em análise será viabilizado com recurso proveniente de anulação parcial de dotação orçamentária do próprio órgão na forma facultada pela Lei nº 4.320, de 1964, em seu art. 43, § 1º, inciso III, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição. Segundo informação do órgão, o remanejamento proposto não trará prejuízo à execução da programação objeto de cancelamento, uma vez que foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Esclarece que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se refere a remanejamento entre despesas primárias para priorização da nova programação.

Destaca que integra o presente projeto de lei, em atendimento ao disposto no art. 5º, § 11, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, anexo específico com as informações sobre as projeções plurianuais e os atributos da ação 10F4 – Construção de Edifício-Anexo do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso, que passa a integrar o Plano Plurianual 2004-2007.

Informa, também, que o projeto de lei em análise veio acompanhado de cópia do Parecer de Mérito nº 1/2007, de 25 de abril de 2007, do Conselho Nacional de Justiça, em cumprimento ao disposto no art. 63, § 17, da LDO-2007, c/c o parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 31, de 10 de abril de 2007, do CNJ.

A matéria foi objeto de 2 emendas.

II – Voto do Relator

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de novas programações não previstas na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 11.451, de 7-2-2007).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Com relação às emendas apresentadas, propomos a inadmissão das duas emendas por contemplarem programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito, nos termos do art. 109, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006 – CN.

Diante do exposto, Somos Pela Aprovação do PLN nº 8, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, 9 de agosto de 2007. – Deputado **Paulo Pimenta**, Relator.

Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Décima Sexta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada em 22 de agosto de 2007, Aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado José Pimentel, Relator **ad hoc** (Designado Relator anteriormente o Deputado Paulo Pimenta), favorável nos termos do Projeto de Lei nº 8/2007-CN. Ao Projeto foram apresentadas 2 (duas) emendas, que foram Declaradas Inadmitidas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto

Botelho, Cícero Lucena, Jayne Campos, João Ribeiro, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi e Sibá Machado; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Carlos Eduardo Cado-ca, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Duarte Nogueira, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giacobbo, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, José Pimentel, Manoel Junior, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ricardo Barros, Silvio Lopes,

Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 22 de agosto de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **José Pimentel**, Relator **ad hoc**.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 8/2007-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor de R\$4.405.666,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinco mil, seiscentos e sessenta e seis reais), para o fim que especifica, e dá outras providências.”

Sala de Reuniões, 22 de agosto de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **José Pimentel**, Relator **ad hoc**.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
DEM – Antonio Carlos Júnior* ^(S)
DEM – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque* ^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Eptácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery* ^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro* ^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* ^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás
DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*

DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí
DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto * ^(S)

DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório* ^(S)
(vago) ¹

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro** ^(S)

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado* ^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira* ^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana * ^(S)
PTB – Gim Argello** ^(S)

Tocantins
BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*

PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*

BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatados

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1.César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) ⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro – PT	7. Magno Malta – PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
(vago)	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Exedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ^{6,9}	AM	1413
Marisa Serrano ^{7,10}	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 4.7.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 27.6.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 27.6.2007.

⁸ Eleito em 27.6.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.

¹⁰ Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3º Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM-PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 21.8.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) ⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (DEM/SC)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (*) Vago
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(*) Vago, em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17-7-2007.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 104 PÁGINAS